



LUCAS CANESTRI DE OLIVEIRA

**GESTÃO SOCIAL E RACIONALIDADE COMUNICATIVA:
ANÁLISE DA PRÁTICA CULTURAL DE COLETAR ÁGUA
MINERAL NA FONTE**

LAVRAS –MG

2020

LUCAS CANESTRI DE OLIVEIRA

**GESTÃO SOCIAL E RACIONALIDADE COMUNICATIVA: ANÁLISE DA PRÁTICA
CULTURAL DE COLETAR ÁGUA MINERAL NA FONTE**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração Organização, Gestão e Sociedade para a obtenção do título de Doutor.

Dr. José Roberto Pereira
Orientador

Dra. Eloisa Helena de Souza Cabral
Coorientadora

LAVRAS –MG

2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Oliveira, Lucas Canestri de.

Gestão Social e Racionalidade Comunicativa : análise da
prática cultural de coletar água mineral na fonte / Lucas Canestri de
Oliveira. - 2020.

166 p. : il.

Orientador(a): José Roberto Pereira.

Coorientador(a): Eloisa Helena de Souza Cabral.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Lavras, 2020.

Bibliografia.

1. Reflexividade. 2. Esfera Pública. 3. Circuito das Águas. I.
Pereira, José Roberto. II. Cabral, Eloisa Helena de Souza. III.
Título.

LUCAS CANESTRI DE OLIVEIRA

**GESTÃO SOCIAL E RACIONALIDADE COMUNICATIVA: ANÁLISE DA PRÁTICA
CULTURAL DE COLETAR ÁGUA MINERAL NA FONTE**

**SOCIAL MANAGEMENT AND COMMUNICATIONAL RATIONALITY:
ANALYSIS OF THE CULTURAL PRACTICE OF COLLECTING MINERAL WATER AT
THE SOURCE**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração Organização, Gestão e Sociedade para a obtenção do título de Doutor.

APROVADA em 07 de dezembro de 2020

Dra. Patrícia Aparecida Ferreira - UFLA

Dra. Sabrina Soares da Silva - UFLA

Dr. Airton Cardoso Cançado - UFT

Dra. Marilene de Souza Campos - UFV

Dr. Pedro dos Santos Portugal Jr. - UNIS

Dr. José Roberto Pereira
Orientador

Dra. Eloisa Helena de Souza Cabral
Coorientadora

LAVRAS –MG

2020

Dedico este trabalho à memória de Edna Aparecida Alves Canestri de Oliveira (Nina) minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao apoio incondicional de meus pais e irmãos (Nina e Dão; Tiago e João).
Esse agradecimento é uma dedicatória expandida.

Ao meu orientador, Zé Roberto (Dr. José Roberto Pereira) pela confiança e amizade.

À minha coorientadora, Elô (Dra. Eloisa Helena de Souza Cabral) pelo estímulo em encarar o tema da tese.

À Universidade Federal de Lavras; que continue sendo uma fonte de oportunidades nestes sertões e ao Programa de Pós-Graduação em Administração PPGA/ULFA, por ser essa oportunidade, vivenciada junto com colegas, trabalhadores terceirizados, servidores e professores.

Aos amigos de todas as horas; Abu, Caio, Hanna, Iza, Neyssu, Thomaz, Xisto

Em Cambuquira, onde essa tese começou, agradeço a Ana Paula Lemes de Souza e Kiko Rodrigues. Muito obrigado Dóris Fonseca Oliveira, pelo apoio durante a pesquisa de campo e a revisão de português.

Em Caxambu, outra passagem, obrigado Liana Bahia e Henrique Genereze, e meu muito obrigado à Mariana Gravina Prates Junqueira.

Em Lambari, obrigado Paulo Guerra, Elizabeth e Chiquinho do Imperial.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Nos demais, todo mundo sabe, o coração tem moradia certa, fica aqui, bem no meio do peito

Maiakovski

RESUMO

Este trabalho analisa como a prática cultural de coletar água mineral pode revelar, com seu estoque de saberes e valores, consensos sociais históricos e, por meio destes consensos, revelar o grau de racionalização social da comunidade de intérpretes. Especificamente, busca responder, como essa prática pode refletir horizontes consensuais herdados culturalmente, e como estes consensos influenciam na capacidade de agir, sob a égide da racionalidade comunicativa. Sob o enfoque da teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas, parte-se da hipótese de que, as *definições situacionais passíveis de consenso* subjacentes às das práticas culturais são indicadores do grau de racionalização social das *comunidades de intérpretes*. Em síntese, entende-se que, as práticas culturais expressam valores e saberes sociais que, num *meta-nível* permitem revelar o grau de aptidão daquela comunidade à racionalidade comunicativa, elemento fundamental para uma gestão orientada, pelos princípios do interesse público esclarecido e emancipado, que aqui recebe o nome de Gestão Social. Conhecer o grau de racionalização social pode ser um instrumento de moderação, na esfera pública. A coleta de dados foi realizada por meio de revisão bibliográfica, observação participante e entrevista semiestruturada. A pesquisa de campo foi realizada entre setembro de 2018 a março de 2019 nos municípios de Cambuquira, Lambari e Caxambu, e foram entrevistados 108 coletores de água mineral. O dia a dia e as conversas informais com outros coletores e não coletores, foram anotadas no caderno de campo. As informações coletadas foram sistematizadas e submetidas à análise de conteúdo, e organizadas por meio de um modelo de análise que divide a teoria do conhecimento em três grandes campos, num contínuo que vai do determinismo total ao relativismo total. O modelo foi aplicado na revisão bibliográfica sobre a temática das águas minerais nos municípios estudados. Após a tipificação e análise comparativa de cinco períodos históricos, bem como da análise qualitativa de cinco situações colhidas durante a imersão no campo, concluiu-se que o atual horizonte consensual, refletido pela prática cultural estudada apresenta num *meta-nível* características ecológicas, científicas e afetivas. Estas características indicam que na atualidade, estas comunidades de intérpretes apresentam um grau de racionalização social, mais descentrado em relação aos períodos históricos anteriores no Mundo da Vida, e mais centrado que a do período histórico anterior no Sistema.

Palavras-chave: Racionalização; Reflexividade; Moderação; Esfera Pública; Circuito das Águas.

ABSTRACT

This paper analyzes how the cultural practice of collecting mineral water can reveal, with its stock of knowledge and values, historical social consensuses and, through these consensuses, reveal the interpreters community's social rationalization level. Specifically, it seeks to answer, how this practice can reflect culturally inherited consensual horizons and how these consensus influence the ability to act under the aegis of communicative rationality. Under the focus of Jürgen Habermas's communicative action theory, it start from the hypothesis that the consensual situational definitions underlying those of cultural practices are indicators of the social rationalization's level of the communities of interpreters. In summary, it is understood that cultural practices express social values and knowledge that, at a meta-level, reveal the aptitude's level of that community to communicative rationality, a fundamental element for management guided by the principles of enlightened and emancipated public interest, which here receives the name of Social Management. Knowing the level of social rationalization can be an instrument of moderation in the public sphere. Data collection was performed through bibliographic review, participant observation and semi-structured interview. The field research was carried out between September 2018 and March 2019 in the municipalities of Cambuquira, Lambari and Caxambu and 108 mineral water collectors were interviewed. The day-by-day and informal conversations with other collectors and non-collectors were noted in the field notebook. The information collected was systematized and submitted to content analysis and organized through an analysis model that divides the theory of knowledge into three major fields, in a continuum that goes from total determinism to total relativism. The model was tested in the bibliographic review on the theme of mineral waters in the studied municipalities. After the typification and comparative analysis of five historical periods, as well as the qualitative analysis of five situations collected during immersion in the field, it was concluded that the current consensual horizon reflected by the studied cultural practice presents in an ecological, scientific and affective characteristics at a meta-level. These characteristics indicate that today, these communities of interpreters have a level of social rationalization that is more decentralized in relation to previous historical periods in the World of Life, and more centered than that of the previous history period in the System.

Keywords: Rationalization; Reflexivity; Moderation; Public Sphere; Water Circuit.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Categorias da Gestão Social	29
Figura 2: Modelo teórico do Agir Comunicativo.....	43
Figura 3: Síntese da Teoria do Agir Comunicativo	49
Figura4: Componentes Estruturais da Teoria do Agir Comunicativo.....	59
Figura 5: Grau de Reflexividade Social	76
Figura 6: Localização do Circuito das Águas do sul de Minas Gerais	88
Figura 7: Síntese analítica dos livros “Clamor das Águas” e “Ecologia das Águas	110
Figura 8: Histórico das racionalidades do Mundo da Vida e Sistema	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorias da Gestão Social interpretadas pelos conceitos de Forma e Espírito em Max Weber	28
Quadro 2: Categorias teórica que fundamentaram o roteiro de questões	84
Quadro 3: Dados quantitativos dos municípios em relação ao Estado de Minas Gerais	89
Quadro 4: Referências bibliográficas por área de concentração – período 2010-2020	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CODEMGE	Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INCUBACOOOP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFLA
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
NEAPEGS	Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
TAC	Teoria do Agir Comunicativo
UFLA	Universidade Federal de Lavras

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivos da pesquisa e hipótese de trabalho	20
1.2 Justificativa	21
1.3 Estrutura da tese	22
2 ABORDAGENS TEÓRICAS EM GESTÃO SOCIAL	24
2.1 Fundamentos da Gestão Social adotados na tese	29
3 TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO	33
3.1 Introdução à Teoria do Agir Comunicativo	33
3.2 Tipos de racionalidades apresentadas por Habermas	37
3.2.1 Agir teleológico	40
3.2.2 Agir regulado por normas	40
3.2.3 Agir dramaturgico	41
3.2.4 Agir Comunicativo	42
3.3 Conceito de sociedade em dois níveis: Mundo da vida e Sistema	45
3.4 Integração Social e Integração Sistêmica	47
3.5 Direito como linguagem que socializa e integra	50
3.6 Democracia Deliberativa	51
3.7 Mediação social e circulação do poder por meio da Esfera Pública e do Direito	53
3.8 Cultura, Esfera Pública, Verdade e Correção	56
3.9 Racionalização Social e Reflexividade	62
4 MODELO DE ANÁLISE DE RACIONALIDADE SOCIAL	73
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	78
5.1 Pesquisa Bibliográfica	79
5.2 Observação Participante e Caderno de Campo	80
5.3 Entrevista Semiestruturada	81
6 GESTÃO SOCIAL E RACIONALIZAÇÃO SOCIAL NA COLETA DE ÁGUA MINERAL NA FONTE	86
6.1 Dados descritivos dos municípios de Cambuquira, Caxambu e Lambari	86
6.2 Análise da pesquisa bibliográfica	90
6.3 Resenha analítica dos livros “Clamor das Águas” e “Ecologia das Águas”	96
6.4 Histórico das racionalidades do Mundo Social	111
6.4.1 Histórias silenciadas (ou quase)	112

6.4.2 Águas Santas	115
6.4.3 Águas Virtuosas	117
6.4.4 Período Científico	119
6.4.5 Reinvenção	122
6.4.6 Síntese das racionalidades do Mundo da Vida e Sistema	124
6.5 Relatório analítico da observação participante e entrevistas semiestruturadas	129
6.6 Análise de situações colhidas no campo	135
6.6.1 Situação I: Subjetivismo animista nas fontes intermitentes	135
6.6.2 Situação II: A colonização das águas pela ideia de riqueza mercantilista	137
6.6.3 Situação III: Águas medicinais e egocentrismo social	138
6.6.4 Situação IV: Respeito aos valores, normas e interesse público	141
6.6.5 Situação V: Pautando a pureza das águas na esfera pública	142
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
9 APÊNDICE	160
10 FOTOS	162

1 INTRODUÇÃO

Para além das necessidades biofísicas fundamentais à vida, dentre elas a vida humana, as diferentes formas pelas quais as sociedades relacionam-se com as águas configuram no seu conjunto, um fenômeno cultural e social complexo que remete a diversas fases da história da humanidade. Isso ocorre, por ser a água um elemento central, na reprodução material e simbólica de todas as civilizações. Na reprodução material, pode-se dizer que a assertiva romana *acquae condunt urbes* – “águas fundam cidades”, ainda é esclarecedora. E na reprodução simbólica, tem-se que a da água está presente, por exemplo, nos mitos de criação (DIEGUES, 2007; MARRAS, 2004).

Nos casos em que a água foi o principal fator, para o assentamento humano e, posterior fundação de cidades, cabe ressaltar que de imediato elas fundam diferentes cidades. Suas características derivam das inúmeras possibilidades objetivas da presença da água no mundo, seja um rio, uma baía, uma geleira, um aquífero, uma lagoa, uma fonte, dentre outras. Estas possibilidades objetivas tanto interferem na reprodução simbólica, como também, no uso que se faz das águas, na reprodução material. As representações culturais das águas, portanto, são diversas como as próprias águas.

Algumas comunidades no Brasil são denominadas de “povos das águas”, porque vivem em estreita dependência com esse elemento, para além das necessidades biofísicas, criando e adaptando seu modo de vida social, subjetivo e objetivo, seja no devir dos rios, mares, lagoas e fontes de águas minerais (DIEGUES, 2007).

Presente na criação dos mundos, a água é considerada uma dádiva divina pelas civilizações não modernas e o seu desaparecimento significa o fim do próprio povo (DIEGUES, 2007). É habitat de diferentes divindades, como também existem as divindades da terra, do céu, da noite. Fato é que, no Parque Indígena do Xingu, existem três distintos mitos de origem da água. Para o povo Kuikuro, a água estava guardada com um antepassado em seis cabaças; para o povo Paraná, foi a tartaruga que trouxe a água para o mundo ao cavar um buraco e para o povo Kaiabi, um deus ficou irritado ao ver um intercuro sexual em local proibido e jogou toda a água do mundo numa ação repelente (TRONCARELLI, M.C.; WÜRKER, E.; KAHN, M.; & GAUDITANO, C., 2002).

Para alguns povos ameríndios há rios que representam um parente ancestral e há casos em que o rio é uma entidade sobre-humana imanente, que não está num outro plano, mas aparece correndo em seu leito, um tipo anímico, que pode ser encontrado também na tradição popular brasileira. É comum ouvir, por exemplo, quando está em pauta a relação do rio São

Francisco com a sociedade, referências reificadas do “Velho Chico”, como um sertanejo forte e cansado de guerra.

Existem muitas versões de um mesmo mito e temas que se repetem. Há mitos onde a água é criada no primeiro momento, como no mito Ioruba, onde Olodumaré divide uma cabaça em céu e mar, conferindo a missão da criação das outras coisas aos orixás. Assim também ocorre no islamismo, que embora possua congruências históricas com o judaísmo, esta civilização conta de modo distinto a criação do mundo. Diz o profeta Muhammad, que no início, não existia nada além de Deus e assim ele criou a água colocando o seu trono acima. A tradição islâmica vai além, estendendo a origem de todas as coisas e animais, à água (ESNOUL, 1959).

Outros mitos introduzem a água nos desdobramentos de uma ação inicial, como no mito chinês de Pan Gu, que primeiro quebra o ovo cósmico, onde estava sendo chocado, liberando juntamente com ele o Yin Yang. As metades do ovo originam o céu e a terra, que Pan Gu segurava, para não se juntarem novamente. Com céu e terra estabelecidos Pan Gu morre e seu corpo principia tudo o que existe no céu e na terra. De seus olhos surgem o sol e a lua, de seu suor as estrelas, de sua carne as terras férteis, de seu sangue os rios, de sua saliva a chuva e assim por diante. No mito de criação cristão-judaico, Deus cria a água antes mesmo da luz. Indica o livro do Genesis que (1; 1-3), “No princípio criou Deus os céus e a terra. A terra era sem forma e vazia e havia trevas sobre a face do abismo, mas, o Espírito de Deus pairava sobre a face das águas. Disse Deus: haja luz. E houve luz”.

No contexto do surgimento da filosofia grega, a preocupação dos primeiros filósofos era da determinação da *physis*, a substância material primordial, concebida como origem e matriz de todas as coisas (BRUNI, 1994). Num ensaio, apresentado por Bruni (1994), o autor desenvolve um exercício de interpretação da célebre frase “tudo é água”, deixando clara a importância objetiva da água e recuperando na dimensão simbólica, suas significações constituidoras da subjetividade.

O autor consulta a história da filosofia e descobre que a frase “tudo é água”, geralmente é interpretada no sentido de “tudo é um”, trata-se de uma ideia sobre a unidade do ser, mas que, o predicado “água” é diminuído, interpretado como um erro ou uma metáfora. Tal predicado precisa de maior consideração, uma vez que a água está presente em todas as atividades humanas e do meio aquoso necessário à reprodução, à dissolução com a morte. A água está onipresente no corpo humano e a frase é tão importante para a filosofia quanto a água é para o filósofo. Para Heráclito, imediatamente posterior a Tales, onde a água vem na

forma de rio, simboliza o devir, a passagem do tempo, a transformação dos seres e coisas e ‘nunca o mesmo homem se banhará nas mesmas águas, do mesmo rio’.

Na modernidade, a água passou a possuir uma definição esvaziada de sentidos, sendo tratada como um insumo mineral, como outro qualquer, e desde o final do século XVIII, “a água deixou de ser um elemento, uma substância primordial, qualitativamente diferenciada, para tornar-se H₂O” (BRUNI, 1994, p.57). A ideia que a água é um recurso natural como outro qualquer encontra, na filosofia de Hegel, o argumento de que o princípio universal não precisa ter uma forma unilateral e singular, tese que ajudou na superação epistemológica do antigo consenso dos quatro elementos (água, fogo, ar e terra) de Empédocles de Agrigento, consenso que durou mais de dois mil anos (BRUNI, 1994).

Conforme a definição da Grande Enciclopédia Delta-Larousse (1978) citada pelo autor, a água é um corpo incolor, inodoro, insípido, líquido à temperatura ordinária, resultante da combinação de um volume de oxigênio, e dois de hidrogênio, capaz de refratar a luz e dissolver muitos outros corpos. Por mais estratégico, como se diz na economia liberal, que seja esse insumo, recurso, matéria prima, Bruni (1994) argumenta que a água é mais do que isso e, seu sentido moderno vem agredindo as relações ecológicas do planeta, e especificamente, a vida biológica e psíquica humana.

Ampliando o sentido moderno da água, Bruni (1994) apresenta como referência um caminho iniciado pelo filósofo Ludwig Feuerbach (1804-1872), que entendia a água não somente como um elemento físico fundamental à vida biológica, mas acrescia essa importância para a vida psíquica. “A água é o espelho natural do ser humano, atrai-nos com seus encantos e reflete, para o homem, a sua própria imagem, põe o que ele é, nela, o ser humano vê sua projeção espelhada e volta a si” (BRUNI, 1994, p. 58).

Aqui, a ideia central é a de uma nova relação entre cultura e natureza, onde a separação cartesiana moderna, com uma natureza externa, existente em si e por si, independente do homem, e de uma natureza interna, própria somente do homem e alheia ao mundo e às coisas, é ampliada pela compreensão de que não existe a natureza em si, fora das representações e dos atos de atribuição de sentido. O símbolo da compreensão desta ideia é justamente a água, por ser o vínculo ao mesmo tempo material e imaterial, entre os dois conceitos modernos, cultura e natureza.

Assim, a água como espelho produz reflexões, “não por acaso a palavra refletir aplica-se à água como ao pensamento” (BRUNI, 1994, p.58). “Foi com a água que o ser humano se viu pela primeira vez, viu seu corpo fora dele, refletido, esse sair de si e voltar a si é símbolo por excelência do pensamento” (BRUNI, 1994, p.59).

Por isso, para compreender o simbolismo da água, a visão moderna deve ser ampliada. Apesar de ser um mérito “cultural” descrever quimicamente o “natural”, a molécula H₂O deve ser pensada, também, de maneira indissociável de suas formas objetivas e subjetivas. Apenas para refletir: 70% do corpo humano é água. Quanto de rocha é uma fonte? Quanto de margem um rio? Quanto de pedra a cachoeira? Quanto de fundo o mar? A frase, “Tudo é água”, poderia significar tudo é matéria para pensar, para refletir, tudo é reflexão” (BRUNI, 1994, p.59).

Em relação a frequência humana, em fontes de águas minerais, pesquisadores como Scheid, Nicoud e Boisseuil (2015), que abordaram, sob os enfoques antropológicos e arqueológicos, o fenômeno da utilização da água como agente de cura e recreação, perceberam que há uma complexa diversidade envolvendo as transformações, que ocorrem durante os séculos nas estâncias hidrominerais. Registre-se que os autores limitaram suas pesquisas ao espaço e cultura ocidental. Assim, uma mesma estância pode ter sido, ou ser, um santuário, um hospital ou um palácio, não necessariamente, nesta ordem.

Os autores deixam claro que se trata de águas incomuns, que têm um ou mais componentes minerais destacados, frequentemente identificados pelo cheiro, sabor, cor, temperatura e gases, impulsionando a curiosidade humana desde a antiguidade. Outras civilizações também possuíam suas “estâncias”. Galeano (1987) por exemplo, relata que, antes da invasão espanhola, o inca Huayna Cápac, quando se fez levar, doente, às termas de Tarapaya, ouviu falar de uma formosa montanha com tonalidades avermelhadas, na região que, posteriormente, deu o nome de Potosí.

A água possui interface com questões universais, como os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável. Partimos do pressuposto que, tais temas estão inter-relacionados, uma vez que para se assegurar que a água continue sendo um direito de todos, o modelo normativo do desenvolvimento deve superar o paradigma instrumental. Contudo, o que se observa é a predominância de ações sociais de desenvolvimento, sejam elas empreendimentos privados, políticas públicas ou pesquisas científicas, orientadas por uma racionalidade limitada a escolhas de meios, para se atingir fins previamente definidos, lucros e dominação, apesar da crescente demanda por canais de expressão dos direitos, compartilhamento de poder decisório e prudência ecológica (SACHS & VIEIRA, 2007; VIEIRA 2000; SACHS, 2000).

Na crescente crise socioambiental planetária, ou como preferem outros autores, no Antropoceno (ARTAXO, 2014), as instituições que regulam e gerenciam os recursos hídricos não estão aptas a agir em face da complexidade das situações. As atuais estruturas

institucionais recorrentemente inviabilizam os projetos e diagnósticos locais, o monitoramento permanente, a reavaliação de objetivos, o compartilhamento de poder decisório entre os atores sociais interessados, dentre outros aspectos calcados na ética, que deveriam nortear as deliberações. Mas a literatura registra que vem se ampliando a percepção de que a mudança necessária deve ocorrer na direção de um paradigma da transformação, consciente de que a verdade não é uma coisa dada a priori, mas algo consensual (KLÄY, ZIMMERMANN, SCHNEIDER, 2015; SACHS & VIEIRA, 2007).

A partir da leitura da obra Teoria do Agir Comunicativo (TAC) de Jürgen Habermas, acompanhada de pesquisa bibliográfica, em artigos e livros de comentadores, foi decidido junto com os orientadores iniciar a pesquisa pela categoria Cultura, uma das três orientações básicas da ação comunicativa. Foi dessa categoria que partiu o olhar para analisar a prática cultural de frequentar e coletar água mineral, para uso doméstico entre a população residente nos municípios de Cambuquira Caxambu e Lambari, localizadas no Sul de Minas Gerais, buscando descrever e analisar na história destes municípios e na atualidade, o que a TAC conceitua como situações passíveis de consenso.

Tais situações ocorrem, segundo Habermas (2016a, p. 166), quando os autores da ação comunicativa “buscam um entendimento sobre a situação de maneira concordante, para assim coordenar seus planos”. As outras duas orientações básicas da ação comunicativa complementam o quadro teórico da seguinte forma, a categoria Sociedade é representada pelos contextos normativos sociais e sistêmicos e, a categoria Personalidade é abordada enquanto permeável às outras duas categorias anteriores, tendo como indicador as externalizações proferidas pelos indivíduos.

A Teoria do Agir Comunicativo busca contornar os impasses e críticas radicais à razão por meio de um paradigma discursivo. Aborda a razão como racionalidade e não, como um conceito geral, voltando sua crítica contra certas características da racionalidade moderna. É uma teoria que destaca o papel fundamental da intersubjetividade, por meio da linguagem, na interpretação do mundo objetivo, social e subjetivo. Segundo o autor, é lícito falar de racionalidades, no plural, visto que somente pode-se mencionar a razão, quando decomposta sob diferentes aspectos do útil, do bom, do justo e em diferentes formas de comunicação. Ainda segundo o autor, a unidade da razão já não pode ser fundamentada, segundo o modelo kantiano da unidade da consciência transcendental. Uma vez que a vontade dos indivíduos e o próprio conceito de vontade, a par do tipo das questões e respostas, também se modificou sob a influência do paradigma linguístico.

No mundo objetivo, que trata da dimensão biofísica da realidade, a água é possuidora de uma realidade ancestral, uma realidade anterior ao planeta e de toda possibilidade de vida (LEMES DE SOUZA, 2018). Num estudo astrofísico liderado por Cleaves (2014) publicado na revista *Science*, a pesquisadora revela dados do mundo objetivo que permitiu a conclusão de que a água de nosso planeta é mais antiga que nosso sistema solar, e possui cerca de 4,6 bilhões de anos. Segundo a pesquisadora os gelos interestelares estão disponíveis para todos os sistemas planetários nascentes, a massa cósmica que deu origem à Terra, recebeu a água desses gelos interestelares, iniciando uma nova fase da história geofísica do planeta.

Outra pesquisa, agora circunscrita ao Circuito das Águas de Minas Gerais foi realizada pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais CODEMGE (2019), abrangendo a caracterização geoambiental, geológica, geofísica, hidrogeológica e hidrogeoquímica reporta dentre outras informações, que a área de recarga das fontes abrange uma superfície muito maior do que se imaginava, chegando aos picos da serra da Mantiqueira na divisa com o Rio de Janeiro e que, o ciclo hidrológico pode durar 25 mil anos, entre a queda das chuvas e sua saída na fonte (SIGA – CIRCUITO DAS ÁGUAS, 2018).

No mundo subjetivo, que analisa a dimensão psicológica, a relação com as águas minerais é idiossincrática, diz respeito às personalidades e formas individuais de relação com as fontes, há preferências, crenças, diferentes sensações físicas e sensoriais como saciedade e paladar. Assim, ir até a fonte pode ser uma rotina doméstica pragmática, lúdica, sagrada, sublime, saudável, mística, dentre outras (LEMES DE SOUZA, 2018).

O foco aqui é o mundo social, formado pelos contextos normativos da sociedade, onde estão os consensos da racionalização social. Nesse sentido, as relações dos coletores com as águas minerais foram tipificadas em cinco momentos históricos; (i) Histórias Silenciadas, (ii) Águas Santas, (iii) Águas Virtuosas, (iv) Período Científico e (v) Reinvenção. Essa tipificação destaca a racionalidade dominante, nestes vários momentos, seja na prática cultural de frequentar as águas minerais, seja no contexto normativo da administração das águas minerais. Os cinco momentos históricos tipificados servem para comparar as diferentes racionalidades que foram consensuais a seu tempo, seja no Mundo da Vida ou no Sistema.

A utilização das teorias de Habermas para fundamentar pesquisas no campo dos estudos organizacionais é algo consolidado e se adequa muito bem para tais empreitadas (URIBE RIVIEIRA, 1995). Habermas (2016a) compreende as contradições da modernidade como uma tensão entre duas formas de integração da ação: a integração social e a integração sistêmica. Essa dinâmica e suas distinções estão fundamentadas em um conceito de sociedade em dois níveis, denominados de Mundo da Vida e o Sistema, detentores de racionalidades

concorrentes. Essa característica permite uma dupla abordagem na relação Sociedade/Estado/Mercado. Essa relação pode ser analisada pela teoria da ação comunicativa como; (i) contexto valorativo, normativo e subjetivo que envolve os atores (mundo da vida), bem como: (ii) forma de racionalidade que transcende a orientação particular dos atores (sistema) (URIBE RIVIEIRA, 1995).

Como forma de integração social é estudada a prática cultural de frequentar as fontes de água mineral, e como forma de integração sistêmica, o contexto normativo das águas minerais. Assim, interessa a este trabalho revelar como uma prática cultural pode ajudar a explicar consensos históricos, tendo, como norte, a seguinte questão de pesquisa: como a prática de coletar água mineral nas fontes pode revelar horizontes consensuais próprios da gestão social? Parte-se do pressuposto que aquilo que envolve o acesso e utilização da água mineral na modernidade, ocorre numa tensão entre as especificidades do Mundo da Vida e do Sistema, no âmbito das diferentes normas que emergem das duas formas de integração da ação nos municípios de Caxambu, Lambari e Cambuquira que, mesmo sem uma sincronia temporal, passaram por momentos históricos semelhantes.

1.1 Objetivos da pesquisa e hipótese de trabalho

O presente trabalho analisa as diferentes racionalidades que uma prática cultural pode espelhar. O objetivo geral da pesquisa é analisar a prática cultural de frequentar as fontes de águas minerais, no sentido de revelar horizontes consensuais próprios da gestão social. Essa análise é realizada sob uma perspectiva histórica, cujas características permitem identificar sua transição por diferentes horizontes consensuais, com graus de racionalidade social distintos, quando a maior ou menor centralidade reflexiva tem correlação direta com a capacidade de obter consensos, por meio do agir comunicativo.

Essa tese permite abordar o desenvolvimento de um problema, simultaneamente, teórico e prático. O problema teórico se refere aos esforços de crítica à razão, acusada por diferentes enfoques de assumir características autoritárias, repressivas e destrutivas (GOMES, 2007). O problema prático aborda os desdobramentos de tais características no campo da política, da ética e das relações ecológicas, que, neste trabalho, será analisado na inter-relação entre Sociedade, Estado e Mercado, quanto ao uso das águas minerais na história das cidades de Cambuquira, Caxambu e Lambari. Essas cidades são reconhecidas como estâncias hidrominerais de projeção internacional, numa região conhecida como Circuito das Águas do Sul de Minas Gerais e localizadas na bacia hidrográfica do Rio Verde.

Parte-se da hipótese de que as definições situacionais passíveis de consenso subjacentes às práticas culturais são indicadores do grau de racionalização social das comunidades de intérpretes. Nesse sentido, entende-se que as práticas culturais expressam valores e saberes sociais (CABRAL, 2011) que, num meta-nível permitem revelar o grau de racionalização dessas comunidades, conseqüentemente a aptidão à ação comunicativa, elemento fundamental para uma gestão orientada pelos princípios do bem comum, e do interesse público esclarecido e emancipado, que aqui recebe o nome de gestão social.

Especificamente, essa tese objetiva discutir como a prática de coletar água mineral reflete horizontes consensuais herdados culturalmente e, como estes consensos influenciam na capacidade de agir, sob a égide da racionalidade comunicativa, base da gestão social.

1.2 Justificativa

Tal abordagem se justifica, uma vez, que busca compreender o atual confronto de ideias na gestão de recursos comuns, onde se tem de um lado, a persistência da racionalidade instrumental e de outro, a busca da consolidação dos direitos humanos, e do desenvolvimento sustentável, cujo modo operante exige uma racionalidade orientada por valores, e um grau de racionalização social que amplifique a relação sujeito-sujeito, em contraposição à relação sujeito-objeto. Esse confronto de argumentos expõe um dos problemas que Habermas (2016a) se propõe a esclarecer, ou seja; como superar o problema da tradução das diversidades na construção de consensos universais, reconhecendo as particularidades culturais.

A resposta para essa questão está relacionada com o grau de racionalidade social, uma espécie de ponto de partida ontológico que sustenta os atos de fala. A estrutura de uma situação ideal de fala, deve, em termos gerais, garantir a abertura à participação dos interessados, a ausência de coação e transparência, oferecendo condições para que o melhor argumento se imponha, exigindo dos participantes da argumentação uma atitude autocrítica e a troca empática de perspectivas interpretativas (HABERMAS 2014).

Conhecer o grau de racionalização social pode ser um instrumento de moderação na esfera pública em um processo de Gestão Social. (HABERMAS, 2004, 2014, 2016a; KLÄY, ZIMMERMANN, SCHNEIDER, 2015; PIAGET, 1931).

1.3 Estrutura da Tese

Esta tese está organizada de seguinte forma. Primeiramente, esta introdução, que aborda, inicialmente, a problemática simbólica e material da relação humana com a água em geral, e dos coletores de água mineral em específico, apresentando também os objetivos da pesquisa, a justificativa, a hipótese de trabalho e a estrutura da tese.

O segundo capítulo apresenta os fundamentos teóricos do conceito de gestão social, por meio de dois tópicos. No primeiro é apresentado uma compilação de trabalhos de revisão de literatura, objetivando mostrar a gênese, consolidação, amadurecimento teórico e institucional do campo da gestão social. No segundo tópico são apresentados os fundamentos da abordagem de gestão social, que orientam as análises desta tese, a saber, o interesse público bem compreendido, a esfera pública e a emancipação.

No terceiro capítulo é apresentado o enfoque analítico, iniciando-se por uma introdução à Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas, seguido pela apresentação de seus quatro tipos de racionalidades, o conceito de sociedade em dois níveis, bem como os conceitos de Integração Social e Sistêmica, Direito, Democracia Deliberativa, Esfera Pública e Cultura. O capítulo é finalizado com um tópico, objetivando demonstrar a correlação entre os conceitos de Racionalização Social e Reflexividade, importante na construção do modelo de análise. Este tópico destaca elementos do construtivismo de Jean Piaget, elementos utilizados pelo próprio Habermas por meio de seu método de incorporação crítica, na formulação da TAC.

O modelo de análise, apresentado no quarto capítulo, é fruto de um consórcio entre Habermas, Piaget e Guerreiro Ramos. O modelo de análise organiza a teoria do conhecimento em três grandes campos (teoria da necessidade, teoria da possibilidade e teoria relativista) refletindo o grau de racionalização social, num contínuo que vai do determinismo total, ao relativismo total.

Os procedimentos metodológicos são apresentados no quinto capítulo. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, observação participante, caderno de campo e entrevista semiestruturada. A pesquisa de campo foi realizada por um período de sete (7) meses, nos municípios de Cambuquira, Lambari e Caxambu (setembro de 2018 a março de 2019) e foram entrevistados 108 coletores de água mineral. Além disso, o dia a dia e conversas informais com outros coletores e não coletores possibilitaram recolher informações que foram transcritas no caderno de campo. As informações coletadas foram sistematizadas e submetidas à análise de conteúdo e organizadas por meio do modelo de análise.

O sexto capítulo reúne as análises dos dados. Primeiramente, as cidades de Cambuquira, Caxambu e Lambari são apresentadas por meio de dados descritivos. Na sequência segue-se para uma análise da pesquisa bibliográfica com auxílio do modelo de análise. Por meio desse mesmo modelo realiza-se a análise das racionalidades do mundo social e sistêmico de cinco períodos históricos. Por fim, é apresentado o relatório analítico da observação participante e entrevista semiestruturada, com dados sobre a prática cultural em estudo. Este relatório termina com cinco situações colhidas na pesquisa de campo e analisadas com o repertório teórico da tese. Essas situações revelam consensos dispersos pela esfera pública local sobre: as relações subjetivas com as fontes; a colonização do mundo da vida pelo sistema; a persistência de racionalidades centradas; o respeito a normas e ao interesse público e a defesa popular da água mineral.

Nas considerações finais, argumenta-se que atualmente, o grau de reflexividade social espelhado, pela prática cultural de coletar água mineral no mundo da vida apresenta características de uma racionalidade mais apta ao diálogo e ao esclarecimento que às dos períodos históricos anteriores, pois, descentrada ao ponto de incluir afetos e conceitos científicos, em seus argumentos. No entanto, no contexto sistêmico, o desenvolvimento instrumental e institucional não foi acompanhado de um desenvolvimento epistemológico, tendendo a maior centralização.

Essa tese está inserida no projeto “Gestão Social, Esfera Pública e Governança Deliberativa no Circuito Turístico das Águas” no âmbito do Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal de Lavras (NEAPEGS/UFLA).

2 ABORDAGENS TEÓRICAS DA GESTÃO SOCIAL

O ambiente histórico de surgimento da Gestão Social na América Latina remonta aos contextos de redemocratização e reformas do Estado ocorridos, em diversos países do continente, nas décadas de 1980 e 1990. Contextos caracterizados por crises de legitimidade e a estagnação econômica, que demandavam novas concepções e ações na gestão de políticas públicas (MENON & COELHO, 2019). O campo científico da Gestão Social conta com uma produção acadêmica recente, o trabalho apontado como seminal é do economista argentino Bernardo Kliksberg (1997), que utilizando o conceito de *gerência social*, aborda a necessidade de uma perspectiva gerencial que possibilite que áreas sociais caracterizadas por desigualdades acessem os centros de poder, por meio de participação em redes plurais, com coordenação interna (PERES JR. & PEREIRA, 2014; TENÓRIO, 2005).

Na academia brasileira, o conceito foi apresentado por Fernando Guilherme Tenório, no artigo “Gestão Social: uma perspectiva conceitual”, publicado na Revista de Administração Pública (RAP) em 1998, na qual a Gestão Social é esboçada como uma abordagem alternativa de gestão, dialógica e emancipatória. Na primeira década de 2000, o conceito passou a ser objeto de estudo em programas de pós-graduação e cursos de graduação em Administração, e também passa a ser eixo temático de eventos acadêmicos e publicações científicas (MENON & COELHO, 2019). A literatura da primeira geração de pesquisadores em Gestão Social é um conjunto de esforços iniciais de conceituação e crítica, tanto do termo Gestão Social, quanto da definição do seu objeto. Menon e Coelho (2019) argumentam que os trabalhos da primeira geração foram publicados no decorrer dos anos 1990 e na primeira metade da década de 2000. Como exemplo, mencionam os trabalhos de:

Fernando Tenório sobre gestão social e esfera pública, de Tânia Fischer sobre desenvolvimento social e território, de Ladislau Dowbor sobre poder local, de Luciano Junqueira sobre intersetorialidade e terceiro setor, de Genauto França sobre economia solidária e associativismo, de Rosa Fischer sobre empreendedorismo/responsabilidade social, de Rosinha Carrion sobre movimentos sociais, de Ana Paula Paes de Paula sobre administração pública societal e de José Antônio Pinho, Pedro Jacobi, Marta Farah e Peter Spink sobre inovações sociopolíticas nas relações entre Estado e sociedade em nível subnacional (MENON & COELHO, 2019, p.5).

Uma crítica recorrente era que a diversidade de interpretações do termo e o modo contextual de sua aplicação provocaram uma dispersão conceitual e um mal-estar de não pertencimento nem ao campo da gestão pública, nem da gestão privada (MENON &

COELHO, 2019). Contudo, Peres Jr. e Pereira (2014) identificam três convergências temáticas abordadas nos trabalhos da primeira geração; (i) a contraposição gestão social versus gestão estratégica; (ii) o terceiro setor como um espaço de ocorrência da gestão social; (iii) a proeminência de conceitos como participação, diálogo e busca do bem comum.

Segundo Menon e Coelho (2019) a segunda geração de pesquisadores advém da institucionalização gradual da Gestão Social, como área de ensino e pesquisa, a partir de meados dos anos 2000. Além da ampliação das disciplinas e linhas de pesquisa, em programas de pós-graduação, a organização do I Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS) em 2007, e a formação da Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS), vão delimitando, institucionalmente, essa comunidade acadêmica. Durante o X ENAPEGS, realizado na Universidade Federal do Cariri (UFCA), em 2018, a Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) converteu-se em uma associação científica, consolidando, formalmente, seu status de comunidade acadêmica (MENON & COELHO, 2019). A Gestão Social apresenta-se, também, em subáreas de congressos como EnANPAD e o Colóquio Internacional sobre Poder Local.

Nos trabalhos da segunda geração, portanto, aparecem as iniciativas de delimitações do campo da Gestão Social, como os de Oliveira, Cançado e Pereira (2010), Peres Jr. e Pereira, (2014), Cançado, Pereira e Tenório (2015) e Alcântara e Pereira (2017). Estes trabalhos demonstraram, por meio de revisões bibliográficas, que o campo da Gestão Social no Brasil já possui características, princípios e categorias, que permitem serem qualificadas como tendências, consensos, correntes ou ‘escolas’ de Gestão Social, mesmo com suas preferências epistemológicas e metodológicas distintas.

Oliveira Cançado e Pereira (2010) entendem que a Gestão Social tem se apresentado como uma possibilidade promissora de campo de estudos e, que há um avanço no sentido de sedimentar fundamentos teóricos, para promover sua consolidação. A organização de espaços que facilitam a coordenação, para a tomada de decisão coletiva, envolvendo organizações e instituições, constituem condição fundamental, para se compreender o conceito de Gestão Social (OLIVEIRA, CANÇADO & PEREIRA, 2010).

Os autores identificaram na literatura de então, que a pesquisa e a prática da gestão social no Brasil reportavam que a sociedade vinha “(re)criando espaços públicos”, nos quais a ação pública, mesmo que de forma incipiente ou parcial tornava-se possível. Neste sentido, sintetizam que “os espaços públicos constituem uma das bases, para se compreender e consolidar o conceito de gestão social” (OLIVEIRA, CANÇADO & PEREIRA, 2010, p. 613). Consideram que as proposições teóricas da esfera pública habermasiana constituem

pilares para se compreender, delimitar e propor um conceito de Gestão Social, pois “dentro de uma esfera pública são necessários espaços onde, de fato, a sociedade civil possa manifestar sua opinião, e que seja transformada em decisão política, por meio de ação coletiva”. (OLIVEIRA CANÇADO & PEREIRA, 2010, p. 622).

Outra empreitada objetivando uma visão do campo da Gestão Social vem de Peres Jr. e Pereira (2014). Os autores identificam por meio de uma análise das referências bibliográficas dos trabalhos de maior impacto (mais citados) utilizando a palavra-chave: gestão social – quatro grupos com alguma homogeneidade, que podem ser apontados como as principais ‘escolas de pensamento’ do campo da Gestão Social: (i) a corrente derivada da teoria crítica frankfurtiana; (ii) a corrente baseada na noção de gestão do desenvolvimento social conduzido por interorganizações; (iii) abordagens centradas nos conceitos de administração pública societal e (iv) pela chamada abordagem puquiã, de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), dado a origem e/ou local de atuação de seus autores. Peres Jr. e Pereira (2014) apresentam ainda que, a despeito dessas convergências, é possível identificar uma subdivisão na forma de duas vertentes conceituais: uma que vincula a gestão social estritamente à gestão pública e, outra que expande seu escopo a uma ação gerencial dialógica, que pode ser utilizada em sistemas sociais diversos, sejam eles públicos, privados ou organizações não governamentais.

Para Cançado, Pereira e Tenório (2015), o conteúdo epistemológico sobre o significado da Gestão Social vem se desenvolvendo desde a década de 90, avançando no sentido de democratizar os processos de decisão. Os autores contextualizam seu argumento com uma síntese provisória do conceito, apresentando as principais características da Gestão Social, a saber: tomada de decisão coletiva, ausência de coerção, inteligibilidade, dialogicidade e entendimento esclarecido. Revelam que a percepção dos autores do campo da Gestão Social, sobre a racionalidade como categoria teórica, parte do consenso em relação à hegemonia da racionalidade utilitária, nas relações sociais.

Porém, tais autores podem ser divididos em três linhas: (i) Equilíbrio entre as racionalidades; essa linha argumenta que a dimensão econômica deve ser integrada, compreendendo ação e reflexão, subjetividade e objetividade, criatividade e instrumentalização; (ii) Subordinação da lógica instrumental; cuja linha defende que a lógica instrumental deve ser subordinada a outras lógicas, tais como lógicas sociais, políticas, culturais e ecológicas, pautando-se na racionalidade substantiva; (iii) Agir comunicativo; cuja linha apresenta o agir comunicativo de Habermas como a racionalidade inerente à Gestão Social, apresentando elementos conceituais que democratizam as relações na sociedade por

meio da linguagem como meio para o entendimento na esfera pública (CANÇADO, PEREIRA & TENÓRIO, 2015).

Alcântara e Pereira (2017) identificam, na literatura, um conjunto de categorias/tensões: (i) agir comunicativo e agir estratégico; (ii) público e privado; (iii) coerção e espaço livre de fala; (iv) conflito e consenso; (v) dominação e emancipação; e (vi) interesses técnico, prático e emancipatório. Buscam superar estas compreensões dicotômicas mediante reconstruções epistêmicas crítico-reflexivas das forças instrumentais e emancipatórias, presentes na vida cotidiana e compartilhadas intersubjetivamente. Neste sentido, repensam e problematizam o *locus* da gestão social, no contexto das inter-relações e tensões entre o mundo-da-vida e o sistema, à luz de Jürgen Habermas. Defendem a tese de que é possível compreender o *locus* da gestão social, no contexto das inter-relações e tensões entre mundo-da-vida e sistema. Os autores argumentam que esta abordagem representa uma chave para a leitura sociológica e epistemológica da Gestão Social, permitindo a problematização de diversas tensões que se materializam entre Estado, Mercado e Sociedade Civil. A síntese analítica proposta pelos autores, recomenda que o *locus* da Gestão Social seja compreendido, a partir dos processos intersubjetivos, que ocorrem nos casos de “possibilidades de complementariedade, justaposições, momentos dialéticos, fronteiras fluidas, intercâmbio e conflitos de lógicas” (ALCÂNTARA & PEREIRA, 2017, p. 412). É uma proposta pautada por uma visão relacional, que busca ampliar a capacidade analítica da Gestão Social a partir das inter-relações e tensões.

Nesse processo, a esfera pública se destaca, pois é essencial para as inter-relações e tensões entre mundo-da-vida e sistema (ALCÂNTARA & PEREIRA, 2017). Concluem que o *locus* da Gestão Social “diz respeito aos processos deliberativos de caráter público que circulam no âmbito das inter-relações e tensões entre mundo-da-vida e sistema, intermediados pela linguagem do direito” (ALCÂNTARA & PEREIRA, 2017, p.427). O que implica segundo os autores, na necessidade de reconstruções epistêmicas e de articulações entre as orientações de interesses cognitivos.

Decorridas mais de duas décadas de construção e maturação teórico-conceitual, o campo do saber da Gestão Social possui, hoje, características multiparadigmáticas, e vem ampliando suas interconexões com outros campos do saber, flexibilizou o conceito e ampliou suas imbricações com os modelos de análise de diversas áreas do conhecimento, tais como, Administração Pública, Ciência Política, Sociologia, Serviço Social, Planejamento Urbano, etc. (MENON & COELHO, 2019).

Quanto a característica multiparadigmática do campo, Oliveira, Cançado e Pereira (2020), apresentam uma interpretação do conceito de Gestão Social inspirados pelo método compreensivo/analítico de Max Weber. A partir de relatos escritos por Celso Furtado sobre sua experiência, na Brigada Internacional do Trabalho na Iugoslávia em 1947, os autores identificaram as categorias: (i) Interesse Bem Compreendido; (ii) Esfera Pública e (iii) Emancipação. Estas categorias são então desdobradas pelos conceitos weberianos de “forma” (aspectos institucionais) e “espírito” (aspectos culturais) da Gestão Social. O quadro 1 sintetiza o exercício analítico dos autores:

Quadro 1 - Categorias da Gestão Social interpretadas pelos conceitos de Forma e Espírito em Max Weber.

CATEGORIA DAS GESTÃO SOCIAL	FORMA (aspectos institucionais)	ESPÍRITO (aspectos culturais)
Interesse Bem Compreendido	Frutos do trabalho acessíveis àqueles que produzem Compartilhamento de poder deliberativo	Não há felicidade pessoal onde não há segurança e justiça social
Esfera Pública	Diversidade e democratização das Mídias Espaços de convivência	Superação da ideologia cética na luta contra o fascismo Promoção da paz social
Emancipação	Realização humana Aproveitamento do tempo livre	Desejo de trabalhar para a construção de um mundo livre de guerras, do medo, da miséria e da ignorância

Fonte: Adaptado de Oliveira, Cançado e Pereira (2020)

Em relação à categoria Interesse Bem Compreendido, os autores apresentam duas formas institucionais interligadas, uma econômica outra política; como espírito ou aspecto cultural, o bem-estar do indivíduo deriva de um bem-estar coletivo. A Esfera Pública é formada pelas mídias e no agir comunicativo cotidiano, oxalá orientada por luzes humanistas. E a Emancipação é pragmática. Deseja-se um futuro possível, não transcendente, por meio do trabalho não alienado e da criatividade (OLIVEIRA, CANÇADO & PEREIRA, 2020).

2.1 Fundamentos teóricos da Gestão Social adotados na tese

Os fundamentos teóricos da Gestão Social, que orientam este trabalho, estão no livro “*Gestão Social: epistemologia de um paradigma*”, de Cançado, Pereira e Tenório (2015). O objetivo dos autores foi jogar luz numa possibilidade objetiva de construção de um campo de conhecimento científico específico, uma vez que identificam a maturidade teórica para tanto. Nesse sentido, apresentam a produção do conhecimento científico a respeito da Gestão Social por meio de uma ampla revisão bibliográfica e definem um grupo de três categorias que sintetizam os fundamentos das diferentes perspectivas, que coexistem no debate acadêmico contemporâneo. A Gestão Social foi caracterizada pelos autores como um processo que se articula por meio da dialética negativa, ou seja, transitando numa mão dupla pelas categorias: *Interesse Bem Compreendido*, *Esfera Pública* e *Emancipação*.

Segundo os autores, a proposição dessas categorias teóricas da Gestão Social é uma “delimitação feita a lápis”, no sentido de ser o começo de um debate, que pode ser redesenhado com os seus desdobramentos. Cabe ressaltar que as categorias podem ser consideradas como tipos ideais weberianos, ou constructos formados por uma associação de subcategorias. Portanto, não têm caráter prescritivo, mas sim analítico (CANÇADO, PEREIRA & TENÓRIO, 2015).

Figura 1 - Categorias da Gestão Social



Fonte: Cançado, Pereira e Tenório (2015).

O conceito de *Interesse Bem Compreendido*, foi formulado por Alexis de Tocqueville em 1835 e, apresentado, na obra “A Democracia na América”. Parte da premissa que o bem-estar coletivo é pré-condição para o bem-estar individual. Dessa premissa desdobra-se um princípio moral orientador que diz que até a última instância, ao fazer a defesa dos interesses coletivos, o indivíduo está defendendo seus próprios interesses, gerando uma solidariedade

social, a partir do exercício do auto interesse esclarecido de indivíduos com princípios democráticos. A “máxima” de Tocqueville que sintetiza essa premissa é: “a virtude é útil” (CANÇADO, PEREIRA & TENÓRIO, 2015). Em síntese, o interesse bem compreendido é aquele, no qual, o indivíduo deseja para a coletividade o mesmo que deseja de melhor para si mesmo.

Nesse sentido, as ideias que acompanham o Interesse Bem Compreendido vêm reforçar a questão da interdependência entre os indivíduos, no sentido de perceberem a dinâmica da sua própria atuação na esfera pública, construindo permanentemente um espaço público de interesse geral, sem o sentimento egocêntrico de independência, que confunde liberdade com autossuficiência privada. O compromisso com a coesão, desenvolvimento e bem-estar social fundamenta-se na solidariedade sincrônica com a geração atual e a solidariedade diacrônica com as futuras gerações (CANÇADO, PEREIRA & TENÓRIO, 2015).

Segundo Silva (2020) Tocqueville indica que a principal fonte de racionalização dos processos de tomada de decisão advêm da conscientização da prática política, do debate público entre os diversos interesses e argumentos controversos. Ainda é possível notar, que a noção de interesse, e especificamente o conceito do Interesse Bem Compreendido, encontram-se atrelados a uma discussão mais geral, sobre categorias morais. Segundo Silva (2020, p. 111) “Tocqueville visava, em parte, a composição de um debate sobre categorias morais, explicitando que dentre seus objetivos estava o de estabelecer distinções entre as categorias do interesse”. O autor esboça três categorias: interesse egoísta, interesse utilitário e interesse em cumprimento do dever, que oferecem o sentido de uma quarta, que veio a ser a categoria teórica do Interesse Bem Compreendido (SILVA, 2020).

Em relação à categoria Esfera Pública, os autores expõem primeiramente seu desenvolvimento, até a esfera pública burguesa habermasiana e, avançam posteriormente, para o que eles consideram uma esfera pública ampliada, que consiga aproximar, novamente, a população à política, com uma perspectiva emancipatória (CANÇADO; PEREIRA & TENÓRIO, 2015). Os autores argumentam que a categoria Esfera Pública deve abarcar os seguintes elementos: democracia deliberativa, racionalidade, dialogicidade e intersubjetividade.

A democracia deliberativa é concebida como o processo decisório da Gestão Social. O tipo de racionalidade proposto para a condução da Gestão Social é comunicativa, ou substantiva. Por fim, a dialogicidade e intersubjetividade são condicionantes do desenvolvimento da esfera pública enquanto *locus* da Gestão Social. Um Estado democrático

deve ser legitimado pela esfera pública esclarecida, mesmo que possua políticas de distribuição de poder e renda (CANÇADO; PEREIRA & TENÓRIO, 2015).

A categoria *emancipação* é entendida e sintetizada pelos autores como; o alcance da consciência crítica do indivíduo e da coletividade, além do sentido de livrar-se da tutela de alguém, libertar-se, buscar autonomia. Parte-se da consideração que a racionalidade utilitária hegemônica no ocidente capitalista é uma barreira para a emancipação. Esta categoria está inscrita na tradição marxista e na teoria crítica, no sentido de perseguir a ruptura com as relações opressoras de produção e reprodução da vida, superando, por meio do esclarecimento, a subalternidade e manipulação imposta pelo cálculo egocêntrico de possíveis vantagens (CANÇADO; PEREIRA & TENÓRIO, 2015). Contudo, essa categoria não deve ser tratada apenas como um fenômeno individual. A capacidade de uma sociedade perceber contradições tem consequências políticas, capazes de intervir nas estruturas de dominação. O ser humano se emancipa quando percebe suas potencialidades individuais, como motor dessas forças sociais (CANÇADO; PEREIRA & TENÓRIO, 2015).

Consideram por fim, que a finalidade da Gestão Social é dar vazão ao *Interesse Público Bem Compreendido*, diante de situações de conflito e/ou cooperação, quando os diferentes sujeitos da ação, ao se posicionarem por meio da linguagem, com argumentos com pretensões de validade criticáveis, contribua reflexivamente para a emancipação. Nesse sentido, o gestor social cumpre o papel de coordenar e sistematizar os argumentos, que evidenciam a superação das situações/problemas e os novos consensos.

O tema dos valores e sua reprodução nos mecanismos de gestão é abordado por Cabral (2017) que considera a gestão social como a gestão peculiar das organizações de interesse público, que reproduz valores e promove resultados de impacto, no âmbito de sua atuação no espaço público. Para o exame das práticas culturais dos coletores de água é apropriado considerar a transmissão de valores e sua relevância, como instrumento de comunicação entre os agentes sociais, conformando sua visão de mundo.

Como visto, na Teoria do Agir Comunicativo, o movimento de descentração tem papel fundamental na compreensão de mundo, que por sua vez tem papel fundamental: (i) no interesse bem compreendido: pela pré-disposição à mudança de hábitos e opiniões; (ii) na esfera pública: como indicador da capacidade de diálogo e intersubjetividade; e (iii) na emancipação: com as interpretações políticas e morais sem tutela.

Para colocar em perspectiva a própria Teoria do Agir Comunicativo com seu grau ideal de descentramento, que segundo Habermas (2016), é a única forma capaz de libertar-se tanto quanto do egocentrismo como do relativismo autodestrutivo, o modelo de análise aqui

proposto introduz como pano de fundo deste contínuo, a síntese (ampliada) da teoria do conhecimento apresentada por Alberto Guerreiro Ramos, cujo modelo de análise é tratado no próximo capítulo.

3 TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO

3.1 Introdução à Teoria do Agir Comunicativo

Quando a Sociologia emergiu como uma disciplina com problemática própria no século XVIII, versando sobre o surgimento e desenvolvimento da sociedade moderna, ela já tinha diante de si, o tema da racionalização social (HABERMAS, 2016a). O modelo de racionalidade era oferecido pelas ciências naturais e matemáticas, e esse modelo se tornou o paradigma do conhecimento em geral (HABERMAS, 2016a). A racionalidade instrumental marcou, profundamente, a autocompreensão da era moderna, por meio do empirismo e foi submetida à crítica implacável de diversos autores (PINTO, 1995).

Segundo Habermas (2016a), pensadores como Marx, Weber, Horkheimer e Adorno identificaram a racionalização social com o crescimento da racionalidade instrumental e estratégica dos contextos das ações, “o que faz pairar diante deles uma racionalidade social abrangente ou única” (HABERMAS, 2016a, p.267). Isso não acontece, diz Habermas (2016a). É uma fragilidade teórica que todos partilham. Para Habermas (2016a), tais autores trabalham com um conceito restrito de razão.

O grande problema dessas abordagens é que confundem um tipo particular de racionalização (a instrumental) e suas consequências, como sendo patologias da própria razão (PINTO, 1995). As teses defendidas por aqueles autores da primeira geração de Frankfurt, por exemplo, no que diz respeito à identificação entre razão e dominação, concluem que o processo de esclarecimento racional teria corroído a própria possibilidade da liberdade na sociedade, chegando a uma concepção de mundo administrado, onde a razão teria se absolutizado, na forma de uma razão instrumental técnico-calculadora na qual, a práxis transformadora e mesmo a resistência estariam bloqueadas (BRESSIANI, 2016). Agindo dessa maneira, tais autores só encontravam a espontaneidade livre de reificação, em poderes irracionais como o carisma, a arte e o amor (PINTO, 1995).

Contudo, não significa que Habermas recuse por completo a tese de que a modernização social e o processo de esclarecimento racional tenham também levado à institucionalização da racionalidade instrumental. Pelo contrário, esta racionalidade é alvo central de sua análise, quando aborda a colonização do mundo da vida pelos subsistemas. Tal racionalidade originou-se no mundo da vida, e o autor demonstra como após seu descolamento e autonomia investe contra esse mundo, cuja racionalidade é comunicativa (BRESSIANI, 2016; HABERMAS, 2016a; PINTO, 1995).

No horizonte emancipatório habermasiano, a racionalidade técnica compõe o repertório cultural da sociedade e não é a única racionalidade disponível. A existência de tais ações racionais orientadas ao sucesso, não constitui, *a priori*, uma patologia social, e não está em questão sua hipotética superação, com a instauração de uma sociedade, na qual esta não desempenhe qualquer papel. Para Habermas (2016a), as patologias sociais surgem apenas quando os imperativos sistêmicos extrapolam o domínio dos subsistemas e invadem o mundo da vida, substituindo as interações sociais, que estão na base de sua reprodução simbólica.

Na obra “Teoria do Agir Comunicativo” essa colonização, que deixa assimétrica a relação entre mundo da vida/sistema é uma tendência e um paradoxo da modernidade, que resulta de um alargamento, indevido, da forma funcionalista de coordenação de objetivos, em direção às esferas que dependem da comunicação, porque são especializadas na transmissão cultural, na integração social e permanecem dependentes do entendimento mútuo, como mecanismo de coordenação da ação.

Os conflitos modernos surgem, portanto, “nas costuras” entre o sistema e o mundo da vida. É nesta fronteira onde ocorrem as lutas pela emancipação contra a burocratização e monetarização das relações comunicativas. A base comunicativa do mundo da vida permaneceria, então, em constante ameaça de ser neutralizada pelos subsistemas. (BRESSIANI, 2016; HABERMAS, 2016a).

Habermas (2016a) desenvolve sua Teoria do Agir Comunicativo num processo de incorporação/superação teórica que amplia o conceito de razão, propondo um diálogo com autores de um variado espectro teórico, tais como o funcionalismo, a fenomenologia, o marxismo e a teoria crítica da escola de Frankfurt, assumindo um caráter inter paradigmático, fundamentando-se em categorias de análise de teorias objetivistas e subjetivistas, com a intensão de superar as contradições e aporias. Essa abordagem permite o estudo da sociedade incluindo contrastes de enfoques teóricos divergentes (PINTO, 1995).

Podemos sugerir que Habermas, na TAC, a partir dos autores que considera clássicos, adota, de forma mais ou menos direta, a centralidade da ideia da comunicação linguística presente em Mead, a importância da ação social conforme desenvolvida por Weber, o papel da solidariedade como elemento fundamental para a integração social característico do pensamento de Durkheim e, finalmente, o conceito de sistemas de Parsons relacionado à definição da economia e da administração pública (GUTIEREZ & ALMEIDA, 2013, p.161).

Voltando sua crítica contra certas características da racionalidade moderna, Habermas apresenta sua contribuição para contornar os impasses e críticas radicais por meio de um

paradigma discursivo que não fala da razão, mas de racionalidades (URIBE RIVIERA, 1995). A racionalização do mundo da vida possibilitaria assim, a diferenciação da própria ação instrumental, que leva ao surgimento de domínios de ação formalmente organizados, sistemas de ação livres de qualquer normatividade, bem como de vínculos com a ação comunicativa. (BRESSIANI, 2016).

Na TAC, a ação comunicativa ocorre no contexto do mundo da vida, onde os falantes compartilham intersubjetivamente seus enunciados, que devem cumprir com as características que dão pretensão de validade universal aos atos de fala. A ação comunicativa busca reordenar criticamente o mundo da vida tendo em vista três funções básicas: (i) reproduzir e atualizar a tradição, expandindo o saber válido; (ii) promover a integração social e a solidariedade e (iii) propiciar, ao longo do tempo biográfico, a formação da identidade pessoal (URIBE RIVIERA, 1995).

Na TAC o autor propõe um salto paradigmático no qual é superado o paradigma da consciência, iniciado no Iluminismo, em prol de um paradigma da comunicação. O próprio autor marca posição, tem um ponto de partida ontológico bem definido, Habermas (2016a) alerta seus leitores para o fato de que o seu conceito de racionalidade depende de um entendimento, a partir do ponto de vista da modernidade ocidental e, que tem como referência, o filósofo iluminista Emmanuel Kant.

A superação da dicotomia entre razão prática e razão teórica, na filosofia da consciência kantiana, pode ser tecida com o auxílio do conceito da racionalidade comunicativa. Segundo Habermas (2016b, p.4) “tal tarefa pode ser enfrentada por uma teoria da ação que necessita da projeção de uma comunidade de comunicação ideal”. Tal utopia, nas palavras do autor, visa à reconstrução de uma intersubjetividade que abre a possibilidade do entendimento dos indivíduos entre si e, da identidade de cada um, pois a TAC permite explorar a partir de dentro a reprodução simbólica do mundo da vida de grupos sociais.

O paradigma da consciência de matriz kantiana parte de um pensador solitário que constrói o conhecimento por meio da razão. Habermas (2016a) reelabora esse ponto de partida sugerindo que, não é a relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo que pode ser representado, mas a relação intersubjetiva de sujeitos que ao falar, buscam o entendimento entre si, sobre algo. Os atores utilizam, para isso, a linguagem com vistas a alcançar o entendimento, “valendo-se de interpretações culturalmente transmitidas e referindo-se sempre a algo presente, simultaneamente, nos mundos objetivo, social e subjetivo” (PINTO, 1995, p.79).

A clarificação da auto compreensão ou a certificação da própria identidade requer, nos termos de Habermas (2014) uma compreensão apropriativa, uma vez que ocorre a apropriação das tradições e dos contextos, no processo formativo da história de vida do indivíduo. Contudo, a conscientização da história de vida e do seu contexto normativo não conduz a uma autocompreensão axiologicamente neutra; “a autodescrição obtida de forma hermenêutica liga-se internamente a uma relação crítica consigo próprio”. (HABERMAS, 2014, p. 323). Esta mudança de paradigma é fruto do abandono de uma compreensão egocêntrica do mundo, cuja fundamentação Habermas retira do conceito de *descentração reflexiva* de Jean Piaget (PINTO, 1995, p.79).

O indivíduo apenas ganha uma distância reflexiva perante a sua história de vida no horizonte de formas de vida que partilha com outros e que, por seu lado, constituem o contexto para projetos de vida que são em cada caso diferentes [...] O auto entendimento refere-se ao contexto biográfico, específico, e conduz a enunciados avaliativos sobre o que é bom para uma determinada pessoa (HABERMAS, 2014, p.330)

A obra de Habermas apresenta significativas mudanças conceituais e ampliações no decorrer de sua produção, fruto, além da originalidade e produtividade do autor, de seu método de incorporação crítica de outros autores que inclui ele próprio, bem como a participação em debates e respostas a seus colegas críticos. Comentadores da obra de Habermas como Pinzani & Schmidt (2016) e Bressiani (2016) argumentam que a tendência diagnosticada por Habermas na obra “Teoria da Ação Comunicativa”, de colonização do mundo da vida pelo sistema, é uma tendência frente à qual o mundo da vida pode resistir, mas não inverter. Essa passividade é reelaborada teoricamente na obra *Direito e Democracia* (1992), que inclui, em seu modelo de análise, uma inter-relação, por meio de processos jurídicos, entre os dois níveis de seu conceito de sociedade. Dessa forma, o sistema passa a poder ser influenciado e a ter seu escopo de ação limitado pelo mundo da vida.

O diagnóstico pessimista, defendido por Habermas em 1981, é alterado por ele em 1992, com a publicação de *Direito e Democracia*. Neste livro, ele atribui ao direito o importante papel de mediar a influência, agora multidirecional, entre o sistema e o mundo da vida e, com isso, flexibiliza as fronteiras entre as duas esferas e altera o diagnóstico de que o desenvolvimento das sociedades modernas tende a um aumento da pressão exercida pelos sistemas político e econômico sobre o mundo da vida. A partir de uma reconstrução dos processos jurídicos democráticos das sociedades modernas, Habermas passa a identificar no direito, quando pautado pelo poder comunicativamente gerado na base do mundo da vida, um meio de influenciar e limitar o funcionamento do sistema (BRESSIANI, 2016, P. 33).

Habermas faz uma releitura de sua obra no início dos anos 90 e admite limitações de sua teoria, no entanto, mesmo dentro desse pensamento evolutivo pode-se notar que algumas preocupações sempre se destacaram e continuaram como foco de análise. Sua autocrítica, intersubjetividade e descentramento mostra a capacidade do autor ouvir seus críticos antes de continuar suas teses. As diferentes fases de sua obra, dão pistas de como devemos interpretá-lo. A superação das relações entre mundo-da-vida e sistema como lógicas totalmente opostas, que separam de forma artificial a reprodução simbólica e material caminha para uma rearticulação da dualidade em dualismo, abrindo fronteiras e considerando a importância de pensar as tensões e inter-relações entre mundo da vida e sistema, mesmo com correlação de forças instáveis. O que se observa, tanto nos escritos da juventude, como nos trabalhos maduros é uma constante preocupação com o esclarecimento, com a formação da vontade e com o alargamento das possibilidades do consenso democrático (OLIVEIRA, CANÇADO & PEREIRA, 2010).

3.2 Tipos de racionalidades apresentadas por Habermas

Procurando explicar a formação do conceito de “agir comunicativo”, Habermas (2016a) apresenta os pressupostos ontológicos de quatro conceitos sociológicos de ação, partir da análise do emprego da expressão linguística “racional” e do debate antropológico sobre a posição da compreensão do mundo na modernidade. Habermas (2016a, p.148) apresenta a tese de que para toda sociologia “o problema da racionalidade se coloca ao mesmo tempo em uma dimensão metateórica e em uma dimensão metodológica”. Contudo, “em geral, nas teorias sociológicas da ação, não se constrói, de maneira explícita, o nexos entre as ações sociais e as referências de mundo dos atores”.

Segundo o autor, a modernidade transpôs os conceitos aristotélicos que fundamentavam, até então, a filosofia do sujeito. Kant introduziu o conceito de razão prática como faculdade subjetiva e não mais um “espírito objetivo”, que caracterizava as sociedades e culturas. No século XIX é acrescentada a dimensão histórica a esse repertório conceitual (HABERMAS, 1997). Ao criticar tanto as insuficiências das teorias objetivistas, quanto as subjetivistas, Habermas (2016a, 2016b) aponta um caminho diferente, substituindo a razão prática pela comunicativa.

Argumenta o autor que nas tradições culturais da Europa antiga, havia uma ligação direta entre razão prática e prática social, que lhe permitiu sugerir transportar o conceito de

razão para o *medium* linguístico, adquirindo outros contornos teóricos, “que podem servir aos objetivos descritivos de estruturas da consciência, além de possibilitar a conexão com modos de ver funcionais e com explicações empíricas” (HABERMAS, 1997a, p. 19). Habermas (1997a), então incorpora com modificações, a teoria dos três mundos do epistemólogo Karl Popper, com seus conceitos de *mundo objetivo*, *mundo social* e *mundo subjetivo*.

Os três mundos de Popper são distinguidos entre: (i) o mundo dos objetos ou estados físicos; (ii) o mundo dos estados de consciência ou estados espirituais, ou ainda, o mundo das disposições comportamentais para a ação; e (iii) o mundo dos produtos do espírito humano. Segundo Habermas (2016a), Popper especifica os conceitos dos três mundos com base na maneira pela qual os estados de coisas existem. Nesse sentido, os mundos possuem uma ordem genealógica, mantendo-se apegado ao primado do mundo objetivo, em face do mundo subjetivo e, em analogia, concebe o terceiro mundo de maneira ontológica.

O conceito de mundo objetivo abrange tudo o que sujeitos dotados de capacidade de fala e de ação “não fazem eles próprios” (HABERMAS 2014b, p.360 -361). Referem-se a objetos que, mesmo quando submetidos a diferentes descrições, podem ser identificados como os mesmos objetos. Na concepção de Popper, o primeiro e o segundo mundos mantêm um intercâmbio tão imediato quanto o segundo e o terceiro.

O primeiro e o terceiro mundos, por outro lado, só interagem pela mediação do segundo (HABERMAS, 2016a). O terceiro mundo introduzido por Popper é o *locus* dos “produtos do espírito humano”, e funciona como provisão de saber da qual os participantes da interação retiram suas interpretações. Essa tradição cultural compartilhada por uma comunidade é que constitui o mundo da vida já interpretado em seu conteúdo pelo indivíduo, “esse mundo da vida intersubjetivamente partilhado conforma o pano de fundo do agir comunicativo” (HABERMAS, 2016a, p.159).

Posicionando-se reflexivamente diante de modelos interpretativos culturais, por meio de seu método crítico, Habermas (2016a) incorpora da teoria popperiana, a perspectiva que coloca a problemática da tradição cultural sob a categoria de um estado de coisas ao qual pode-se referir de maneira objetiva, uma vez que o conceito de terceiro mundo explica como os objetos simbólicos e os significados culturais “podem ser entendidos como algo no mundo e como, ao mesmo tempo, se pode distingui-los como objetos distintos dos eventos físicos (observáveis) e mentais (vivenciáveis)” (HABERMAS 2016a p. 160).

As entidades do terceiro mundo não podem ser reduzidas a estados mentais, como se fossem formas de expressão do espírito subjetivo, ou seja, não se

pode reduzi-las a entidades do segundo mundo; de outro lado, as relações entre entidades do primeiro e do segundo mundo não podem ser concebidas exclusivamente segundo o modelo causal que vale para as relações entre entidades do primeiro mundo [...] a autonomia do terceiro mundo garante que o conhecimento de estados do mundo objetivo e a intervenção nesses mesmos estados sejam mediados pela descoberta de nexos internos de sentido (HABERMAS 2016a, p. 152-153).

O terceiro mundo abrange os componentes cognitivos da tradição cultural. É o conjunto de pensamentos, “sejam eles verdadeiros ou falsos, corporificados ou não: Teorias, asserções ou proposições são os objetos linguísticos mais importantes no terceiro mundo” (HABERMAS 2016a, p. 154). Todos os indivíduos contribuem para o crescimento e manutenção do terceiro mundo e não é possível viver sem um vínculo com ele, pois todos usamos a linguagem. Embora seja um produto humano, revela-se autônomo se considerado que os indivíduos, mesmo capazes de trabalhar esse mundo, chegam a conhecer apenas uma ínfima parte de seu conteúdo (HABERMAS 2016a). Tendo como base de sustentação a linguagem, o terceiro mundo é o resultado das interações entre os três mundos, exteriorizados pelo saber prático e teórico acumulado pelas comunidades de intérpretes.

Das referências de mundo do ator dependem os aspectos da possível racionalidade de seu agir (HABERMAS, 2016a). Habermas (2016a) sintetiza ainda que, no que se refere ao desenvolvimento científico, Popper concebe um processo circular cumulativo entre problema inicial, elaboração criativa de hipóteses, checagem crítica, revisão e descoberta de um novo problema.

Ao fundamentar o mundo subjetivo em seu modelo, Habermas (2016a, 2016b) acrescenta outros autores e apresenta os conceitos de agir teleológico, agir regulado por normas, agir dramaturgico e por fim, o agir comunicativo.

Para a formação de teorias no campo das ciências sociais, o conceito de ação teleológica tornou-se produtivo pelas mãos dos fundadores do neoclassicismo, primeiramente para uma teoria econômica das ações eletivas, e por Neumann e Morgenstern para uma teoria dos jogos estratégicos. O conceito de agir regulado por normas alcançou importância paradigmática por meio de Durkheim e Parsons; o conceito de agir comunicativo por meio de Mead e mais tarde, Garfinkel (HABERMAS, 2016a, p. 166)

Segundo Habermas (2016a), à primeira vista, apenas o conceito teleológico da ação parece colocar à disposição um aspecto proposital da racionalidade da ação, mas a estrutura teleológica está presente nas demais ações. No agir segundo normas, “a virtude é útil” e orienta os consensos que possibilitam a operação da justiça e o cumprimento das normas. No

agir dramaturgicamente a autorrepresentação não é espontânea, há um auto monitoramento da interação, e no agir comunicativo, por meio da linguagem, a finalidade é o entendimento, o consenso, diante de um contexto de conflito e/ou de cooperação.

3.2.1 Agir teleológico

Segundo Habermas (2016a), o conceito de agir teleológico está no centro da teoria filosófica da ação, desde Aristóteles, o ponto fundamental gira em torno da *decisão* entre diversas alternativas, voltadas à realização de um propósito e apoiada em uma interpretação da situação. O autor classifica o agir teleológico como um conceito que pressupõe um “mundo objetivo” (um mundo único) e sistemas ocupados em tomar decisões. O autor acrescenta que o modelo teleológico foi ampliado ao nível estratégico, e ocorre quando pelo menos um ator orientado a determinado fim, revela-se capaz de integrar ao cálculo de êxito a expectativa de decisões, daí ser frequentemente interpretado de maneira utilitarista.

Na obra “A ética do discurso” Habermas (2014) argumenta que:

Na ação estratégica os intervenientes supõem que cada um decide de forma egocêntrica de acordo com o critério dos seus interesses pessoais. Sob esta premissa, existe à partida um conflito, pelo menos latente, entre os antagonistas (HABERMAS, 2014, p. 324).

Sob a racionalidade instrumental, os atores podem seguir o curso de suas ações, até terminarem com a vitória de uma das partes, ou podem ser contidos e circunscritos por normas, ou então podem ser regulados no interesse mútuo. No entanto, defende Habermas (2014), sem uma mudança radical de perspectiva e de atitude, os intervenientes não podem perceber um conflito interpessoal como um problema moral, o que limita o alcance dos consensos e pactos.

3.2.2 Agir regulado por normas

O conceito de *agir regulado por normas* expressa um acordo comum subsistente em um grupo social, não se refere à subjetividade vivenciada pelo ator individual, mas deste enquanto membro de um grupo social que orienta seu agir de acordo com valores em comum, neste caso, o indivíduo segue uma norma ou colide com ela (HABERMAS, 2016a). O conceito central é denominado *cumprimento da norma*, que significa a satisfação de uma

expectativa de comportamento generalizada, como contextualizado na teoria dos papéis sociais. Nesse sentido, Habermas (2016a, p. 164) conclui que “todos os membros de um grupo, em que vale determinada norma, podem esperar uns dos outros, que cada um execute ou omita as ações preceituadas, de acordo com determinadas situações”.

Em comparação com outras normas sociais, as expectativas morais de comportamento distinguem-se dos usos e costumes, por permitirem avaliar uma ação quando feita conforme a regra ou divergente dela. Aqui, o sentido de ordenado ou proibido associa-se ao sentido de justo e injusto. Por este motivo, as normas morais encontram-se invariavelmente inseridas no contexto de uma doutrina mais abrangente, que busca explicar porque merecem reconhecimento (HABERMAS, 2014).

No ocidente, doutrinas dessa índole podem ser observadas na influência histórica das grandes religiões, e à medida que estas foram perdendo vinculatividade geral e credibilidade pública, foi surgindo na modernidade, a necessidade de uma outra fundamentação publicamente compreensível. Autores do Renascimento e do Iluminismo como Maquiavel e Rousseau investiram energia nisso. Outro ponto levantado por Habermas (2014) é a distinção do saber moral, do saber empírico, pois, o primeiro faz referência como as pessoas devem-se comportar, e não como as coisas se passam (HABERMAS, 2014).

3.2.3 Agir dramático

Com relação ao conceito do *agir dramático*, Habermas (2016a, p. 165) considera que “os participantes de uma interação constituem uns para os outros, um público a cujos olhos eles se apresentam”, e tais vivências ganham transparência intersubjetiva ao serem exteriorizadas pelos sujeitos, suscitando nesse público uma determinada imagem de si mesmos, revelando sua subjetividade em maior ou menor medida. O conceito fundamental é de *autorrepresentação*, que corresponde à estilização da expressão de vivências próprias, endereçadas a espectadores, e não um comportamento expressivo, espontâneo (HABERMAS, 2016a).

Todo aquele que age pode controlar o acesso público à esfera de suas intenções, pensamentos, posicionamentos, desejos, sentimentos, etc., à qual somente ele mesmo tem acesso privilegiado. No agir dramático os partícipes fazem uso dessa circunstância e monitoram sua interação por meio da regulação do acesso recíproco à subjetividade própria (HABERMAS, 2016a, p. 165).

Segundo Habermas (2016a,) o conceito de agir dramático é o que está menos demarcado na bibliografia das ciências sociais. No entanto, considera que no agir dramático o ator, ao apresentar uma visão de si mesmo, tem de relacionar com seu próprio mundo subjetivo num contexto de sua totalidade de vivências subjetivas. No agir dramático, a linguagem é utilizada como um meio para a autorrepresentação.

3.2.4 Agir Comunicativo

Por fim, o conceito de agir comunicativo “refere-se à interação de pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir, que estabeleçam uma relação interpessoal, seja com meios verbais ou extraverbais” (HABERMAS, 2016a, p. 166). No agir comunicativo, a linguagem assume uma posição proeminente, onde o pressuposto é um meio linguístico que transmite valores, e sustenta um consenso em que falantes e ouvintes, a partir do horizonte de seu mundo da vida previamente interpretado, referem-se simultaneamente a algo no mundo objetivo, social e subjetivo, a fim de negociar definições em comum para as situações (HABERMAS, 2016a). O conceito central refere-se “à *negociação de definições situacionais passíveis de consenso*, considerando que o agir comunicativo possui um autocontrole reflexivo do processo de entendimento” (HABERMAS, 2016a, p. 166, *grifo do autor*).

O autor também estabelece que a linguagem só é relevante para o agir comunicativo, quando é empregada na busca do entendimento comum, de modo reflexivo. A razão comunicativa distingue-se da razão prática por não estar ligada a nenhum ator singular e nem a um macrossujeito sociopolítico, tal racionalidade está inscrita no *telos* linguístico do entendimento, composto por condições simultaneamente possibilitadoras e limitadoras (HABERMAS, 1997).

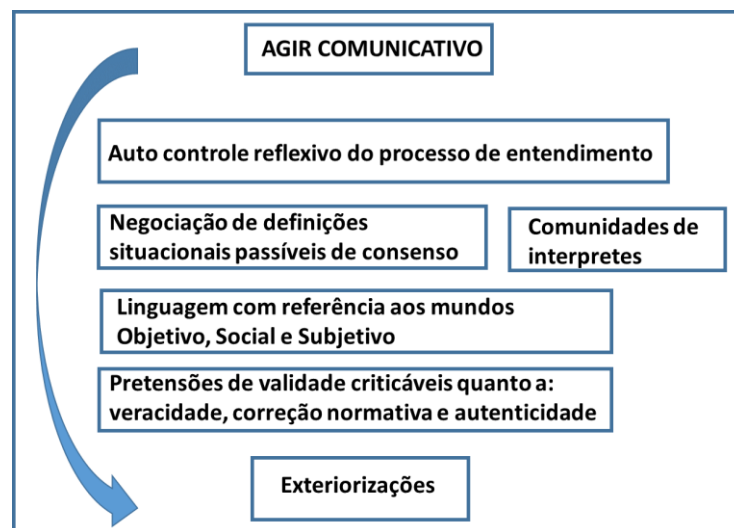
Qualquer um que se utilize de uma linguagem natural, a fim de entender-se com um destinatário sobre algo no mundo, vê-se forçado a adotar um enfoque performativo e a aceitar determinados pressupostos. Entre outras coisas, ele tem que tomar como ponto de partida que os participantes perseguem sem reservas seus fins ilocucionários, e ligam seu consenso ao reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade criticáveis (HABERMAS, 1997a, p. 20).

Cabe ressaltar que o paradigma da filosofia da linguagem está calcado em que o entendimento intersubjetivo seja o elemento a partir do qual se poderia construir a compreensão do real (GUTIÉRREZ & ALMEIDA, 2013). Partindo desse enfoque teórico,

Habermas (2016a) argumenta que o conceito de ação comunicativa deve ser analisado segundo o fio condutor de um entendimento linguístico. Na TAC, a ação comunicativa surge da interação de no mínimo dois sujeitos capazes de atos de fala, dando origem a partir daí, a uma comunidade de intérpretes. “O conceito de entendimento remete a um comum acordo almejado pelos participantes e racionalmente motivado, que se mede segundo pretensões de validade criticáveis” (HABERMAS 2016a, p. 147).

Esta interação busca estabelecer relações interpessoais com o objetivo de alcançar uma compreensão sobre a situação em que ocorre a interação e sobre os respectivos planos de ação com vistas a coordenar suas ações pela via do entendimento (GUTIÉRREZ & ALMEIDA, 2013). Neste processo, os atores do diálogo se remetem a pretensões de validade criticáveis quanto a sua veracidade, correção normativa e autenticidade, cada uma destas pretensões referindo-se, respectivamente, ao mundo objetivo, ao mundo social (das normas) e ao mundo das experiências subjetivas (HABERMAS, 2016a).

Figura 2- Modelo teórico do Agir Comunicativo



Fonte: Elaboração própria

A figura 2 representa o modelo teórico do agir comunicativo. Pode-se observar que dentre o conceito principal até as exteriorizações, o autor percorre por dimensões que demonstram que o agir comunicativo é bem mais que o simples ato de falar. Tem um ponto de partida reflexivo sobre a situação junto aos pares e possui um conjunto de critérios para dar forma ao entendimento intersubjetivo.

Na ação comunicativa, os participantes do diálogo não estão primeiramente almejando o seu próprio sucesso individual. Essa ação não é coordenada através de cálculos

egocêntricos, mas através de atos para alcançar o entendimento. Contudo, na busca cooperativa da verdade, sob a forma de uma competição pelos melhores argumentos, a aceitabilidade racional de enunciados controversos, também acaba por apoiar-se nas razões de um egocentrismo social, permeado nas tradições e costumes (HABERMAS 2016a). Daí a importância das idealizações da situação cognitiva a que os intervenientes têm de proceder quando embarcam na forma comunicativa dos discursos racionais (HABERMAS 2016a).

Os argumentos definidores de uma situação devem cumprir as pretensões de validade, que caracterizam diferentes categorias de um saber que se corporifica simbolicamente em exteriorizações. Tais exteriorizações são indicadores dos mundos objetivo, social e subjetivo, uma vez que, habilita a compreensão de como o mundo subjetivo se relaciona, por meio de exteriorizações, com alguma coisa no mundo objetivo e a algum símbolo no mundo social (HABERMAS 2016a). As exteriorizações também lançam luzes sobre a possibilidade de fundamentar o próprio saber social, acumulado no mundo social.

Os objetivos individuais enfim, devem ser alcançados pelo melhor argumento, respeitando a condição de que podem harmonizar seus planos de ação sobre as bases de uma definição comum de situação, assim, a negociação da definição de situação é um elemento essencial do complemento interpretativo requerido pela ação comunicativa (HABERMAS 2016a).

O estatuto e o sentido do saber moral continuam a merecer a atenção do autor, uma vez que, enquanto membros de uma comunidade moral, esperamos um determinado comportamento uns dos outros. Mas, a razão comunicativa, ao contrário da figura clássica da razão prática, não é uma fonte de normas do agir, “manifesta-se num contexto descentrado de condições que formam estruturas, porém, ela própria não pode ser vista como uma capacidade subjetiva, capaz de dizer aos atores o que devem fazer” (HABERMAS, 1997, p. 20).

Entende-se que possui um conteúdo normativo, porém, somente na medida em que aquele que age comunicativamente deve apoiar-se em pressupostos pragmáticos de tipo contra factual, sendo obrigado a empreender idealizações como, “atribuir significado idêntico a enunciados, levantar uma pretensão de validade em relação aos proferimentos e a considerar os destinatários autônomos e verazes consigo mesmo e com os outros” (HABERMAS, 1997, p. 20).

O que caracteriza a racionalidade de uma expressão linguística é o fato de suas pretensões de validade serem suscetíveis à crítica. Partindo desse pressuposto, o conceito de razão comunicativa assume que as interpretações variam com relação ao contexto, logo, que as crenças e valores variam em relação aos mundos objetivo, social e subjetivo. Nesse sentido,

o autor argumenta que, “falta às pretensões de validade morais a referência característica das pretensões de verdade do mundo objetivo, deste modo, encontra-se desprovidas de um ponto de referência que transcenda as justificações” (HABERMAS 2014, p. 362). A razão comunicativa possibilita, portanto, uma orientação na base de pretensões de validade que não oferece nenhum tipo de indicação concreta para o desempenho de tarefas práticas pois, vai além do âmbito exclusivamente moral e prático, abrange todo o espectro de pretensões de validade da verdade proposicional, correção normativa e veracidade subjetiva, referindo-se apenas às intelecções e asserções abertas a um esclarecimento argumentativo (HABERMAS, 1997). A prática comunicativa cotidiana em que se encontra centrado o mundo da vida alimenta-se de uma *interação* entre a reprodução cultural, a integração social e a socialização (HABERMAS, 2004), dando forma à sociedade, elementos relevantes para o conceito de sociedade em Habermas, o que será visto a seguir.

3.3 Conceito de sociedade em dois níveis: Mundo da vida e Sistema

Habermas (1997, 2016a, 2016b) propõe para compreender as anomias da razão na modernidade uma tensão entre *a integração social e a integração sistêmica*. Na teoria habermasiana “as estruturas de racionalidade não se encarnam apenas nos amplificadores do agir racional-teleológico, mas também nas imagens de mundo e nas formações de identidade presentes no mundo da vida” (MACHADO, 1988, p.39).

Esse movimento ocorre sob uma “via de mão dupla”, uma vez que, a coesão social não pode ser garantida tão somente através de processos comunicativos de busca do entendimento, mas pela tensão desses processos comunicativos oriundos das duas formas básicas de integração da ação. Para compreender essa contradição básica da modernidade, bem como ocorre essa dinâmica e suas distinções, é preciso uma introdução ao conceito de sociedade em dois níveis (mundo da vida e sistema).

Os conflitos, as contradições e, ao mesmo tempo, as convergências entre mundo da vida e sistema marcam a sociedade moderna. O mundo da vida, que é anterior e onde o sistema se ancora, passa a ser subestimado em função da eficiência da economia e do poder burocrático. Essa subestimação deve ser revista, posto que o mundo da vida não é acessório, mas fundamental, é o espaço da cultura, da sociabilidade e da subjetivação (GUTIEREZ & ALMEIDA, 2013).

O *Mundo da Vida* é o conjunto de referências culturais que permite interpretar os componentes internos de uma situação de ação, como um celeiro de interpretações

acumuladas ou de recursos que permite a definição dessas situações de ação (HABERMAS, 2016a). No mundo da vida articulam-se os processos de interação social e de socialização dos indivíduos e é o horizonte da ação comunicativa, fornece a esta, evidências e certezas culturais de fundo (HABERMAS, 2016a). O mundo da vida é estruturado por tradições culturais, ordens institucionais e pelas identidades resultantes do processo de socialização, sendo dividido em três componentes estruturais: cultura, sociedade e personalidade, e que não devem ser tratados como fatos sociais, mas, construções teóricas, categorias formuladas em termos da interação comunicativa (MONTERO, 2009).

Segundo Gutierrez & Almeida (2013, p. 152) “o mundo da vida é o espaço da criatividade e da racionalidade comunicativa, onde falante e ouvinte vão ao encontro, imbuídos das melhores intenções, para construir consensos discursivos”. O mundo da vida é o pano de fundo que propicia os processos de se alcançar o entendimento, é constituído por um saber implícito, contextual (PINTO, 1995).

Para Habermas (2016^a) os indivíduos agem comunicativamente quando buscam o entendimento no horizonte de um mundo da vida, onde se acumula o trabalho interpretativo prestado pelas gerações precedentes, “ele é o contrapeso conservador que se opõe ao risco de dissenso” (HABERMAS, 2016a, p. 139). Corresponde, por conseguinte, “à linguagem e ao reservatório cultural em cujo contexto os sujeitos desenvolvem a interpretação de uma situação e uma ação correlata” (URIBE RIVIERA, 1995, p.57).

Trata-se de um conceito complementar ao conceito de ação comunicativa, pois é o acervo de saber que provê as convicções de fundo problemáticas, mas que os indivíduos supõem garantidas, como pontos de partida inquestionáveis das formas de intersubjetividade e de entendimento possível. A perspectiva do mundo da vida traduz, portanto, a práxis quotidiana dos indivíduos, sua vivência particular, costumes e pressupõe uma comunidade de intérpretes com diferentes interesses no interior de um mesmo mundo (GUITIEREZ & ALMEIDA, 2013).

O *Sistema* rompe o horizonte do mundo da vida e, distancia-se do saber intuitivo da prática comunicativa cotidiana (HABERMAS, 2016a). Com a crescente complexidade do sistema, o mundo da vida é cada vez mais desprestigiado, e vai perdendo seu papel de integração social (HABERMAS, 2016a). A perspectiva do sistema contempla a sociedade com suas estruturas e mecanismos globais de autorregulação (dinheiro e poder) o que transcende interesses e motivações particulares (URIBE RIVIERA, 1995). Estes dois subsistemas caracterizam-se por serem coordenados por ações racionais orientadas ao sucesso e pela otimização de cada uma dessas atividades (BRESSIANI, 2016).

Comparados às instituições feudais que precederam a modernidade ocidental, os ganhos em eficiência no modo de produção capitalista e na dominação legal burocrática das novas instituições, conseguiram preencher com mais eficiência as funções de reprodução material do mundo da vida, justificando na esfera pública que no interior desses subsistemas ocorram relações por meio de processos impessoais e livres de qualquer normatividade social (BRESSIANI, 2016).

Para Habermas (2016a) as patologias sociais podem ser atribuídas à penetração dessas formas de racionalidade econômica e burocrática em âmbitos de ações específicas da integração social, o que gera a monetarização e burocratização do mundo da vida, provocando a reificação das relações comunicativas e o empobrecimento cultural. A racionalização do mundo da vida tornou possível a emergência e o crescimento desses subsistemas cujos imperativos se voltam contra o próprio mundo da vida (HABERMAS, 2016a).

Quando o dinheiro e o poder invadem os domínios da reprodução cultural, ocorre a colonização do mundo da vida pelo sistema, ou seja, os contextos normativos do mundo da vida são substituídos pelos contextos normativos, provenientes do sistema, causando a monetarização e burocratização das práticas cotidianas, nas esferas públicas e privadas da vida (HABERMAS, 2016a).

Nessa situação, as práticas comunicativas cotidianas passam a ser racionalizadas de forma unilateral, num estilo de vida utilitário que, como critica Habermas (2016a), é percebido como o único padrão de racionalização possível. Essa colonização representa um elemento que dificulta a autonomia criativa do mundo da vida, com consequências na reprodução dos costumes e valores.

A tarefa que se coloca então é a reconquista das estruturas simbólicas do mundo da vida, pelos mecanismos que coordenam a ação através da busca do entendimento intersubjetivo (GUTIÉRREZ & ALMEIDA, 2013). Nesse sentido, os fluxos comunicacionais oriundos do mundo da vida, também podem interferir nos sistemas administrativos e econômicos, por meio de uma reformulação da esfera pública (TENÓRIO, 2011; ALCÂNTARA & PEREIRA 2017).

3.4 Integração Social e Integração Sistêmica

A racionalização do mundo da vida possibilitou uma integração social baseada na comunicação, orientada para o entendimento como princípio coordenador da ação, e o que caracteriza o processo de evolução social é a racionalização do mundo da vida, desencadeada

pela sucessiva independência aos *contextos normativos*, sejam estes contextos provenientes do próprio mundo da vida ou do sistema (PINTO, 1995). Quanto aos contextos normativos provenientes do mundo da vida, Montero (2009) esclarece que a racionalidade voltada para o entendimento pode abranger proposições de ordem prática, estética, terapêutica, lúdica, etc., não apenas de ordem científica ou utilitária.

Essas outras expressões da racionalidade do mundo da vida estão, em grande parte, voltadas para a produção do entendimento a respeito do mundo social e das experiências subjetivas. Essa racionalidade voltada para o entendimento pode ser observada nos acordos locais orientados pelos costumes, contudo, “essa mesma racionalização permite a introdução paradoxal de novos mecanismos de coordenação” criando novos contextos normativos (URIBE RIVIERA, 1995, p.63).

A *integração social* é obtida através de um consenso alcançado normativamente ou comunicativamente, e definida como a coordenação da ação realizada a partir do mundo da vida pelas três orientações básicas da ação comunicativa: (i) Cultura (reprodução/atualização) entendida como o estoque de conhecimento do qual os atores suprem-se de interpretações quando buscam a compreensão sobre algo no mundo; (ii) Sociedade (solidariedade), entendida como as ordens legítimas através das quais os participantes regulam suas relações no grupo social; e (iii) Personalidade (formação da identidade) entendida como as competências que tornam um sujeito capaz de falar e agir num contexto onde simultaneamente compõe e interpreta sua própria história de vida (HABERMAS, 2016a; URIBE RIVIERA, 1995).

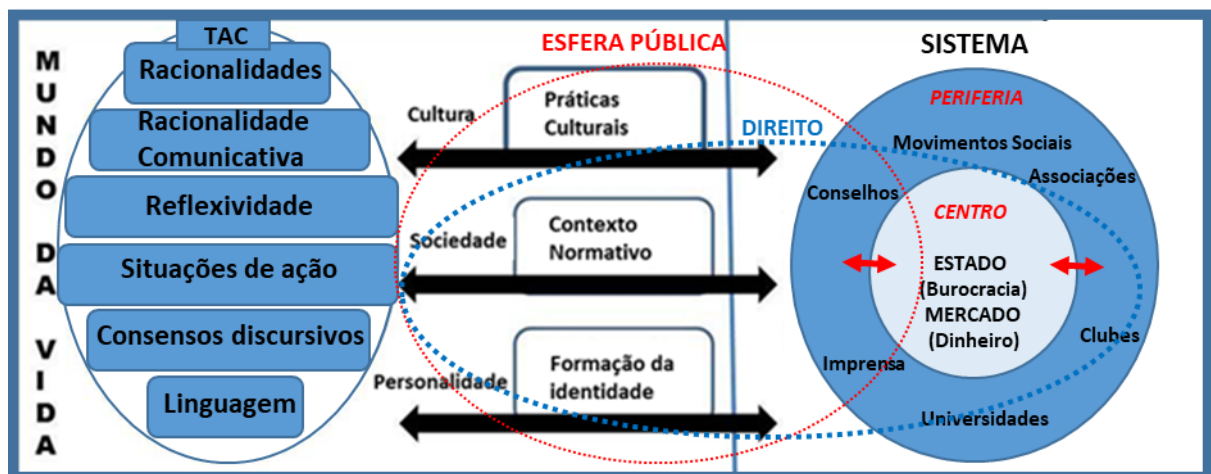
Esse processo de racionalização social é caracterizado primeiramente pela liberação do potencial emancipatório da ação comunicativa e pela diferenciação das esferas de valor ligadas à reprodução simbólica da sociedade, possibilitando um segundo processo de diferenciação, ligado à reprodução material da sociedade (HABERMAS, 2016a; URIBE RIVIERA, 1995). A organização da produção de bens e a burocracia estatal se desligam da normatividade assegurada por visões de mundo compartilhadas e passam a seguir uma lógica própria cada vez mais independente das normas sociais.

Nesse sentido, a *integração sistêmica* é obtida através de uma regulação das decisões individuais, que vai além da consciência dos atores, via mecanismos autorregulados. É definida como a integração induzida mediante um controle sem coordenação subjetiva e corresponde a dois subsistemas básicos: (i) o sistema econômico; e (ii) o sistema estatal-burocrático, os quais colonizam o mundo da vida por meio das mesmas três orientações

básicas (cultura, sociedade e personalidade), tornando-as gradativamente independentes de seus fundamentos prático-morais (HABERMAS, 2016a; URIBE RIVIERA, 1995).

A figura 3 sintetiza de forma articulada os principais conceitos da teoria do agir comunicativo aqui apresentados. Observa-se que, por meio das três funções básicas, ocorre uma correlação direta entre o conceito de ação comunicativa e o de mundo da vida, cabendo ao primeiro a reprodução das estruturas simbólicas do segundo, por meio do fluxo de comunicação que articula os elementos constitutivos do mundo da vida e os atributos da cultura como estoque de conhecimento e saberes pela experiência. Assim, sob o aspecto do entendimento mútuo, a ação comunicativa serve para transmitir e renovar o saber cultural, sob o aspecto de coordenar a ação, ela propicia a integração social, e sob o aspecto da socialização, ela serve à formação da personalidade individual (HABERMAS, 2016a).

Figura 3 - Síntese da Teoria do Agir Comunicativo



Fonte: Elaboração própria baseada em Habermas (2016a; 2016b); Habermas (1997);

Com os atos de fala, os participantes de uma interação estabelecem relações interpessoais, que servem à coordenação de ações, por tornarem possível um consenso racionalmente motivado entre vários atores (HABERMAS, 2004). Nesta constante interação sugerida pelo conceito de sociedade em dois níveis submetem-se de um lado, o processo de racionalização do mundo da vida, e de outro, a crescente complexidade dos sistemas sociais.

Nessa dinâmica, Habermas (2016a) visualiza um processo de evolução social no qual a racionalização do mundo da vida se dá através da sucessiva libertação do potencial de racionalidade contido na ação comunicativa, pois orientada para o entendimento. Tal evolução vem da independência ampliada e reflexiva dos contextos normativos, ou dos antigos consensos, dando origem a novos. A emancipação pacífica ou reformismo radical é o projeto

habermasiano, onde a linguagem é a arma a que todos os seres humanos têm acesso, por isso uma arma legítima. Nesse sentido, o filósofo reafirma criticamente o projeto da modernidade, que desde o iluminismo, estabelece a centralidade da razão para o progresso humano (ANDREWS, 2011; MONTERO, 2009).

3.5 Direito como linguagem que socializa e integra

Na obra “Teoria da Ação Comunicativa” Habermas (2016a, 2016b) chega à conclusão da ameaça representada pela colonização do mundo da vida pelos subsistemas sociais os quais podem pôr fim às relações de entendimento e solidariedade que ainda restam na sociedade. Com a constante judicialização das relações sociais, o Direito também aparece como um sistema especializado que contribui para a tarefa de colonização do mundo da vida (DURÃO, 2015).

Contudo, na obra *Direito e Democracia*, publicada em 1992, Habermas amplia sua perspectiva e introduz o papel do Direito como intermediário entre o mundo da vida, com sua lógica comunicativa, e os sistemas funcionais, orientados pela racionalidade instrumental (DURÃO, 2015). “O Direito passa a constituir uma linguagem que socializa e integra indivíduos, organizações e instituições na modernidade e convive com perspectivas voltadas para o interesse técnico, prático e emancipatório” (ALCÂNTARA & PEREIRA, 2017, p.426).

Habermas (1997a) passa então a conceder um valor posicional central à categoria do Direito. Para tanto, procura esclarecer porque a Teoria do Agir Comunicativo oferece um contexto apropriado para uma Teoria do Direito, apoiada no princípio do discurso. Argumenta que apesar da distância em relação aos conceitos tradicionais da razão prática, a TAC, dentre outras teorias contemporânea do Direito e da Democracia continuam buscando um engate na teoria clássica (HABERMAS, 1997a).

Nesse sentido, sua teoria também toma como ponto de partida alguns elementos clássicos, “como a força social integradora de processos de entendimento não violentos, racionalmente motivados, capazes de salvaguardar distâncias e diferenças reconhecidas” (HABERMAS, 1997a, p. 22), isso ocorre, na base da manutenção de uma comunhão de convicções que caracterizam a *comunidade de intérpretes*, permitindo o desenvolvimento da solidariedade social ou em outras palavras, coesão do grupo.

Sob esse enfoque ampliado, o Direito tem uma dupla face, pode ser movimentado pela coação auto promotora do sistema ou pela legitimidade obtida a partir dos procedimentos democráticos. O Direito é capaz de traduzir as linguagens naturais para os códigos sistêmicos

e vice-versa, que o permite exercer a função de intermediário entre os sistemas especializados, onde vale a ação estratégica, com suas metas, e o mundo da vida, com suas relações de solidariedade (DURÃO, 2015).

Essa duplicação da autonomia jurídica ocasionada pela sociedade complexa explica a tensão interna entre facticidade e validade no direito. No nível da norma jurídica, os destinatários do direito podem usar a sua autonomia privada e obedecê-la por causa da sua vigência como um fato social que se impõe coercitivamente ou serem motivados pela convicção racional oriunda da aceitação de sua legitimidade [...] A norma jurídica possui facticidade e validade pois pode ser seguida a partir da liberdade subjetiva de ação por destinatários que simplesmente agem estrategicamente, e também pode ser seguida pelo reconhecimento intersubjetivo da legitimidade da lei, na medida em que os cidadãos são os próprios autores da lei (DURÃO, 2015, p. 29).

A capacidade de socialização e integração do Direito dá suporte ao fluxo comunicacional que permite a passagem da Moral ao Direito (HABERMAS, 2014). A condição coletiva da formação da vontade política dos cidadãos de uma comunidade concreta consiste nessa passagem, “que é quando em comunidade operamos uma mudança de perspectiva do ator para o plano do sistema institucional” (HABERMAS, 2014, p. 401), as normas jurídicas possuem esse caráter institucional. Aqui, a racionalidade se afirma tanto na prática do discurso com suas regras argumentativas, quanto “se consubstancia, no plano sistêmico, nos princípios de acordo com os quais se encontra constituído o sistema de ação política enquanto tal” (HABERMAS, 2014, p.401), ou seja, a racionalidade se afirma também de acordo com as normas jurídicas.

3.6 Democracia Deliberativa

A teoria da democracia deliberativa foi formulada buscando complementar o modelo teórico na TAC e contornar os impasses entre direitos humanos e soberania popular. É a tentativa de síntese entre o liberalismo e o republicanismo, pois pretende conciliar estas duas matrizes teóricas (DURÃO, 2015). Habermas (1997) considera que no domínio dos valores e das normas, a mudança ocorrida no *ethos* tradicional para o *ethos* moderno resultou na oposição entre republicanismos e liberalismo, onde o liberalismo privilegia a figura do sujeito em pequena escala, o indivíduo, enquanto o republicanismo privilegia a figura do sujeito em grande escala, ou seja, a sociedade, o povo, a nação. Este conflito pode ser compreendido pela

filosofia do sujeito, onde o liberalismo destaca a dimensão moral, e o republicanismo a dimensão ética (DURÃO, 2015).

Habermas (1997a) observa que Kant e Rousseau já percebiam o nexos entre direitos humanos e soberania popular com os conceitos de vontade unificada do povo e de vontade geral respectivamente. Do ponto de vista histórico, a gênese desses direitos na modernidade é ‘simultânea’, ocorre no período da Revolução Americana e da Revolução Francesa, no século XVIII (DURÃO, 2015). Estas revoluções revestiram os princípios republicanos com os princípios dos Direitos do Homem e do Cidadão. Na modernidade, a autonomia privada dos indivíduos é cooriginária com a sua autonomia pública (DURÃO, 2015).

Contudo, na filosofia do sujeito os fundamentos da consciência continuavam oriundos de paradigmas conflitantes. Na medida em que a racionalidade comunicativa abre um caminho paradigmático, que supera a relação sujeito/objeto, por meio da intersubjetividade reflexiva torna possível a conciliação dos princípios da soberania popular com os princípios dos direitos humanos.

O conceito de mundo da vida rompe com a filosofia do sujeito que postula ser, a sociedade, um todo composto por partes, Habermas (2016b) já havia criticado Parsons, por substituir o mundo-da-vida pelo subsistema cultural, eliminando assim a distinção e relação entre o mundo-da-vida e o sistema. Para Habermas (2004, p. 110), “os sujeitos comunicativamente socializados não seriam sujeitos sem o enredo das ordens institucionais e das tradições da sociedade e da cultura”.

Sob este enfoque, os sujeitos que agem de forma comunicativa “*experienciam*” o seu mundo da vida como um todo partilhado a nível intersubjetivo (HABERMAS, 2004, p. 110). Neste sentido, qualquer tradição cultural é ao mesmo tempo, um processo formativo para sujeitos como também substrato que mantêm viva a cultura (HABERMAS, 2004).

Assim, ocorre o processo de *enculturação*, quando uma pessoa aprende as exigências da cultura, na qual ela está inserida, e adquire valores e comportamentos que são tidos como apropriados, “típicos” ou necessários àquela cultura. Contudo, para Habermas (2004), as ordens normativas são sempre ordens de relações interpessoais, as pessoas não são meros suportes da cultura, porque indivíduos e sociedade constituem-se mutuamente.

Para explicar como é possível a democracia deliberativa na sociedade complexa, Habermas (1997) utiliza um modelo que organiza o sistema em: (i) estrutura de poder dividida em centro e periferia e (ii) forma normal e extraordinária de circulação de poder (ver figura 2). A estrutura de poder central deve funcionar dentro dos limites estabelecidos pela lei

e é composta pelas instituições do estado democrático de direito, a estrutura de poder periférica é formada pelas organizações da sociedade civil capazes de mobilização.

Habermas (1997) afirma que, ainda que disponha de menor poder organizacional, a sociedade civil pode inverter a direção do fluxo de comunicação. Este é o caso de movimentos sociais e intelectuais, pessoas envolvidas, lideranças, ativistas, dentre outros, que conseguiram colocar novas questões na esfera pública, como a questão da problematização de experimentos genéticos, do crescimento da pobreza, das ameaças ecológicas, da privatização da água, das queimadas na Região Amazônica e no Pantanal, dentre outras. Todas essas questões são tematizadas por atores da sociedade civil, não é o aparelho do Estado, nem as grandes organizações ou sistemas funcionais da sociedade que tomam a iniciativa de levantar esses problemas (HABERMAS, 1997).

Partindo dessa periferia, os temas dão entrada em associações interessadas, clubes, fundações, grupos profissionais, universidades, imprensa, onde encontram tribunas, iniciativas de cidadãos e outros tipos de plataformas; em vários casos transformam-se em núcleos de cristalização de novas subculturas, contudo, o núcleo do sistema continua formado pelos poderes impessoais da burocracia e do dinheiro. (HABERMAS, 1997).

Esta linha teórica, apoiada no princípio do discurso, possibilita a interpretação intersubjetiva da política e do direito, que se desdobra em uma teoria da sociedade e uma teoria do direito, tornando possível introduzir um paradigma *procedimentalista* do direito, que ultrapassa a oposição entre os modelos sociais liberais e republicanos (HABERMAS, 1997).

3.7 Mediação social e circulação do poder por meio da Esfera Pública e do Direito

A circulação do poder nas estruturas sistêmicas ocorre por meio do modelo de fluxo e contra fluxo. O modo normal de funcionamento da política (fluxo), parte do centro para a periferia, ou seja, do poder institucionalizado pelo Estado de Direito para as organizações da sociedade civil, contudo, em situações extraordinárias pode ocorrer um movimento contrário, empreendido pelos cidadãos, que vai da periferia para o centro (contra fluxo).

No modo normal de circulação do poder, a burocracia impõe a sua regulamentação tanto para os cidadãos quanto para os grupos movidos por interesses, contudo, na medida em que o poder comunicativo vai acumulando argumentos na esfera pública, pode neutralizar o poder social dos grupos de interesse e, determinar a regulamentação do poder administrativo (DURÃO, 2015).

Habermas utiliza a metáfora da eclusa, cuja capacidade de contenção permite precisamente, a formação de uma opinião pública, acerca da legitimidade de uma norma de ação, de um valor, ou de uma decisão resultante de uma negociação (DURÃO, 2015). Nesse sentido, as esferas públicas podem ser influenciadas pela reação oriunda do mundo da vida à sua colonização e, pressionar os processos jurídico-democráticos, fazendo com que se crie regulações que limitem o escopo de ação dos sistemas político e econômico (BRESSIANI, 2016).

Existem duas diferentes formas por meio das quais a esfera pública pode influenciar o Direito, a forma “comunicativa” e a forma “patológica” (HABERMAS, 1997). Se antes Habermas via apenas a tendência de ampliação dos fluxos de poder provindos do sistema em direção ao mundo da vida, agora ele passa a identificar a possibilidade de que processos comunicativos ligados à formação da vontade e da opinião política sejam institucionalizados na forma de direitos e regulem comunicativamente os subsistemas, ou seja, a ação comunicativa passa a ser considerada capaz de influenciar o funcionamento dos sistemas instrumentais por meio das instituições democráticas (BRESSIANI, 2016). A linguagem formal do Direito é capaz de traduzir o poder comunicativo e permitir que o resultado dos fluxos comunicativos seja transformado em imperativos que coadunam com os códigos da burocracia e da moeda, passando a ser eficaz no interior do sistema (BRESSIANI, 2016).

Contudo, Habermas (1997) argumenta que como meio organizacional de dominação política, o direito moderno é um meio ambíguo de integração social, pois, embora permita uma regulação comunicativa dele próprio, limitando o escopo de ação dos subsistemas, conferindo com muita frequência, aparência de legitimidade ao poder ilegítimo provindo destes mesmos subsistemas, por meio da institucionalização de seus imperativos. De modo que pode estar apoiado no assentimento dos cidadãos associados, ou resultar de mera autoprogramação do Estado e do poder estrutural da sociedade.

O direito se encontra, assim, em disputa. Cujos resultados são determinantes para o aumento ou para a diminuição da dominação institucionalizada, por meio dos bloqueios impostos aos potenciais comunicativos. Os imperativos sistêmicos, provindos da esfera política ou econômica, podem enfraquecer e esvaziar a esfera pública, bem como se disseminar nela, fazendo com que as decisões sejam pouco democráticas e legítimas (HABERMAS, 1997). O autor argumenta que, “um ordenamento constitucional que democraticamente se corrige a si próprio pode perpetuar a realização reformista do sistema dos direitos” (HABERMAS 2014, p. 401).

Na leitura de Ghisleni e Spengler (2013), o surgimento da política deliberativa não depende de uma cidadania capaz de agir coletivamente, não se trata de uma democracia direta na linha de Rousseau, mas sim da institucionalização dos pressupostos e processos comunicacionais. Isso passa pela reconstrução democrática da esfera pública e inclui a implementação de procedimentos racionais, discursivos, participativos, pluralistas, multiculturalistas e não coercitivos dentro do Estado.

Segundo as autoras, a mediação social dentro dessa perspectiva pode ocorrer por meio de formas de relacionar a sociedade e o Estado no âmbito das leis e da burocracia, ampliando a participação social, além dos meios já existentes, como o voto, parlamento e plebiscito. A mediação consiste, por fim, em uma forma de concretizar a democracia deliberativa por meio da facilitação do diálogo público, no âmbito da jurisdição. Essa participação mais ampla pode ocorrer em face de uma pluralidade de técnicas e contextos, tendo como base “o princípio de religar aquilo que se rompeu, restabelecendo uma relação para, na continuidade, tratar o conflito que deu origem ao rompimento”, através da comunicação (GHISLENI & SPENGLER, 2013).

Dessa forma, a razão comunicativa, ao utilizar a fala orientada ao entendimento intersubjetivo, possui como ponto central não o sujeito, mas o meio linguístico, pelo qual se definem as *situações*. Quanto maior é a capacidade comunicativa, maior também a possibilidade de resolver litígios acontecidos em decorrência de dissonâncias sociocognitivas. A ampliação da democracia para o modelo deliberativo habermasiano necessita então, além de oportunidades materiais de acesso da população à gestão pública, formas de sensibilização e mobilização dos indivíduos e de outras organizações, por meio de rotinas, instrumentos de moderação e procedimentos didáticos que levem em conta a reflexividade e especificidades situacionais de cada ator e grupo (GHISLENI & SPENGLER, 2013).

Nessa perspectiva, as formas de poder do Estado de Direito, da legislação e da jurisprudência, aparecem como partes de um processo mais amplo de racionalização dos mundos da vida de sociedades pressionadas pelos imperativos sistêmicos (HABERMAS, 1997). Essa perspectiva abre uma porta para reconstrução do sistema, pois, coloca-nos nas mãos uma medida crítica que permite julgar as práticas de uma realidade constitucional sem transparência (HABERMAS, 1997).

3.8 Cultura, Esfera Pública, Verdade e Correção

Como outros conceitos da extensa obra de Habermas, o conceito de cultura também sofreu mudanças ao longo do tempo. Hohendahl (1979) aborda o conceito de cultura em Habermas e argumenta que este conceito possui, inicialmente, um ponto em comum e uma divergência fundamental em relação aos dois expoentes da primeira geração de Frankfurt, Adorno e Horkheimer. O ponto comum assenta em suas análises críticas sobre a teoria social burguesa, onde observam que os domínios da cultura e da política estão separados, ou seja, são tratados como esferas com total autonomia uma da outra.

A cultura na teoria social burguesa era representada como criação, obra de arte, busca da beleza, olhar estético, meio de auto compreensão, autolibertação e mercadoria. Uma das realizações essenciais da teoria crítica desenvolvida por esses autores da primeira geração foi justamente a dissolução dessa autonomia, uma vez que eles deram visibilidade à ligação objetiva entre tais domínios. A categoria ‘indústria cultural’ introduzida em 1944 contém este grande *insight* (HOHENDAHL, 1979).

O conceito de cultura aparece em Habermas na obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública” (1962), convergindo com a indissociação entre os conceitos (cultura/política), mas, divergindo com os teóricos da primeira geração quanto ao ponto de partida para abordá-lo. Adorno e Horkheimer abordam o conceito de forma ensaística, com uma preocupação menor em relação à produção de uma teoria social e utilizando como parâmetros os princípios da história intelectual e da ideologia.

Na “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, Habermas (2003) analisa a mudança ocorrida entre os séculos XV e XVII na cultura feudal para a cultura humanista, que suplanta a figura do cavaleiro cristão pelo aristocrata urbano. O primeiro, membro da nobreza rural, mantém o domínio fundiário, mas perde força de representação para o segundo, a representatividade pública concentra-se na corte, é lá que ocorrem as cerimônias, festas e torneios. O povo é espectador, “a representatividade depende de uma circunvizinhança em que ela se desenrole, pois, o nobre é autoridade à medida que a representa publicamente” (HABEREMAS, 2003, p. 26).

A cultura como representatividade pública diz respeito então às ocasiões rituais, litúrgicas e protocolares de uma “pessoa pública”. Aqui a palavra cultura é utilizada para reforçar a natureza social da representação dos papéis, aproxima-se da ação dramaturgica. Essa representação que dá publicidade e legitima a corte foi suprimida pela esfera pública

burguesa, compreendida como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público (HABERMAS, 2003).

Segundo Habermas (2003), o sentido de esfera pública e esfera privada, só ficou nitidamente destacado, depois que os Estados nacionais e territoriais destruíram os fundamentos do poder feudal, poder que se cindiu de um lado, em elementos privados, e de outro, em elementos públicos. “Privado significava estar excluído (privado) do aparelho do Estado, pois “público” referia-se ao Estado que se objetivava perante a pessoa do soberano e da aristocracia” (HABERMAS, 2003, p.24).

Dos elementos “privado e público” derivam outros elementos tais como; burguesia e aristocracia; cidade/burgo e a corte. Habermas (2003) argumenta que a cidade não é apenas economicamente o centro vital da sociedade burguesa em antítese política e cultural à corte aristocrática, ela caracteriza, antes de tudo, “uma primeira esfera pública literária que encontra suas instituições nos *coffee-houses*, nos *salons* e nas comunidades de comensais” (HABERMAS, 2003, p.45). O fato histórico relacionado com a gênese da esfera pública literária foi a invenção da imprensa.

Não que se deva crer que, com os cafés, os salões e as associações, a concepção de “público” tenha sido efetivamente concretizada, mas, com eles, ela foi institucionalizada enquanto ideia e, com isso, colocada como reivindicação objetiva e, nessa medida, ainda que não tenha se tornado realidade, foi, no entanto, eficaz. (HABERMAS, 2003, p.52)

Nessa esfera pública literária, a natureza pública do poder público foi contestada pelo raciocínio político das pessoas privadas. “A esfera pública literária era o campo de manobras de um raciocínio público que ainda girava em torno de si mesmo, num processo de autocompreensão” (HABERMAS, 2003 p.44). Esse processo acarreta a “refuncionalização da esfera pública literária, transformando a opinião pública como a única fonte legítima das leis” (HABERMAS, 2003, p.68).

A esfera pública que até então era considerada a esfera do poder estatal é resignificada como “um fórum para onde se dirigem as pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública.” (HABERMAS, 2003, p.41). A esfera pública seria como uma caixa de ressonância, “que filtra e sintetiza a vontade pública, transportando-a até os níveis institucionalizados do sistema político (ALCANTARA & PEREIRA, 2017, p. 416).

A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois ela não constitui uma estrutura normativa capaz de

diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização [...] A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos [...] A esfera pública retira seus impulsos da assimilação privada de problemas sociais que repercutem nas biografias particulares. (HABERMAS, 2003, p. 92, 98).

O autor joga luzes sobre a dominação capitalista da esfera pública e da despolitização do público. No lugar da esfera pública literária surge “o setor pseudo-público ou aparentemente privado do consumismo cultural” (HABERMAS, 2003, p. 189). Habermas (2003) avalia que o iluminismo literário e a emancipação cultural das massas foram em grande medida expectativas frustradas. A queda nos preços dos livros que a indústria cultural viabilizou não fez com que a cultura clássica fosse mais acessível.

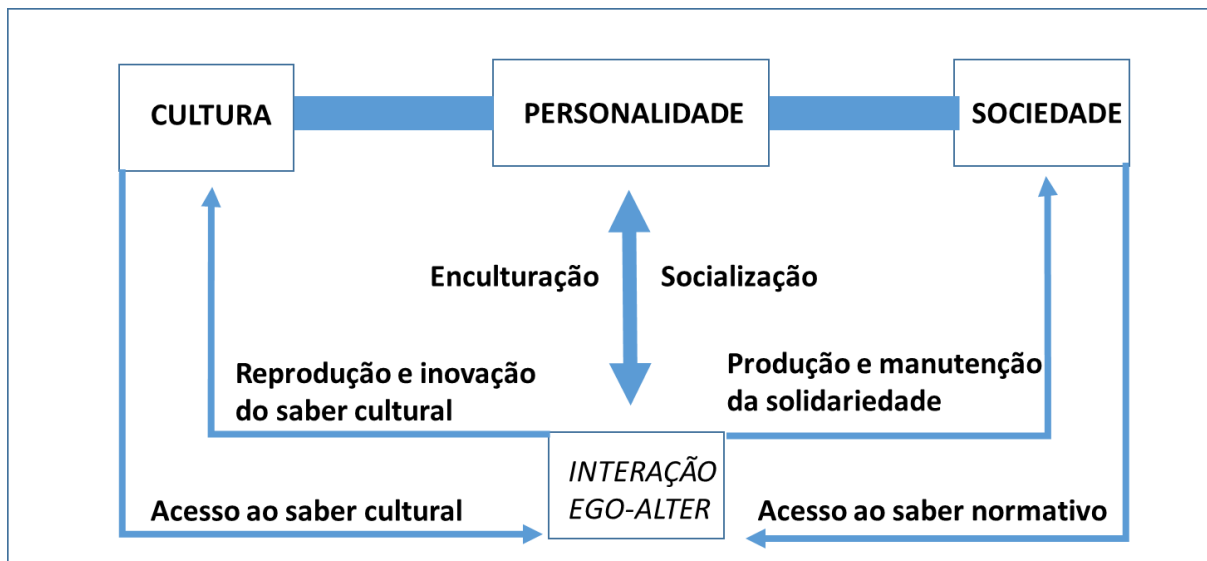
Para o autor, o baixo nível da vida cultural não se aplica apenas ao mercado literário, mas também às novas mídias de massa do século XX, o rádio e a televisão, que falam diretamente ao indivíduo enquanto consumidor, com uma publicidade orientada para sua intimidade (OLIVEIRA, VILAS BOAS & PEREIRA, 2013).

Na obra “Teoria da Ação Comunicativa”, Habermas (2016a) amplia o conceito, contudo, tratando a cultura como um dos três componentes estruturais que conectam o mundo da vida e sistema (cultura, sociedade, personalidade).

Chamo *cultura* ao inventário de saber a partir do qual os participantes da comunicação extraem as suas interpretações, quando pretendem entender-se sobre algo. A *sociedade* compõe-se das ordens legítimas através das quais os participantes da comunicação regulam a sua pertença a grupos sociais e asseguram a solidariedade. Nas estruturas de *personalidade* englobo todos os motivos e habilidades que permitem ao sujeito falar, agir e, ao mesmo tempo, assegurar a sua própria identidade. (HABERMAS, 2004, p. 107, *grifos nossos*).

Os padrões culturais, as ordens legítimas e as estruturas de personalidade podem ser representadas como adensamentos e sedimentações dos processos de entendimento, de coordenação da ação e de socialização. Por meio destas três funções básicas, os fluxos oriundos do mundo da vida ingressam no agir comunicativo, atravessam trajetórias interpretativas (eclusas de tematização) e assim, vão constituindo um tronco de saber comprovado na prática comunicativa, consolidando padrões interpretativos e tradições (HABERMAS, 2004). Habermas (2004) defende a concepção de uma esfera pública sensível e permeável aos fluxos comunicacionais oriundos do mundo-da-vida.

Figura 4 - Componentes Estruturais da Teoria doagir Comunicativo



Fonte: adaptado de Habermas (2004)

Explorando o componente estrutural que chama de cultura, o autor coloca a seguinte questão: Onde se expressa o acervo formal de estruturas universais da consciência? E responde: Nas esferas de valores culturais desenvolvidas sob os parâmetros valorativos abstratos de *verdade*, *correção normativa* e *autenticidade*. O termo cultura passa a representar o estoque de saber e conhecimento onde as pessoas no cotidiano recorrem para o seu posicionamento na sociedade e leitura das situações. A “cultura é a provisão de saber de onde os participantes da comunicação extraem interpretações ao se entenderem sobre algo no mundo” (HABERMAS, 2016a, p. 289).

Contudo, o autor divide essa provisão de saber em valores e normas. “O saber moral é afetado pela constituição histórica do mundo social de modo diferente que o saber empírico”, consiste em um acervo de motivos convincentes para a resolução consensual de conflitos que surgem no mundo da vida (HABERMAS 2014, p. 349). Os valores mantidos pelas tradições e costumes permitem definir a identidade do indivíduo e estão imbricados com princípios morais universalmente válidos em determinada comunidade (DURÃO, 2015, HABERMAS, 2016a).

Os valores distinguem-se das normas porque só emergem quando são seguidos de fato por alguém, refletem interpretações de imagens de mundo partilhadas intersubjetivamente, enquanto as normas são corretas, inclusive quando não são realmente seguidas, isso ocorre porque a sua validade pode ser julgada segundo critérios racionais nos discursos práticos e os

valores não (DURÃO, 2015, HABERMAS, 2016a). A correção dos valores revela-se pela mesma via que a verdade de enunciados normativos, com recurso à argumentação, em ambos os casos, a validade de enunciados pode revelar-se apenas na passagem discursiva por meio das razões disponíveis (HABERMAS, 2016b). A questão fundamental da moral consiste em saber como se podem regular legitimamente relações interpessoais invocando normas dignas de reconhecimento público, “esse tipo de legitimidade afere-se, consoante o contexto social, por um consenso existente sobre aquilo que é reputado de justo” (HABERMAS 2014, p. 368).

Inspirado no construtivismo cultural, Habermas (2014) não se detém diante de questões da busca da verdade final. O autor tende para um historicismo, de acordo com o qual as tradições, formas de vida e culturas são diversas, não só do ponto de vista moral, mas também quanto aos padrões de racionalidade, sempre diversos.

Para Habermas (2014), só o conceito de verdade como coerência parece ser compatível com o princípio da intersubjetividade, da relação sujeito-sujeito. Sua teoria vem igualmente inspirada pela virada linguística, que deslocou o critério da objetividade do conhecimento, da certeza privada de um sujeito com suas experiências vividas, para a prática pública da justificação em uma comunidade comunicativa (HABERMAS, 2014).

Assim, o que dá facticidade a um fenômeno, diz Habermas (2014), só pode ser explicado com recurso ao que é consensualmente verdadeiro nessa comunidade, ou seja, a verdade de opiniões e de proposições só pode ser fundamentada ou contestada com o auxílio de outras opiniões e proposições (HABERMAS 2014).

Contudo, os fins ilocutórios só podem ser atingidos de forma cooperativa, um locutor não pode atribuir a si próprio um êxito ilocutório. Diferente das ações orientadas para atingir fins, os atos de fala obedecem a condições de racionalidade diferentes, nestas externalizações, a racionalidade tem menos a ver com a posse de saber do que com a forma como os sujeitos empregam o seu saber (HABERMAS, 2004).

Segundo Habermas (2014), aproximamos do modo de consideração moral logo que examinamos as nossas máximas quanto à sua compatibilidade com as máximas dos outros. Kant, continua o autor, designa por máximas aquelas regras de ação feitas à situação, mais ou menos triviais, pelas quais habitualmente se rege a prática de um indivíduo. Estas exigem o ator do esforço decisório quotidiano, e aglutinam-se de um modo mais ou menos consistente numa prática de vida em que se refletem o caráter e a conduta da vida.

Em termos gerais, as máximas constituem as menores unidades de uma rede de hábitos praticados em que se concretiza a identidade e o projeto de vida de

uma pessoa ou grupo, elas regulam o desenrolar do dia, o estilo do trato, o modo de lidar com problemas, de resolver conflitos, etc. (HABERMAS 2014, p. 325).

Dentro do paradigma linguístico, a verdade dos enunciados já não pode ser compreendida como correspondente a algo no mundo, a verdade de um enunciado parece poder ser garantida somente pela sua coerência com outros enunciados, a questão é saber se a verdade assim epistemizada de um enunciado ainda possui de todo um “valor” independente do contexto de justificação (HABERMAS 2014). A idealização das condições de justificação nos discursos racionais “constitui o critério que pode ser atualizado em qualquer altura, perante cada grau de descentramento já alcançado pela comunidade”. (HABERMAS, 2014, 354).

Dos participantes de um diálogo se espera o exame sincero e sem preconceitos dos atributos da situação de fala ideal, ou seja, uma reflexividade descentrada ao ponto de superar o egocentrismo que todos carregamos como reprodutores culturais (HABERMAS, 2014). “A ‘sinceridade’ exige a prontidão para o distanciamento relativamente a si próprio e a força necessária à crítica de auto-ilusões” (HABERMAS, 2014, p. 373). Cada indivíduo deve transpor-se para o interior da situação e levar tão sério a compreensão que os interlocutores têm de si próprios e do mundo quanto à sua. (HABERMAS, 2014).

Se pessoas afetadas forem excluídas da participação ou forem suprimidos temas, se contribuições relevantes forem marginalizadas, se interesses relevantes não forem articulados de forma sincera ou formulados de modo convincente, se os outros não forem respeitados na sua diversidade, temos de contar com a possibilidade de não entrarem em linha de conta tomadas de posição racionalmente motivadas, ou mesmo expressas (HABERMAS 2014, p. 364).

Dando prosseguimento, a Teoria do Agir Comunicativo tenta assimilar a tensão que existe entre facticidade e validade. “Ao tomar tal decisão arriscada, ela preserva, de um lado, o engate na interpretação clássica de um nexos interno entre sociedade e razão, de outro lado ela não abandona a ideia de uma condução consciente da vida” (HABERMAS, 1997a, p. 25). Na TAC, os conceitos epistêmicos de verdade e correção se assemelham um ao outro e, ao mesmo tempo, se distinguem. A verdade de enunciados descritivos revela-se pela mesma via que a correção de juízos morais, ou seja, com recurso à argumentação. Assim afirma Habermas (2014, p. 352), “temos pouco acesso direto às condições de verdade, como às condições em que as normas morais merecem um reconhecimento geral, que não seja filtrado por racionalidades”.

As concepções morais, consolidadas nos costumes, com suas normas abstratas e gerais, pode gerar fricções entre formas de vida culturais diferentes, o que conduz a conflitos que “necessitam de regulação no plano nacional e internacional, abrindo um debate intercultural sobre as implicações de um conceito universalista de justiça” (HABERMAS 2014, p. 371).

O autor argumenta que, excluir do amparo dos direitos humanos, o outro que tem o direito de permanecer um estranho para os outros, em nome do universalismo, é contraditório à própria ideia do universalismo, ou seja, “só a libertação radical das histórias de vida individuais e das formas de vida particulares é que se comprova o universalismo do igual respeito por todos e da solidariedade com tudo o que tem rosto humano” (HABERMAS 2014, p. 334). Libertação essa, segundo Piaget (1931), do egocentrismo. Quanto à solidariedade com tudo que tem “rosto humano”, argumenta esse autor:

Que somos diferentes uns dos outros, é claro que é um grande bem, e a constituição da verdade, longe de exigir a padronização dos diferentes pontos de vista, supõe, pelo contrário, a coordenação de perspectivas distintas, a humanidade apenas empresta sua riqueza a essa profusão de experiências divergentes (PIAGET, 1931, p 56).

Na próxima seção realiza-se um aprofundamento nos conceitos de racionalização social e reflexividade. Tais conceitos são importantes categorias, que formam o modelo de análise desta tese.

3.9 Racionalização Social e Reflexividade

Há um consenso nas ciências ocidentais que atribui veracidade à afirmação de que não somos como formigas ou abelhas, cujo código genético define as castas e seus respectivos comportamentos (SOUZA, 2017). Os seres humanos só podem construir e reproduzir um padrão de comportamento por força de ideias que nos ajudam a interpretar o mundo, “somos um tipo de animal que interpreta a própria ação, são as ideias que nos permitem dar sentido à vida” (SOUZA, 2017, p.25).

Na teoria da ação comunicativa, ao sistematizar criticamente a obra de diversos autores clássicos da sociologia, Habermas (2016a) compreende a racionalização das imagens de mundo como um processo que libera, no ocidente, estruturas de consciência que possibilitam uma compreensão de mundo moderna. Essa compreensão de mundo desencantada está depurada de noções mágicas ou míticas, contudo, num primeiro momento,

estava ainda sob a égide de uma teologia monoteísta, que orientava a ética, logo, os costumes. Primeiramente a teologia fundamentava a formação de noções jurídicas e morais, “passando a determinar o estilo de vida de camadas sociais mais amplas, de modo que essa mesma ética pudesse servir de ancoragem motivacional ao agir econômico racional teleológico” (HABERMAS, 2016a, p.355). É nesse sentido que Max Weber é incorporado e criticado simultaneamente.

Entre os clássicos da sociologia, Weber foi o único que rompeu com as premissas do pensamento histórico-filosófico e com as assunções fundamentais do evolucionismo, ao mesmo tempo que pretendeu ver a modernização da sociedade europeia arcaica como resultado de um processo de racionalização universal-histórico (HABERMAS, 2016a, p.265).

Habermas (2016a) apresenta inicialmente, que Max Weber em seus estudos sobre as religiões, aponta um caminho para analisar a transição gradual de uma sociedade de racionalidade mítica, para uma sociedade de racionalidade religiosa, até a sociedade moderna de racionalidade científica. Habermas (2016a) argumenta que em seus estudos de sociologia da religião, Weber investiga de que maneira o potencial cognitivo, surgido com a racionalização de imagens de mundo, torna-se socialmente eficaz.

Em relação ao desencantamento das imagens de mundo religioso-metafísicas e o surgimento de estruturas de consciência modernas, Weber considera que “a autonomização e diferenciação das esferas culturais de valor, é uma chave para o entendimento, que só pode ser compreendido sobre o pano de fundo da filosofia kantiana do valor” (HABERMAS, 2016a, p.335), que em outras palavras quer dizer, não determinista, mas sim construído por meio da racionalização do mundo. Logo, o conhecimento não está à espera de ser descoberto. Ele é construído pelo consenso entre os pares.

Continuando a percorrer os fundamentos da sociologia da religião de Max Weber, Habermas (2016a) destaca como os posicionamentos de afirmação ou negação diante do mundo correlacionam-se com pressupostos ontológicos do cosmo-centrismo ou teocentrismo. A influência das imagens de mundo sobre a condução prática da vida é destacada pelo autor, na intenção de fundamentar seu argumento quanto à racionalização social, por meio da racionalidade comunicativa.

Habermas (2016a) reporta que as imagens de mundo teocêntricas como do judaísmo/cristianismo descartam a magia, direcionando o fiel, para uma condução prática da vida, pois o mundo é percebido como um lugar efêmero, contraposto ao retorno ao Deus eterno e criador que está no além. Tal imagem, que diminui os fenômenos desse mundo em

proveito de outro mundo, passou então a almejar o domínio ativo desse mundo depreciado (HABERMAS, 2016a).

Essa característica está presente na ascese ativa protestante, onde o crente concebe-se como instrumento frente à desordem mundana (HABERMAS, 2016a). A ética protestante é uma ética de trabalho. Weber (2009) revela que na tradução da Bíblia realizada por Lutero em 1534, numa passagem do Gênese, este muda o sentido de uma palavra. Quando Deus expulsa Adão e Eva do Jardim do Éden, onde está escrito em latim que “Deus *condena* os Homens ao trabalho”, Lutero traduz para o alemão que, “Deus *chama* os Homens ao trabalho”. Aceitar esse chamado é o que dá a certeza da graça, ainda neste mundo.

De acordo com Habermas (2016a), é preciso perceber que, embora Weber ofereça vantagens no que se refere a uma estratégia para as pesquisas, sua análise da racionalização social não exaure o potencial explicativo de sua própria teoria, é limitada. Max Weber já indicava a complementaridade entre racionalização de ações e formas de vida, com a racionalização das imagens de mundo, mas, “não cumpre seu programa de pesquisa, que se propunha permitir a avaliação da importância cultural do protestantismo ascético em relação a outros elementos da cultura moderna” (HABERMAS, 2016a, p.405).

Habermas (2016a) avalia então que há um estreitamento do conceito de racionalidade, sobretudo em contextos metodológicos, Weber partiria de uma posição argumentativa determinada pelo ‘positivismo de seu tempo’, segundo o qual, juízos éticos de valor expressariam apenas posicionamentos subjetivos, não sendo aptos a uma fundamentação intersubjetiva.

Seguindo portanto, nos termos de Habermas (2016a), o positivismo de seu tempo, Weber sugere que para medir a racionalização de uma imagem de mundo, o ponto de partida está na dissolução do pensamento mágico (desencantamento), sugerindo ainda uma graduação baseada em dois parâmetros: “um deles é o grau em que a religião descartou a magia, o outro, o grau de unidade sistemática que ela conduz a relação entre deuses e o mundo e, de acordo com isso, sua própria relação ética com o mundo” (HABERMAS, 2016a, p.365). Seria assim um tipo de sistema métrico que partiria da superação da consciência mítica “para um complexo e não muito claro grau de dogmatização” (HABERMAS, 2016a p.365).

Para ilustrar esse movimento inicial de descentramento, recorro ao filósofo Friedrich Nietzsche, na obra “A filosofia na época trágica dos gregos”, onde este explica o que faz de Tales de Mileto, o primeiro filósofo grego. Para Nietzsche (2008), a filosofia grega parece começar com uma ideia extravagante: a tese segundo a qual a água seria a origem e a matriz de todas as coisas. O filósofo então destaca três razões para deter-nos nessa tese e levá-la a

sério. Em primeiro lugar, porque a afirmação, “tudo é água”, trata de alguma maneira da origem das coisas; em segundo lugar, porque faz isso sem fabulação ou sentido figurado, e, por fim, esta afirmação contém, embora em estado de crisálida, o pensamento que tudo é um. Nietzsche (2008) argumenta que, a razão citada em primeiro lugar, deixa Tales ainda em comunidade com os místicos e religiosos, mas a segunda e terceira razão o excluem dessa sociedade, alçando-o a pensador da natureza, que fundamenta sua tese por meio do axioma metafísico de unidade universal, ou seja, tudo é um, e esse um é a água.

Para Habermas (2016a), a gênese da filosofia. Para o autor a filosofia está assentada em um conceito formal de mundo, em geral na forma de leis, com um grau de reflexividade que não atribui aos fenômenos nem causas mitológicas nem subjetivas, uma vez que uma ordem cosmológica-metafísica substitui a primeira e um eu epistêmico, isento de afetos, substitui a segunda.

Na dimensão cognitiva, o desencantamento da manipulação de coisas e acontecimentos convive com uma desmitologização do conhecimento sobre o ente. Quanto mais a intervenção em processos empíricos se afasta da interpretação desses mesmos processos, mais estritamente o indivíduo pode sistematizar suas relações ligadas ao mundo da vida, agora sob os pontos de vista abstratos de uma ordem cosmológico-metafísica cujas leis submetem-se todos os fenômenos, sem exceção. Isso significa: a) a preparação de um conceito formal de mundo para o ente como um todo, com nexos entre as entidades em geral na forma de leis; b) diferenciação e autonomização de um posicionamento puramente teórico (desvinculado da práxis), no qual o cognoscente se assegure da verdade por via contemplativa podendo ainda fazer e contestar declarações, e c) a conformação de um eu epistêmico que, isento de afetos, interesses ligados ao mundo da vida, preconceitos, etc., logre dedicar-se inteiramente a contemplar o ente (HABERMAS, 2016a, p.378).

Para a teoria da evolução social habermasiana, a transição da compreensão de mundo ocorre por três vias: (i) *pelos movimentos sociais*; (ii) *pelos sistemas de ação cultural*; e (iii) *pela institucionalização do agir racional-teleológico*. Habermas (2016a) argumenta que Weber negligenciou de forma clara a primeira via, deu uma atenção secundária à segunda e voltou seu olhar para a terceira, sobretudo aos dois complexos institucionais que corporificariam as estruturas modernas da consciência; a economia capitalista e o Estado moderno (HABERMAS, 2016a).

Habermas (2016a) avalia que o programa de pesquisa de Weber negligencia certos aspectos da racionalidade, que então são complementados por ele, por meio da incorporação/crítica da teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget. Weber aponta o

caminho, mas suas “negligências” são tratadas por Habermas (2016a) como vazios teóricos, tornando-se espaços que o autor procura ocupar com auxílio de seu método de incorporação crítica de outros autores.

Nesse sentido, a transição gradual de uma sociedade de consciência mítica para uma de consciência religiosa e, desta, para a consciência moderna, pode ser melhor compreendida, segundo Habermas (2016a), com a ajuda de Piaget, “cuja teoria não é apenas útil para a distinção entre os aprendizados estrutural e conteudístico” (HABERMAS, 2016a, p. 135), mas também para a conceituação de um desenvolvimento que se estende a imagens de mundo como um todo e, às diversas dimensões da compreensão de mundo que coexistem (HABERMAS, 2016a).

Habermas entende a evolução social como “o fruto do abandono de uma compreensão egocêntrica do mundo” (PINTO, 1995, p. 79). Para isso, o conceito chave que Habermas (2016a) retira da teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget é o conceito de *descentração*. Na citação a seguir, o autor apresenta o porquê e o quão importante é esse conceito na fundamentação da racionalidade comunicativa.

O conceito de racionalidade comunicativa remete a diversas formas de resgate discursivo das pretensões de validade e, também, a referências de mundo aceitas pelas pessoas que agem comunicativamente, à medida que manifestam pretensões de validade para suas exteriorizações. É por isso que a *descentração* da compreensão do mundo revela-se como a dimensão mais importante da formação de uma compreensão do mundo (HABERMAS, 2016a, p.148 *grifo nosso*).

Essa aproximação da teoria habermasiana com a teoria piagetiana pode ser compreendida com base em um dos fundamentos do conceito de racionalidade comunicativa, que é “o abandono da relação cognitiva sujeito-objeto por um procedimento cognitivo de natureza intersubjetiva, numa relação sujeito-outro-sujeito” (PINTO, 1995, p. 79). Isso só é possível com a progressiva *descentração* de nossa visão egocêntrica de mundo (PINTO, 1995). O desenvolvimento cognitivo significa, portanto, “uma tomada de posição descentralizada por parte de uma compreensão de mundo egocentricamente marcada” (HABERMAS, 2016a, p. 137). Pinto (1995) sintetiza da seguinte maneira a perspectiva da evolução social em Habermas:

À medida que o potencial embutido na ação comunicativa é realizado, o núcleo normativo arcaico se dissolve e abre caminho para a racionalização das visões de mundo [...] A reprodução simbólica do mundo da vida, ligada a ação comunicativa, provoca uma racionalização do mundo da vida dos

grupos sociais, à medida em que a linguagem preenche as funções de alcançar o entendimento, coordenar ações e socializar os indivíduos. Contudo, com o passar do tempo, na prática cotidiana, o peso cada vez maior dos atos comunicativos vão fortalecendo os processos de alcançar o entendimento em detrimento da tradição normativa e do sagrado. As convicções passam a retirar sua autoridade cada vez menos da aura do sagrado e cada vez mais de um consenso que não é somente reproduzido, mas também alcançado comunicativamente (PINTO, p.82, 1995)

A compreensão de mundo *descentrada e reflexiva* apresentada por Habermas abre duas possibilidades pragmáticas: (1) a possibilidade de um tratamento cognitivamente objetivado em face do mundo factual, bem como de um tratamento objetivo do Direito e da Moral, em face do mundo das relações interpessoais e (2) oferece a possibilidade de um subjetivismo liberado dos imperativos de objetivação da racionalidade anterior (HABERMAS, 2016a)

A descentração é um movimento que possibilita a construção de um sistema de referência para a delimitação entre os mundos social, mundo objetivo e o mundo subjetivo. Quando se leva em conta tais sistemas interpretativos culturais sob o enfoque da teoria do agir comunicativo, evidencia-se o porquê de as imagens de mundo míticas representarem um caso-limite elucidativo (HABERMAS, 2016a). A interpretação do mundo da vida de um grupo social por meio da consciência mítica revela uma imagem de mundo *centrada ou egocêntrica* no sentido piagetiano, ela não permite que ocorra uma diferenciação entre o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo.

Habermas (2016a) cria como exemplo um caso ideal extremo: uma sociedade onde todas as ações fossem determinadas miticamente. O autor esclarece que isso ocorreria onde “as imagens de mundo fossem reificadas como ordenação do mundo e não se deixasse entrever enquanto um sistema interpretativo criticável” (HABERMAS, 2016a, p. 140).

As estruturas de uma compreensão de mundo descentrada são determinantes para a modernidade e podem ser caracterizadas pelo fato de que o sujeito que age e conhece pode assumir diferentes posicionamentos básicos, em face de componentes do mesmo mundo. (HABERMAS, 2016a). Contudo, o descentramento sem reflexividade seria autodestrutivo, acabaria num relativismo total, que ofereceria a possibilidade de um objetivismo liberado dos imperativos de objetivação da racionalidade ou liberado dos critérios de pretensão de validade.

Para Habermas (2016a), só a racionalidade comunicativa, refletida numa autocompreensão da modernidade, oferece uma lógica interna que propicia a reprodução cultural, a integração social e a socialização sob os parâmetros valorativos abstratos de

verdade, correção normativa e autenticidade, além de resistir contra a colonização do mundo da vida pela dinâmica interna de sistemas autônomos (GUTIÉREZ & ALMEIDA, 2013).

A transformação gradual de comunidades tradicionais em sociedades modernas depende, segundo Habermas (2016a), de um processo de secularização, que liberta tanto a racionalidade técnica das amarras da tradição, quanto também liberta a ação comunicativa da normatividade ancorada nas visões de mundo místicas. Em tal processo de secularização, as normas tradicionais, bem como as ideias e valores religiosos perdem seu caráter vinculante, tornando-se necessário encontrar uma forma de justificar racionalmente a organização social, o papel dos indivíduos, as leis, a cultura, a hierarquia social, etc. (BRESSIANI, 2016).

Nas sociedades tradicionais, onde os diversos domínios da vida social estão diretamente vinculados a convicções religiosas e metafísicas de mundo, a cultura, as normas sociais, o modo segundo o qual cada pessoa deve se comportar, assim como a divisão do trabalho, a hierarquia social e a organização da produção dependem diretamente de uma visão de mundo aceita pelos membros da comunidade. No decorrer do processo de racionalização social, contudo, a normatividade garantida pela tradição perde gradativamente sua capacidade de assegurar a integração social como um todo e é progressivamente substituída pela ação comunicativa, a autoridade do sagrado é gradualmente substituída pela autoridade do consenso obtido (BRESSIANI, 2016, p. 16)

Para Habermas (2016a) o movimento de centração/descentração deve ser reflexivo. É por isso que no modelo de análise aqui proposto, a Teoria do Agir Comunicativo fica exatamente no meio entre os extremos opostos do *determinismo total* e do *relativismo total*. É nesse sentido, que a TAC atua como um “fiel de balança”, por ser “uma porta para uma interpretação utópica, ou emancipadora, da realidade social” (GUTIÉREZ & ALMEIDA, 2013, p. 152).

Não se trata de afirmar que uma sociedade é mais ou menos racional que a outra. Habermas (2016a) apresenta um exemplo de como o grau de racionalidade das imagens de mundo não varia, mas sim, o grau de centramento ou descentramento ou ainda, o grau de reflexividade das sociedades que, em função dos conceitos básicos que as imagens de mundo põem à disposição dos indivíduos, permitem que estes interpretem seu mundo.

Habermas (2016a) apresenta uma longa citação do livro “Oráculo e Magia entre os Azande” do antropólogo Evans-Pritchard, que na sua avaliação, demonstra que as diferenças entre pensamento mítico e pensamento moderno não residem no plano das operações lógicas e semânticas, uma vez que ambos refletem imagens de mundo coerentes, mas sim no plano das suas heranças culturais, com graus distintos de reflexividade, segue a citação:

O fato de considerarmos que a chuva é causada unicamente por condições meteorológicas, enquanto os selvagens acreditam que deuses e espíritos podem influenciar a ocorrência da chuva, não é prova de que nossos cérebros funcionem de modo distinto dos deles [...] Que a chuva ocorra por causas meteorológicas é uma conclusão que não fui eu mesmo que cheguei, por meio de observações e raciocínios. Na verdade, tenho muito poucos conhecimentos acerca dos processos meteorológicos que levam a chuva. Sei apenas aquilo que qualquer outro em minha sociedade também sabe: que a chuva tem causas naturais. [...] Dessa forma, um selvagem que acredita que a chuva possa ser influenciada por meios mágicos adequados, se submetida a condições naturais e rituais apropriadas, não pode ser considerado menos inteligente. Ele não chegou a essa crença por suas próprias deduções e observações, mas somente assumiu essa crença como o fez com o restante de sua herança cultural, ou seja, por ter nascido em meio à sua cultura. Ambos pensamos segundo modelos de pensamentos que nos foram postos à disposição pela sociedade em que vivemos. Seria insensato dizer que o selvagem pensa misticamente sobre a chuva e nós, em oposição, pensamos cientificamente sobre ela. Em ambos os casos estão envolvidos os mesmos processos mentais e o conteúdo do pensamento foi alcançado de modo semelhante. No entanto, podemos dizer que o conteúdo social de nosso pensamento sobre a chuva é científico e está de acordo com fatos objetivos, ao passo que o *conteúdo social* do pensamento selvagem é não científico por não coincidir com a realidade e também por ser místico, já que crê na existência de forças sobrenaturais (EVANS-PRITCHAD, 1937, apud HABERMAS, 2016a, p. 95).

É o *conteúdo social*, para usar a expressão de Evans-Pritchad, que pode ser mais ou menos reflexivo, mais ou menos aberto à crítica, logo, mais ou menos apto ao diálogo, nos termos da teoria do agir comunicativo. Na obra “Introdução Psicológica à Educação Internacional”, Piaget (1931) apresenta um exemplo semelhante:

Quando os astrônomos renunciaram considerar o sol e a lua como pequenas bolas que nos seguem em nossos passos, aparecendo e desaparecendo na altura das nuvens para localizar a nossa terra em um sistema vasto e coerente, eles realizaram um ato libertador; mas a sociedade não escapou do egocentrismo e demorou mais de dois séculos, de Newton à nossa Física, para corrigir as noções ingênuas de tempo e espaço de acordo com os movimentos celestes (PIAGET, 1931, p.59).

Renunciar a uma herança cultural frente às evidências que abrem a possibilidade de novos consensos é um ato libertador, contudo, tal ato está ancorado no grau de reflexividade dessa mesma herança cultural. Para Piaget (1931), o egocentrismo é um fenômeno tanto individual quanto social, tem natureza dupla, não é estável nem definitivo, “qualquer conquista de um horizonte mais amplo é contrabalançada pela inércia mental do renascimento, inércia característica do egocentrismo” (PIAGET, 1931, p.59). Consequentemente, a libertação de paradigmas no nível social leva mais tempo que no nível

individual. “Somos todos indivíduos treinados, para não dizer parcialmente distorcidos, por nossas diferentes mentalidades coletivas” (PIAGET, 1931, p.59).

Piaget (1931) menciona um paralelismo referente aos processos de aprendizagem moral e o desenvolvimento cognitivo. De um lado, estão os conceitos fundamentais e normas do direito e da moral, do outro, o desenvolvimento das categorias do entendimento e das regras lógicas (HABERMAS, 2014). Segundo Habermas (2014), os estudos do desenvolvimento da razão revela uma estreita correlação entre a gênese das operações lógicas e a formação de certas formas de cooperação. Piaget (1931) apoia-se na suposição pragmatista de que cada progresso cognitivo se encontra associado a um progresso na socialização do pensamento, com um descentramento progressivo dos pontos de vista do sujeito cognoscente. Habermas (2014, p.348) cita Piaget (1973):

Apenas resta a concordância dos espíritos como critério de verdade experimental ou formal, se rejeitarmos qualquer referência a um absoluto exterior ou interior. Ao selecionar, em cada estágio, determinados elementos e ao assimilá-los ao seu entendimento seguindo uma determinada ordem, a criança sofre a pressão da vida social de um modo igualmente tão pouco passivo como o da realidade física, separando antes ativamente aquilo que é posto à sua disposição daquilo que reconstrói à sua maneira [...] Assim sendo, Piaget conta com a possibilidade de o mundo social desempenhar um papel semelhante para o desenvolvimento da consciência moral como o desempenhado pelo mundo objetivo para o desenvolvimento das operações intelectuais em termos gerais. No confronto prático com o ambiente físico, a criança desenvolve, com recurso à abstração reflexiva, os conceitos e as operações fundamentais que são adequados à apreensão do mundo objetivo. Pela mesma via adquire, ao lidar com o seu meio social circundante, os conceitos fundamentais e as perspectivas que são necessárias a uma apreciação moral adequada de conflitos de ação (HABERMAS, 2014, p. 348).

Piaget (1931) argumenta que toda vez que um conflito faz oscilar o grau de reflexividade, o individual isola-se em si mesmo em todos os níveis de socialização e de autoafirmação. O autor cita exemplos: as ideias de nação, país, pátria e conseqüentemente os nacionalismos, são formados pela persistência do egocentrismo num nível coletivo, nível este, alerta Piaget (1931, p. 56), “com potencial mais tirânico que o egocentrismo do desenvolvimento cognitivo individual”. Contudo, “a reflexividade é um processo intelectual e moral, igualmente contínuo, do nascimento à morte, em cada domínio e em cada nível mental, isto é, em todas as disciplinas e em todas as idades”. É uma *metacognição*, significa pensar o pensamento, o próprio e o dos outros, tanto na forma quanto no conteúdo, é um diálogo interno, uma autorreflexão capaz de realizar uma autocorreção, que abre o indivíduo e a sociedade a novos conceitos e conhecimentos (PIAGET, 1931). A citação seguinte contém

uma síntese explicativa de como o conceito de egocentrismo atua nas dimensões individual e social.

O homem é duplo, de fato. Em todos os momentos e em todas as áreas de sua evolução mental, intelectual e moral, ele se encontra dividido entre duas tendências igualmente poderosas. Uma é aceitar o universo como ele aparece imediatamente, e ele aparece em todas as coisas como constituindo um sistema do qual nós ocupamos o centro. O outro consiste em corrigir e ultrapassar o ponto de vista imediato, a fim de situá-lo em um sistema global capaz de coordenar essa perspectiva particular com um número crescente de diferentes visões. Quando o bebê, cujo cosmos é reduzido a algumas imagens em movimento criadas em torno de seu próprio corpo, aprende a imitar os outros, a falar e, assim, constituir um universo sólido, comum aos outros e a si mesmo, ele ganha uma primeira e decisiva vitória sobre o egocentrismo inicial, situar-se num mundo coordenado. Mas a ilusão egocêntrica não desaparece, e o grupo restrito em que vive, o canto da terra a que está ligado, os sentimentos e pensamentos aos quais está acostumado, continuam a ser, aos seus olhos, absolutos irreduzíveis. (PIAGET, 1931, p.58).

Para Piaget (1931) tanto o indivíduo quanto a sociedade passam por períodos de reorganização profunda, durante os quais um novo estágio é alcançado e as mudanças são assimiladas. Mas para que isso ocorra, não basta experienciar, é necessário racionalizar os dados da ação por meio do diálogo e do confronto de projetos e ideias. Esse processo ocorre nesse ‘homem duplo’, que vai de um egocentrismo inconsciente e radical, à constituição de um universo compartilhado e momentaneamente estável. As novas capacidades de raciocínio manifestam-se na linguagem, no comportamento experimental, na forma de pensar e de se situar no mundo.

Cada estágio de desenvolvimento corresponde a um sistema, seguidos de períodos de inércia egocêntrica. Somos autocentrados, argumenta Piaget (1931), muitas vezes sem saber e sem querer, agimos orientados por pré-conceitos sociais em uma série de áreas e situações. “As tendências espontâneas de nossa mente nos impelem a erigir em termos absolutos o nosso egocentrismo” (PIAGET, 1931, 65).

Segundo Habermas (2014, p. 367), G.H. Mead descreveu o desenvolvimento da racionalidade social como um processo de alargamento paulatino de uma troca reversível de perspectivas, “e Piaget descreveu como um descentramento progressivo, quanto mais o processo de entrosamento mútuo de perspectivas se aproximar do limiar da inclusão completa”.

Daí a necessidade da elaboração do que Piaget (1931) chama de *instrumento de moderação*, uma metodologia capaz de estimular a aprendizagem por conflito cognitivo,

favorecendo novas aquisições conceituais capazes de minimizar as dissonâncias cognitivas: “Precisamos de uma nova atitude intelectual e moral, de entendimento e cooperação, que, sem se afastar do relativo, alcança a objetividade ao relacionar os próprios pontos de vista particulares” (PIAGET, 1931, p.65). Piaget (1931) avalia que a ciência, a religião e a moralidade permanecem muito gerais e, portanto, muito formais, insuficientes para essa tarefa. Nada ainda é amplamente equivalente a esses processos de sentimento e pensamento, que nos permita entender uns aos outros, seja entre pessoas de formação idêntica e menos ainda de formação distinta (PIAGET, 1931).

Nesse sentido, a ideia defendida por Piaget (1931) é na sua avaliação simples e concreta. Trata-se de criar um método de compreensão e reciprocidade, onde todos os humanos, sem perder sua visão de mundo e sem suprimir suas crenças e sentimentos aprendam a estar entre todos os outros humanos, utilizando técnicas de aprendizagem cooperativa, que estimulem as trocas cognitivas nos grupos.

Cada indivíduo deve manter a sua própria perspectiva, como a única que ele conhece de dentro, mas entender a existência de outras perspectivas (PIAGET, 1931): “E que todos entendam, acima de tudo, que a verdade, em todas as coisas, nunca é encontrada pronta, mas é dolorosamente elaborada, graças à própria coordenação dessas perspectivas” (PIAGET, 1931, p.64). É na renúncia de todos os falsos absolutos e no esforço de colocar em relação as diferentes visões de mundo coexistentes que consiste enfim, as bases metodológicas de seu instrumento de moderação.

Por fim, complementando, cabe indicar que a Teoria do Agir Comunicativo assume que as interpretações de mundo variam em função das distintas realidades sociais e que para se alcançar o entendimento é preciso, por sua vez, a definição das situações em que estes procedimentos interpretativos acontecem. Isto porque, quando um indivíduo deseja abordar um assunto com seu ato de fala, realiza-o sob o pano de fundo de um consenso cultural anterior, ou seja, depende do conhecimento social e individual acumulado localizado no mundo da vida (HABERMAS, 2016a).

4 MODELO DE ANÁLISE DE RACIONALIDADE SOCIAL

Na década de 1980, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos realizou duas tipificações chamadas por ele de Teoria da Necessidade (Teoria N) e Teoria da Possibilidade (Teoria P), na intenção de realizar uma síntese de diferentes correntes teóricas e apontar um caminho para o amadurecimento dos Estudos Organizacionais. No texto “*A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo de possibilidade*”, Guerreiro Ramos (1983) apresenta uma síntese das críticas que já vinham sendo formuladas contra as perspectivas reducionistas da realidade, representadas segundo o autor, nas teorias sulcadas a partir no manancial platônico/aristotélico. Tais críticas, nos Estudos Organizacionais, passaram a ser operacionalizadas por meio da Teoria dos Sistemas.

Ao examinar os diferentes trabalhos acadêmicos, o autor verificou que estes poderiam ser situados num contínuo, cujos polos designou de Teoria da Necessidade e Teoria da Possibilidade. Essas teorias são tipos ideais, onde os pressupostos fundamentais do primeiro tipo assentam-se em leis deterministas, e os pressupostos do segundo tipo caracterizam-se por não se orientarem por arquétipos platônico/aristotélicos, mas sim kantianos e pós-kantianos.

Guerreiro Ramos (1983) faz então uma classificação de diversos autores, alocando-os no contínuo por ele proposto. Aristóteles, Hegel e Parsons, por exemplo, estão no modelo de necessidade, Kant, Habermas e Merton no modelo de possibilidade. Há ainda certos autores com uma ambivalência metodológica. Nas palavras de Guerreiro Ramos, um “complexo hamletiano”, um “ser ou não ser”, com ideias pertinentes aos dois campos teóricos. Estes representariam um ponto de transição, que recorrentemente está fundamentado mais em um modelo que em outro: “Teoricamente somos forçados a presumir que cada situação apresenta uma combinação própria desses aspectos” (GUERREIRO RAMOS, 1986, p. 8).

O autor percebeu que as Ciências Sociais estavam vivendo uma fase de transição paradigmática. Segundo ele, nos momentos de transição coexistem e sobrepõem-se, parcialmente, paradigmas contraditórios de pensamento científico. Inspirado pelo epistemólogo Thomas Kuhn, o autor compartilhava a ideia de que diferentemente dos paradigmas nas ciências da natureza que se sucedem, com o seguinte substituindo o anterior, nas ciências sociais, bem como no interior das sociedades, eles convivem durante longo tempo, até que venha a predominar o padrão emergente (GUTIÉRREZ & ALMEIDA, 2013).

Na história da filosofia ocidental, essa primeira transição demorou mais de dois mil anos para ocorrer. Um dos principais filósofos da teoria N foi Aristóteles, do século IV a.c., que elaborou uma cosmovisão, que organizava, em esferas concêntricas, todo o universo.

O planeta Terra estava no centro e era formado pelos elementos terra, fogo, ar e água, este era o mundo sublunar. A partir da Lua, os corpos celestes seriam feitos de éter, o mesmo elemento de que são constituídas as almas e as ideias, por isso seriam perfeitos, lisos, planos e cristalinos, tudo tinha uma finalidade no mundo, e conhecer era descobrir essas finalidades.

Essa cosmovisão, com algumas adaptações, foi a “oficial” até o ano de 1822, quando o Papa Pio VII determinou que o sistema heliocêntrico passasse a ser o oficial. Antes, porém, duas grandes figuras foram fundamentais para essa reorganização.

Um deles foi Galileu Galilei, no século XVII, que quando observou com o auxílio de um telescópio a Lua e outros planetas, percebeu que Aristóteles estava errado. Que a Lua não era lisa, tinha montanhas, e o planeta Terra não era o centro do cosmo. Ele viu as Luas de Júpiter, logo, havia outros centros cósmicos. Essa constatação empírica refutava todo o sistema aristotélico, e embora não fosse essa sua intensão, implodiu as bases da metafísica aceita até então. Quem reorganizou o estrago foi o filósofo Immanuel Kant no século XVIII, com seus arquétipos que fundamentavam que o conhecimento é construído, não está dado *a priori* (ARANHA & MARTINS, 2013).

Voltando a Guerreiro Ramos, no que diz respeito à Teoria N, o autor constrói um tipo ideal, que segundo ele, jamais foi enunciado plenamente por qualquer teórico contemporâneo, e que nenhum cientista social aceitaria explicitamente, “todavia, como conjunto de pressupostos, essa teoria se faz presente na maioria dos trabalhos de influência sobre modernização e desenvolvimento” (GUERREIRO RAMOS, 1983, p.18). Por outro lado, o modelo de possibilidade não obriga a um enfoque indeterminista, é essencial compreender que determinismo e liberdade não são opostos, este é um falso dilema (GUERREIRO RAMOS, 1983).

O modelo de possibilidade é composto por conjecturas cujo poder de convicção, embora possa ser justificado por um conhecimento positivo e controlável, não busca a revelação de leis universais, como esclarece Guerreiro Ramos (1983), conjecturar não significa inventar. O que caracteriza a Teoria P é a consciência dos limites de conhecer todas as causas necessárias, mas ter a capacidade de argumentar se um fenômeno é possível ou não, pois, “escolher uma possibilidade em determinada situação é escolher dentro de certos limites” (GUERREIRO RAMOS, 1983, p. 9).

O autor oferece então um conjunto de assertivas polares, que buscam descrever a essência, tanto da Teoria N, quanto da Teoria P. Por esquemáticas que sejam essas enunciações, alerta o sociólogo, podem conter imprecisões e talvez mesmo erros. Entretanto,

sua tentativa representa uma importante contribuição para resolver os impasses em que se encontrava (e ainda se encontra) a teoria das organizações.

Segundo Guerreiro Ramos (1983), estão contidas na Teoria N todas as teorias deterministas, que de forma resumida e ideal professam que:

Tudo o que aconteceu é a única coisa que poderia ter acontecido e que o curso dos acontecimentos resulta da ação recíproca de causas absolutamente necessárias; existe um processo normal e unilinear de evolução, um caminho ótimo e único a ser palmilhado rumo ao futuro, e se observarmos os pré-requisitos, necessariamente se evitam descaminhos e colapsos. É pernicioso ao cientista social ser protagonista no processo social; ele deve ser um espectador, um observador afastado da arena dos interesses, a fim de ser capaz de ver, sem ideias preconcebidas, a orientação ao rumo transcendente do processo (GUERREIRO RAMOS, 1983, P.16-17).

Por outro lado, estão contidas no âmbito da Teoria P as teorias de matriz kantiana e pós kantianas (como a Teoria do Agir Comunicativo). Os aspectos gerais da Teoria P são sintetizados por Guerreiro Ramos (1983) da seguinte forma;

Tudo o que aconteceu é uma entre as muitas possibilidades objetivas que poderiam ter acontecido. Nenhum curso de acontecimentos pode ser considerado resultante da ação recíproca de causas absolutamente necessárias. É possível fazer previsões, mas apenas com graus variáveis de certeza, dependendo sempre das circunstâncias concretas. As possibilidades podem ser reais e empiricamente demonstradas. Não existe processo normal unilinear. A história sempre nos apresenta um horizonte aberto a possibilidades múltiplas, a tarefa da ciência social é descobrir o horizonte de suas possibilidades, a fim de contribuir para a participação humana na construção e transformação consciente das sociedades contemporâneas. A ideia de um pensar separado da prática é uma contradição de termos. Não há pensar sem um rudimento de prática, nem há prática sem um rudimento de teoria. A categoria cardinal das ciências sociais é o mundo, que hoje possui as características de um sistema. Sob a ótica desse sistema, todas as sociedades estão em desenvolvimento” (GUERREIRO RAMOS, 1983, P.16-17).

Por fim, para complementar o arco teórico foi incorporado neste trabalho, a Teoria Relativista, que será nominada de Teoria R, na intenção de ampliar o contínuo sugerido por Guerreiro Ramos (1986) em direção a um polo cujo extremo seria radicalmente indeterminista e subjetivista. Sobre esse enfoque, Franz Boas já argumentava em 1887 que a civilização não é algo absoluto, mas sim relativo, e que nossas ideias e concepções são verdadeiras apenas na medida de nossa civilização (BOAS, 2004). Estariam neste modelo autores como Nietzsche, Bauman, Foucault e outros autores pós-estruturalistas.

Como exemplo, no âmbito da Teoria R, o *naturalismo ameríndio* colhido por Viveiros de Castro (2017) apresenta o contraste entre as formas ideais do conhecimento científico ocidental e as formas ideais do conhecimento do mundo ameríndio, onde no primeiro caso o conhecimento é fruto da acumulação de informações qualitativas e quantitativas de um objeto ou fenômeno, buscando suas causas ou sua compreensão, sejam elas necessárias ou possíveis.

Em ambos os casos, para que ocorra o conhecimento, deve-se descartar o máximo daquilo que emana do sujeito, a qualidade de uma metodologia é avaliada por sua capacidade de oferecer resultados iguais independente das opiniões do cientista, a impessoalidade e a neutralidade são as virtudes que acompanham a reprodutibilidade. No segundo caso, o processo consiste na atribuição de um máximo de subjetividade àquilo que se conhece. Isto é, quanto mais o indivíduo consegue transformar uma causa numa razão ou ação intencional, ou ainda, quanto mais o indivíduo consegue atribuir um tipo de agência pessoal por trás dos fenômenos a sua volta, mais o indivíduo conhece.

O que estas três tipificações buscam destacar é o grau de centralidade ou descentralidade reflexiva. E interessa a essa pesquisa revelar como uma prática cultural pode dar pistas sobre esse grau de reflexividade social. Logo, parte-se da hipótese que as *definições situacionais passíveis de consenso*, por trás das práticas culturais, podem indicar esse *grau de reflexividade* numa dimensão social.

A figura 5 apresenta graficamente o modelo de análise, uma ferramenta ou instrumento de moderação, para falar com Jean Piaget, que traz em si a ideia de um contínuo dividido em três partes que representam as três respectivas tipificações, que por sua vez, possuem gradações internas.

Figura 5 - Grau de Reflexividade Social



Fonte: Elaboração própria baseada em Piaget (1931), Guerreiro Ramos (1986), Kläy et al (2014) e Habermas (2016a).

No modelo de análise aqui proposto, a Teoria do Agir Comunicativo fica exatamente no meio entre os extremos opostos do determinismo total e do relativismo total, como uma “porta para uma interpretação utópica, ou emancipadora, da realidade social” (GUTIÉRREZ &

ALMEIDA, 2013, p. 152). Busca-se demonstrar, nesse trabalho, que as práticas culturais expressam valores, saberes e visões de mundo que, num meta-nível, permitem localizar no modelo de análise o grau de reflexividade dessa herança cultural, que delimita as situações consensuais, correlacionando-se nos termos da TAC com a aptidão ao diálogo e ao entendimento intersubjetivo.

Este modelo de análise será aplicado em trabalhos encontrados pela revisão bibliográfica de artigos acadêmicos sobre as águas minerais das cidades de Cambuquira, Caxambu e Lambari, objetivando realizar um teste teórico antes de sua aplicação no objeto de estudo.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No campo dos Estudos Organizacionais, as estratégias de pesquisa foram por muitos anos marcadas pelo caráter utilitarista e funcionalista de suas epistemologias. No entanto, a mera transposição de filosofias epistemológicas e métodos de pesquisa não são suficientes, nem adequados para a utilização em tais estudos (CUNHA & RIBEIRO, 2010).

A aplicação de métodos qualitativos nos Estudos Organizacionais sempre esteve exposta a críticas. Nesse sentido é prudente lembrar a necessária reconstrução histórica do presente observado, uma vez que a dinâmica organizacional que o pesquisador está presenciando é fruto de uma trama histórica (CUNHA & RIBEIRO, 2010).

Segundo Haguette (1992) mesmo em pesquisas de natureza quantitativa, a observação não desvenda mecanicamente o real vivido, não é autônoma, nem neutra pois, é caudatária de um olhar prévio sobre o mundo historicamente localizado.

Esta pesquisa foi realizada utilizando-se de métodos qualitativos. Martins (2004) orienta que uma pesquisa qualitativa tem como pressupostos: (i) uma compreensão crítica dos caminhos do processo científico, questionando acerca de seus limites e possibilidades; e (ii) reconhecer que todo conhecimento tem um compromisso com valores.

A produção de conhecimento por meio de métodos qualitativos deve buscar avançar além da utilidade, ou seja, deve orientar-se por um projeto ético visando a solidariedade, a harmonia e a criatividade (MARTINS, 2004). E nesse sentido Boni e Quaresma (2005) reforçam que a natureza qualitativa trabalha com significados, motivações, valores e crenças.

Martins (2004) argumenta que a variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva. Neste momento o pesquisador deve estabelecer uma distinção importante: de um lado, pode-se utilizar dos métodos técnicos, ou seja, processos pelos quais a realidade é investigada; e de outro, dispõe dos métodos lógicos, isto é, os processos de formação das inferências e de explicação da realidade.

A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise. Enfatiza-se a necessidade do exercício da intuição e da imaginação, num tipo de trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também para a liberdade do intelectual (MARTINS, 2004, p. 289).

Boni e Quaresma (2005) apontam três passos fundamentais para iniciar uma investigação científica. No primeiro momento, o levantamento de dados deve ser realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica. No segundo momento, o pesquisador deve proceder a uma observação dos fatos ou fenômenos e no terceiro momento, o pesquisador deve realizar contatos com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações.

Para descrever e comparar uma mesma prática cultural em comunidades distintas e como esta prática pode revelar na história dos municípios situações que foram consensuais a seu tempo, apresenta-se a seguir, o roteiro metodológico com as técnicas de coleta e sistematização dos dados sobre os costumes, normas, práticas, valores e crenças sobre a águas minerais.

5.1 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi realizada tendo em vista dois tipos de publicações: (i) científicas; e (ii) historiográficas. Em relação as publicações científicas, estas foram encontradas por meio da ferramenta de busca do Google Acadêmico, utilizando simultaneamente as palavras-chave: “Água Mineral, Cambuquira, Caxambu, Lambari”. Foi utilizado um filtro que apresenta os arquivos por década de publicação original e disponível em qualquer idioma.

Essas décadas são analisadas com o auxílio do modelo de análise (Teoria N, P, R). Na sequência, são destacados por meio de resenhas analíticas os trabalhos desenvolvidos no âmbito da parceria entre a Organização da Sociedade Civil ‘Nova Cambuquira’ e o Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal de Lavras (NEAPEGS/UFLA). Esta parceria editou dois livros com trabalhos de mais de 20 pesquisadores. Os capítulos destes dois livros são, cada qual, analisados com auxílio do modelo de análise (Teoria N, P e R) e os resultados são sintetizados em um quadro comparativo.

As publicações historiográficas foram pesquisadas em bibliotecas, museus, secretarias municipais e algumas escolas no intuito de agrupar e comparar os registros historiográficos. Por meio da compilação e comparação de situações históricas semelhantes às três cidades, buscou-se inferir com auxílio do modelo de análise as racionalidades dominantes nos contextos normativos social e sistêmico dos momentos históricos aqui tipificados. Também foi consultado o livro “A propósito de Águas Virtuosas” de Stélio Marras, que narra o processo de formação e desenvolvimento de Poços de Caldas.

5.2 Observação participante e caderno de campo

O tipo de observação realizada no campo possui as características da *observação participante*, na medida em que houve uma integração do investigador com o grupo investigado. O pesquisador não foi um observador externo dos acontecimentos e passou a fazer parte ativa dos mesmos, adotando temporariamente um estilo de vida que é próprio do grupo que está sendo pesquisado (BONI & QUARESMA, 2005).

Contudo, diferentemente dos “aquáticos” ou “curistas” de outrora, como eram chamados os veranistas de vilegiatura, na primeira metade do século XX, os atuais coletores de água mineral não se veem como um grupo distinto dos não coletores, como uma comunidade imaginada e não se auto proclamam “coletores de água mineral”, ou possuem um outro título qualquer, e este termo é utilizado para os fins da pesquisa. Em Caxambu corre a expressão “panhar água”, corruptela de “apanhar água”, que faria dos coletores, apanhadores de água de mineral.

Houve a incorporação de contribuições de coletores, uma vez ocorreram oito visitas preliminares, quatro na cidade de Cambuquira e quatro em Caxambu. Tais visitas permitiram conhecer e realizar contatos iniciais com moradores das três cidades, bem como anotar questões relacionadas a conflitos, pautas comuns, demandas em ostracismo e conversas sobre especificidades locais.

A partir de setembro de 2018 houve um período de 7 meses de imersão nos municípios de Cambuquira, Caxambu e Lambari, num período de mais de dois meses em cada cidade. A observação participante foi registrada em um caderno de campo e envolveu a incorporação da rotina do abastecimento de água mineral para uso doméstico, conversas com coletores e não coletores, participação em eventos públicos como fóruns e audiências quando a temática das águas minerais era o foco principal desses eventos. Assim, o embarque numa rede de relações interpessoais com agentes públicos e da sociedade civil, testemunho de fatos políticos e conhecimento prático da geografia e história territorial permitiu que vivências fossem anotadas no caderno de campo, permitindo identificar assuntos e situações recorrentes.

Sobre o caderno de campo enquanto ferramenta de coleta de dados, Sáez (2013) realiza reflexões esclarecedoras baseadas em sua experiência de pesquisador e professor. O autor discorre sobre esse ‘artefato’ sem romantismo ou saudosismo, que se colocaria contra a utilização de equipamentos contemporâneos de gravação e vídeo, além dos computadores e editores de textos.

De maneira pragmática, Sáez (2013, p. 165) argumenta em seu manual de pesquisa que “deve ser um caderno com margens amplas que permita a constante inclusão de textos laterais, comentários posteriores, etc. Deve contar com uma encadernação resistente e preferencialmente, uma boa costura”. O caderno de campo é fundamental conclui Sáez (2013, p.167), “porque é um auxiliar da memória, mas sobretudo porque é, digamos, uma leal oposição à memória”. E conclui que o caderno não precisa ser escrito com todos os requisitos de um texto público, é um caderno de anotações, não é um exercício de redação e é útil porque é uma ferramenta reflexiva (SÁEZ, 2013).

Esse caderno é para ser escrito, mas fundamentalmente para ser lido e relido [...] Pode incluir anotações mais ou menos taquigráficas, notas soltas ou todo gênero de abreviaturas sempre que esses recursos não venham impedir que mais tarde o próprio autor seja capaz de entender o que lá anotou [...] No caderno, é onde ficam consignadas as interpretações prematuras, onde permanecem os equívocos, os nós, os impasses, as tentativas, as percepções importantes que não são entendidas como tais no momento, as vias de análise que depois foram descartadas em favor de outras, as resistências dos nativos ou do próprio pesquisador a tratar de certo assunto. Isso pode ser secundário em outro tipo de ciência; mas é fundamental numa ciência reflexiva (SÁEZ, 2013, p.165-167).

A hospedagem, passagens e demais despesas foram pagas com recursos próprios proveniente de bolsa/CAPES. A convivência na rotina de trabalho do NEAPEGS/UFLA também foi fonte constante de informações, uma vez que o núcleo conta com *know-how* de 6 anos de pesquisa na região.

5.3 Entrevista semiestruturada

Nessa etapa da pesquisa, o objetivo foi coletar dados que não seriam possíveis somente por meio da pesquisa bibliográfica e da observação participante. De acordo com Boni e Quaresma (2005), a entrevista semiestruturada é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo, por meio do qual os pesquisadores buscam obter informações objetivas e subjetivas. Combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto.

Os entrevistados foram pessoas que têm o hábito de ir até as fontes para coletar água mineral, para consumo doméstico cotidiano, que praticamente só bebem dessas águas, levam-na para casa e fazem uma dispensa que dura uma semana, uma quinzena, um mês, e há ainda aqueles que frequentam diariamente as fontes. Turistas e forasteiros eventuais não entraram na pesquisa.

Foram realizadas 108 entrevistas semiestruturadas com pessoas que têm o hábito de coletar água mineral e são residentes nas cidades estudadas, entre novembro de 2018 a março de 2019, objetivando realizar uma abordagem descritiva e interpretativa da prática cultural em seu atual horizonte consensual. Foram realizadas 36 entrevistas em cada uma das cidades distribuídas em 18 homens e 18 mulheres com idades de 14 a 80 anos.

Objetivando ampliar a diversificação dos entrevistados, cada cidade foi ainda dividida em três subconjuntos com 12 entrevistas cada. Esses três subconjuntos de coletores de água mineral foram divididos sob a inspiração do modelo de estratificação social proposto por Souza (2017), que propõe a seguinte estratificação social no Brasil: (i) a elite do dinheiro; (ii) a classe média e suas frações; (iii) a classe trabalhadora precária; e (iv) a ralé. De acordo com Souza (2017. p.88), “as classes sociais no Brasil só podem ser adequadamente percebidas como um fenômeno, antes de tudo, sociocultural e não apenas econômico”.

As entrevistas não foram aplicadas no primeiro estrato; a elite do dinheiro – que não foi identificada durante a pesquisa de campo. De acordo com Souza (2017), no senso comum, os chamados “ricos” no Brasil são geralmente confundidos com “a classe média endinheirada”. Ainda segundo Souza (2017), a elite do dinheiro é uma classe fundamentalmente rentista que não chega a 100 mil indivíduos.

Nos municípios estudados estes “ricos” são os proprietários de hotéis, criadores de cavalos, donos de centros médico-laboratoriais, donos de imobiliárias, tabeliões, membros do judiciário, etc., que foram entrevistados por se tratar da classe média. Estas pessoas foram procuradas em seus escritórios e locais de trabalho nos centros das cidades. Os trabalhadores precários também foram entrevistados em seus locais de trabalho, e optou-se por entrevistar balconistas de lojas de comércio popular. A “ralé” foi entrevistada nas ruas de bairros marginais.

Cabe esclarecer que “a nossa ‘ralé’ atual, de todas as cores de pele, é o inadaptado à competição social que herdou todo ódio e desprezo que se devotava ao negro antes” (SOUZA, 2017. p.99). A palavra *ralé*, não deve ser interpretada de modo pejorativo e o autor opta por essa nomenclatura para denunciar seu abandono e a maneira como essa população é de fato considerada pelos demais estratos.

Realizar entrevistas em horário de trabalho é um tipo de limitação e nos bairros marginais, as pessoas também têm seus compromissos. Por esse motivo, algumas entrevistas foram “agendadas” com uma solicitação de “volte mais tarde ou outro dia”. Outras, sequer, foram possíveis.

Nesse sentido, o pesquisador residir nas cidades foi providencial para contornar esses problemas e realizar todas as entrevistas planejadas. O número de entrevistas não objetivou evidentemente inferências estatísticas, mas foram realizadas diversas perguntas cujas respostas permitem serem quantificadas e, estas foram transformadas em médias e porcentagens e incorporadas nas análises.

O objetivo de subdividir os entrevistados sob a inspiração de Souza (2017) visou prioritariamente diversificar os perfis dos coletores, motivo pelo qual as entrevistas não foram realizadas nas fontes, pois, em função do dia da semana e horário da pesquisa de campo, essa diversidade poderia ser prejudicada, uma vez que estas pessoas possuem dentre outras diferenças, uma disponibilidade diferente de tempo livre (SOUZA, 2017). A diversidade aqui não visa demonstrar contradições ou problematizar as classes sociais nos municípios, embora seja possível fazer algumas comparações pontuais.

As entrevistas objetivam o Mundo da Vida, que, como nos ensina Habermas (2016a), é de onde emergem as racionalizações derivadas das visões de mundo e cosmologias que fundamentam os contextos sócio-históricos, também explicado pelo autor como um horizonte consensual que propicia os processos de se alcançar o entendimento. As entrevistas, portanto, objetivaram além de dados descritivos, um saber implícito, contextual, um conjunto de referências culturais que permitem uma comunidade interpretar situações.

O quadro de questões foi elaborado a partir do trabalho de síntese da teoria do agir comunicativo realizado por Uribe Riviera (1995). Nesta síntese o autor cruza as três categorias estruturais do conceito de “Mundo da Vida” com as três funções básicas do agir comunicativo, derivando num conjunto de indicadores que por sua vez inspiraram as questões que foram incluídas no roteiro de entrevista. Sobre esse cruzamento, conforme pode ser observado no quadro 1, o autor argumenta que:

Quando a cultura oferece saber válido suficiente para satisfazer a necessidade do entendimento, o processo de reprodução cultural contribui para a conservação das normas sociais e da formação das personalidades, que por sua vez, se condicionam reciprocamente, legitimando as instituições existentes com modelos de comportamento eficazes para a formação da responsabilidade e solidariedade do grupo. Quando a sociedade é capaz de criar normas que satisfaçam legitimamente a necessidade de coordenar ações, o processo de interação social oferece aos indivíduos o sentimento de pertencimento social e obrigações morais. Esse processo de socialização fornece aos indivíduos às bases para a interpretação da cultura e a motivação para agir conforme as normas (URIBE RIVIERA, 1995, p.60).

Quadro 2 - Categorias teóricas que fundamentaram o roteiro de questões

CATEGORIAS ESTRUTURAIS	CULTURA	SOCIEDADE	PERSONALIDADE
Três Funções Básicas do Agir Comunicativo			
Reprodução cultural	<p>Esquemas de interpretação capazes de consenso</p> <p>Você coleta água mineral?</p>	<p>Legitimações</p> <p>A qualidade da água é a mesma desde que você a conhece?</p>	<p>Comportamentos eficazes para a formação da responsabilidade</p> <p>Você frequenta o parque para outras atividades além de buscar água?</p> <p>Você é a favor do engarrafamento e comercialização da água mineral?</p>
Integração Social	<p>Obrigações Morais</p> <p>Você concorda com a cobrança de ingresso no parque para moradores?</p>	<p>Relações interpessoais ordenadas legitimamente</p> <p>Seu trabalho tem relação direta com o turismo?</p> <p>As regras e horários do parque atrapalham você coletar água mineral?</p>	<p>Pertenças sociais</p> <p>Algum dos seus bisavós morou na cidade ou no entorno?</p> <p>Há conflito entre os de dentro da cidade (nativos) e os de fora (não nativos)?</p>
Socialização	<p>Modelos interpretativos</p> <p>Por que você busca água mineral?</p>	<p>Motivação para a ação conforme as normas</p> <p>Se a entrada fosse liberada, você acha que seria necessário manter cercado o Parque?</p>	<p>Capacidade de interação</p> <p>Você costuma levar água mineral quando visita parentes ou amigos fora da cidade?</p> <p>É comum ocorrer desentendimentos nas filas das fontes?</p>

Fonte: Elaboração própria baseada em Uribe Riviera (1995)

Sáez (2013) argumenta que não existem respostas prontas para as nossas perguntas em qualquer situação e que a ideia da espontaneidade, como tal, parte de um pressuposto falso. É a convivência mais prolongada que permite uma aproximação mais intersubjetiva a qualquer questão. Nesse sentido, o roteiro de questões e o caderno de campo foram consorciados na análise de dados. Por fim, de acordo com Martins (2004), não cabe, no uso da metodologia qualitativa, a preocupação com a generalização, pois o que a caracteriza é o estudo em amplitude e em profundidade, visando a elaboração de uma explicação válida para o caso (ou casos) em estudo, reconhecendo ainda que os resultados das pesquisas são sempre parciais.

6 GESTÃO SOCIAL E RACIONALIZAÇÃO SOCIAL NA COLETA DE ÁGUA MINERAL NA FONTE

6.1 Dados descritivos dos municípios de Cambuquira, Caxambu e Lambari.

Ao abordar comunidades distintas, tem-se clareza que compartilham de inúmeras semelhanças, contudo, são lugares diferentes (quase redundante reportar isso), mas como orienta Sáez (2013), observar o familiar, exige uma reflexão obviamente diferente que observar o exótico.

Sem propriamente entrar na teoria do conceito de lugar, mas abordando-o pelas beiradas, é importante também lembrar o óbvio de que as fontes não foram trazidas ou colocadas nas cidades (embora captadas, adornadas e pesquisadas nelas). Os olhos d'água já estavam lá e foram primeiramente frequentados, e por estarem onde estão, cada água, com as características distintas que possuem, são como as cidades que surgiram no seu entorno, semelhantes por causa de sua característica mais incomum, quando comparadas às outras águas e outras cidades. Essa característica incomum tipifica os lugares em questão como estâncias hidrominerais e as águas, de minerais.

Segundo a CODEMGE (2019) as principais fontes destinadas ao envase, uso balneário, industrial e fontanários no estado de Minas Gerais, distribuem-se entre 43 municípios, o que representa 5% dos municípios mineiros. Dessas águas, 80% correspondem às águas fluoretadas, 18 % às águas radioativas e as chamadas águas de mesa. As águas das cidades de Cambuquira, Caxambu e Lambari correspondem aos tipos mais raros, 2% do total, estas águas minerais são do grupo das: alcalino-bicarbonatadas, litinadas, carbogasosas, cálcicas, alcalino-terrosas, ferruginosas, sulfurosas e hiportemais.

Segundo dados do IBGE (2020), Cambuquira possui população estimada em 12.812 habitantes em uma área de 246,380 km², com densidade demográfica de 52 hab/km². O PIB per capita é de R\$ 17.214,96. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal está em 0,699. Em 2018, o salário médio mensal era de 1.6 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11,7%.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 32,5% da população nessas condições. Apresenta 78,4% de domicílios com esgotamento sanitário, 98,5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 77% de domicílios urbanos em vias públicas urbanizadas com bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio.

A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 98,2 % em 2010. Possui 7 escolas de ensino fundamental e uma de ensino médio. Em 2018 tinha 1.523 alunos matriculados, somando o ensino fundamental e médio, o que dá uma escola para cada 190,3 matrículas. Possui 9 estabelecimentos de Saúde/SUS, o que dá uma unidade para cada 1.423 habitantes.

Caxambu possui população estimada em 21.610 habitantes em uma área de 100,483 km², com densidade demográfica de 215,06 hab/km². O PIB per capita é de R\$14.826,33. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal está em 0,743. Em 2018, o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 18,8%.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35,2% da população nessas condições. Apresenta 98,2% de domicílios com esgotamento sanitário, 61,4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 35,1% de domicílios urbanos em vias públicas urbanizadas com bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio.

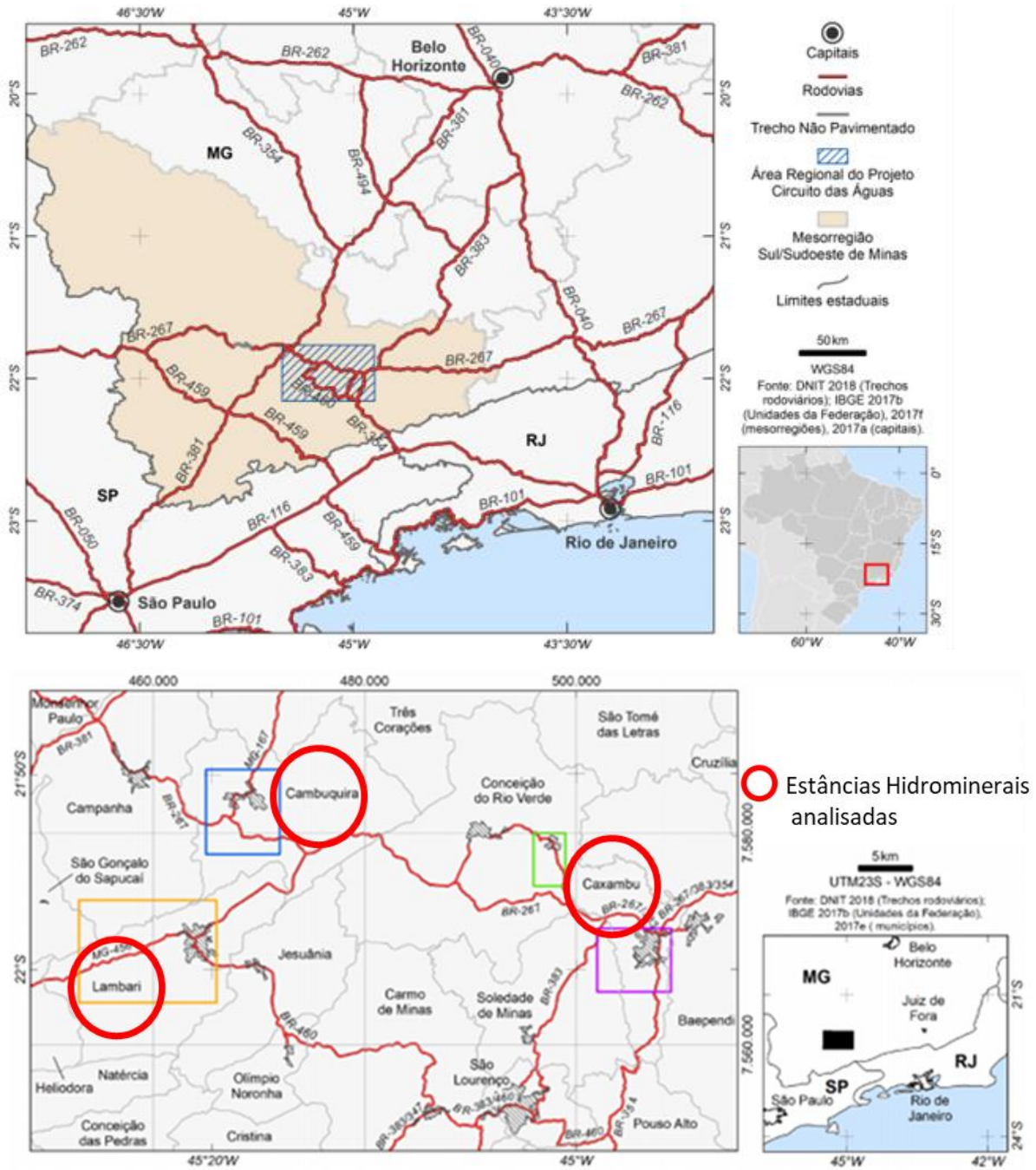
A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 99 % em 2010. Possui 10 escolas de ensino fundamental e 4 de ensino médio. Em 2018 tinha 3.406 alunos matriculados somando o ensino fundamental e médio, o que dá uma escola para cada 243,2 matrículas. Possui 8 estabelecimentos de Saúde/SUS, o que dá uma unidade para cada 2.701 habitantes.

Lambari possui população estimada em 20.907 habitantes em uma área de 213,110 km², com densidade demográfica de 98,10 hab/km². O PIB per capita é de R\$15.981,83. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal está em 0,711. Em 2018, o salário médio mensal era de 1,8 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 15,5%.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 33,7% da população nessas condições. Apresenta 75,6% de domicílios com esgotamento sanitário, 66,5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 24,5% de domicílios urbanos em vias públicas urbanizadas com bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio.

A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 97,6 % em 2010. Possui 17 escolas de ensino fundamental e 2 de ensino médio. Em 2018 tinha 3.247 alunos matriculados somando o ensino fundamental e médio, o que dá uma escola para cada 170,3 matrículas. Possui 12 estabelecimentos de Saúde/SUS, o que dá uma unidade para cada 1.742 habitantes.

Figura 6 - Localização do Circuito das Águas do Sul de Minas Gerais e estâncias hidrominerais estudadas



Fonte: Adaptado de CODEMGE (2019)

Quadro 3 – Dados quantitativos dos municípios em relação ao Estado de Minas Gerais

	Cambuquira	Caxambu	Lambari	Minas Gerais (Brasil)
População	12.812	21.610	20.907	20,87 milhões
Área	246,380 km ²	100,483 km ²	213,110 km ²	586,528 km ²
Densidade Demográfica	52 hab/km ²	215 hab/km ²	98 hab/km ²	33,41 hab/km ²
PIB/ per capita	R\$17.214,96	R\$14.826,33	R\$15.981,83	R\$16.296,00
IDH	0,699	0,743	0,711	0,731
Salário médio mensal	1,6	1,7	1,8	1,3
% pessoas ocupadas	11,7%	18,8%	15,5%	14,6% (Brasil)
Domicílios com rendimentos de até 1/2 salário	32,5%	35,2%	33,7%	17,8% (Brasil)
Domicílios com esgotamento sanitário	78,4%	98,2%	75,6%	89% (Brasil)
Domicílio em vias urbanas arborizadas	98,5%	61,4%	66,5%	68% (Brasil)
Domicílio em vias urbanizadas	77%	35,1%	24,5%	67,3% (Brasil)
Taxa de escolarização/ 6 a 14 anos/ 2010	98,2%	99%	97,6%	98%
Alunos/Escolas	190,3	243,2	170,3	239,7
Habitantes/Unidades de saúde (SUS)	1.423	2.701	1.742	1.573

Fonte: IBGE (2020)

Cambuquira possui a menor população e o maior território, que explica a menor densidade demográfica, quando comparado aos outros municípios. Caxambu possui a maior população e o menor território, acarretando numa densidade populacional quatro vezes maior que a de Cambuquira e o dobro da de Lambari, que possui uma população semelhante e o território duas vezes maior que o de Caxambu.

Cambuquira possui o maior PIB per capita e está acima da média do PIB per capita estadual de R\$ 16.296,00. Contudo, possui menor salário médio, menor população ocupada, menor IDH e um terço dos domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. No conjunto, Cambuquira apresenta os melhores índices de equipamentos

urbanos, em que pese contra esta cidade ter mais de 20% dos domicílios sem esgotamento sanitário.

Caxambu possui o menor PIB em relação às três cidades e está abaixo da média do PIB per capita estadual. Apresenta um salário médio que é a média dos salários dos outros dois municípios, mas tem a maior proporção de pessoas ocupadas, supera a média estadual e fica nesse quesito, em segundo lugar na microrregião. Caxambu é único destes municípios com IDH superior à média estadual (0,731). Contudo, mais de um terço dos domicílios tem rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. Possui uma boa infraestrutura de esgotamento sanitário, média arborização e é deficitário em urbanização das vias pública.

Lambari possui um PIB per capita pouco abaixo da média estadual, mas possui a maior média salarial entre os três municípios. O IDH também está abaixo da média estadual. A população ocupada está acima da média estadual, mas abaixo da média microrregional. Possui mais de um terço dos domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. Lambari tem menos emprego que Caxambu e mais que Cambuquira, mas é a que paga mais. Lambari possui a menor estrutura de esgotamento sanitário, média arborização e a menor proporção de vias pública urbanizadas.

As taxas de escolarização são semelhantes e atendem quase a totalidade da demanda, mas ao se comparar a relação escola/matrícula, Lambari e Cambuquira sobrecarregam menos o sistema educacional se comparado a média estadual de uma escola para cada 239,7 matrículas. Caxambu possui nessa relação a maior carga sobre o sistema educacional ficando acima da média estadual.

Em relação ao número de habitantes por estabelecimentos de saúde//SUS, a média estadual é de uma unidade de saúde para cada 1.573 habitantes. Cambuquira possui a maior cobertura, ou seja, há mais unidades de saúde atendendo a população que a média estadual. Lambari está próximo dessa média estadual, porém, com menor cobertura. Caxambu demonstra sobrecarga do sistema de saúde, tem a menor cobertura, com mais de 1000 habitantes por unidades de saúde que a média estadual.

6.2 Análise da pesquisa bibliográfica

As três principais referências historiográficas aqui utilizadas foram escritas por médicos, e embora as obras possuam um distanciamento temporal, é cada qual, o “clássico” de sua cidade. Seus autores são: em Caxambu, Henrique Monat (1884); em Cambuquira, Thomé Brandão (1958) e em Lambari, José Mileo (1970). Os livros foram encontrados nas

bibliotecas e secretarias municipais. Além dos aspectos históricos, as obras apresentam informações científicas sobre as águas minerais, suas aplicações e posologias. Estas apresentações são feitas por meio de citações de trabalhos de naturalistas, médicos, químicos e geólogos.

Analisando em conjunto os trabalhos acadêmicos citados por esses médicos/historiógrafos, observa-se que estes foram produzidos do início do século XIX até meados do século XX. Neles encontram-se tabelas quantificando a composição química das diferentes águas minerais, dados sobre a vasão e temperatura das fontes, além da descrição dos casos de cura. Quanto a estes, há uma preocupação em descrever apenas casos clínicos, testemunhados por médicos. Os autores apresentam os casos por meio de uma ordem gradativa, começam pelos casos de menor gravidade até chegarem aos casos crônicos, buscando por meio dessa narrativa, atestar a veracidade do poder de cura das águas minerais, sob um enfoque científico.

Segundo Mileo (1970), o primeiro trabalho científico que cita as águas minerais da região, refere-se às fontes de Lambari, e foi publicado em 1833 com o título “*Memória sobre as fontes sulfurosas quentes ou não e sobre a água virtuosa ou acidulada da província de Minas Gerais, incluindo seus usos médicos externos e internos*”, assina o trabalho o médico português Manuel da Silveira Rodrigues, que fora membro da Imperial Câmara de D. Pedro I (MARRAS, 2004).

Na pesquisa bibliográfica realizada durante o ano de 2018 nas bibliotecas municipais pode-se observar a existência de um pequeno acervo com livros de outros historiógrafos que incluem em seus capítulos trabalhos específicos da literatura médica crenoterápica/termalista, geralmente publicados antes dos anos 1950.

Essa literatura médica continuou a ser citada pela nova geração de historiógrafos, que mantiveram a toada épica de exaltação para narrar os pioneiros da colonização e acrescentaram um saudosismo às descrições da *belle époque*, com sua combinação de veraneio, medicina hidrológica e jogatina (PARANHOS, 2014).

Em novembro de 2020 foi realizada uma atualização da pesquisa bibliográfica sobre as águas minerais, com a ferramenta de busca do Google Acadêmico, utilizando simultaneamente as palavras chave: “Águas Minerais, Cambuquira, Caxambu, Lambari”. Essa base foi escolhida por ter apresentado mais resultados que a busca avançada do Portal Capes. Foi utilizado o filtro que apresenta os arquivos, por década de publicação original e, disponível em qualquer idioma.

Os arquivos encontrados abordaram os seguintes assuntos: Na década de 1950, foi encontrado apenas um guia turístico; na década de 1960, aparece apenas uma citação (sem autoria) de um trabalho nos anais da Sociedade Brasileira de Geologia (1968) sobre a região de Campanha. Na década de 1970, não foi encontrado nada.

Na década de 1980, um trabalho acadêmico sobre turismo (NOGUEIRA, 1986). Na década de 1990, foram encontrados dois trabalhos, o livro “Geoquímica da Água” (SZIKSZAY, 1993) e um estudo realizado pela Secretaria de Estado de Minas e Energia sobre os aspectos geoambientais das fontes hidrominerais de Cambuquira, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Lambari e São Lourenço (MINAS GERAIS, 1999).

Praticamente todos estes trabalhos utilizam enfoques positivista-funcionalistas, inscritos no Modelo de Necessidade (Teoria N). A exceção é o trabalho de Nogueira (1986) “O Turismo no Estado de Minas Gerais: uma visão crítico-prospectiva”, que como o próprio título indica, faz uma crítica da prospectiva positivista, abordando o contexto do turismo estadual e, não especificamente, o circuito das águas.

A partir do ano 2000 ocorre uma ampliação no número de trabalhos disponíveis sobre águas minerais num, contexto nacional, trabalhos que abordam a análise físico-química e o panorama do mercado de águas envasadas, como os de Gorini (2000) e Godoy e Godoy (2006) respectivamente.

Nessa primeira década do milênio há trabalhos com novos temas e enfoques. Assim, em relação ao Circuito da Águas, surgem os primeiros trabalhos que abordam os conflitos entre o público e o privado na gestão das águas minerais, sob o enfoque da ecologia política (FREDERICK & RIST, 2003; NINIS, 2006). Porém, estes estudos, que dentre outros apareceram nos resultados da busca, são sobre o caso de São Loureço/Nestlé.

Sobre as cidades em estudo foram encontrados três trabalhos historiográficos (HOLSTON, 2004; ALMEIDA, 2006; SANTOS, 2008) e um sobre turismo de saúde (MARTINS & ALCÂNTARA, 2008) onde é apresentada uma pesquisa que aponta que na percepção dos turistas, as águas minerais de Caxambu são medicinais e promovem curas.

Observa-se que na primeira década do milênio, as teorias com características do modelo de possibilidade (Teoria P) entram em cena nos trabalhos sobre o contexto nacional e regional. Nestes trabalhos a água mineral deixou de ser abordada como um objeto de estudo, portador de verdades que deveriam ser reveladas pelos métodos naturalistas, positivistas ou funcionalistas (Teoria N). Houve um descentramento da perspectiva científica, as águas minerais foram analisadas nas suas inter-relações, em seus contextos socioambientais, culturais, econômicos e ecológicos.

Os resultados encontrados na segunda década do milênio (2010-2020) são mais volumosos. Para a elaboração do Quadro 4, foram considerados apenas os artigos publicados em revistas científicas, livros, teses e dissertações. Estes foram caracterizados por suas áreas de concentração e foram agrupados nas áreas da: (i) História; (ii) Ciências Naturais; (iii) Medicina; e (iv) Ciências Sociais aplicadas e humanas.

Quadro 4 - Referências bibliográficas por área de concentração – período 2010-2020.
(continua)

ÁREA	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA
História	<p>FRUTUOSO, R. A. M. Hidroterapia na marinha do Brasil. Arq Bras Med Naval. 75(1): 8-13, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/abmn/article/view/680/681</p> <p>PARANHOS, P. Medicina entre Flores: a crenoterapia e os médicos de caxambu no século XIX. Revista da ASBRAP n.20, 2014.</p> <p>PARANHOS, P. Minas Dividida. Revista da ASBRAP n.º 22. 2016. Disponível em: http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev22_art3.pdf</p>
Ciências Naturais	<p>NEGRÃO, S. G. Determinação dos isótopos naturais de Rádio de meias-vidas longas, ²²⁶Ra e ²²⁸Ra, em águas minerais utilizadas nos balneários de Caxambú (MG) e Águas de Lindóia (SP). Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/85/85131/tde-03042012-083738/en.php</p> <p>SIGA – CIRCUITO DAS ÁGUAS: Caracterização geoambiental, geológica, geofísica, hidrogeológica e hidrogeoquímica do Circuito das Águas de Minas Gerais, com ênfase nos parques hidrominerais de Caxambu, Cambuquira, Marimbeiro, Contendas e Lambari / Pedrosa-Soares, Antônio C.; Jeber, Adriana; Alkmim, Fernando F. de; Scudino, Paulo C. B.; La Terra, Emanuele F.; Voll, Eliane (coordenadores) – 1ª ed. – Belo Horizonte: Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE) – 2018.</p> <p>WAKASUGI, D.S.M., DAMATTO, S.R. & ULRICH, J.C. Natural radionuclides ²²⁶Ra, ²²⁸Ra, ²¹⁰Pb and ²¹⁰Po and inorganic chemical elements determined in mineral waters from Águas de Contendas and Lambari, Brazil. J Radioanal Nucl Chem 326, 51–63 (2020). https://doi.org/10.1007/s10967-020-07357-5</p>
Ciências da Saúde	<p>UNTURA FILHO, M. La Estación Hidromineral de Caxambu (Minas Gerais – Brasil) Tese (doutorado) Departamento de Medicina Física y Rehabilitación (Hidrología Médica) Universidad Complutense de Madrid. 2013. Disponível em: https://eprints.ucm.es/25236/1/T35335.pdf</p>

Quadro 4 - Referências bibliográficas por área de concentração – período 2010-2020.
(continua)

<p>Ciências Sociais Aplicadas e Humanas</p>	<p>ALCÂNTARA, V.C. Práticas de Gestão Social das Águas Minerais e os Movimentos Deliberativos da Gestão Social. 2018. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, 2020.</p> <p>ALCÂNTARA, V. de C.; PEREIRA, J. R.; VIEIRA, K. C. Práticas de gestão social das águas minerais: um estudo no município de Cambuquira, Sul de Minas. Agenda Política, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 35-53, 2018. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/220. Acesso em: 16 nov. 2020.</p> <p>ARAÚJO, R.R.; ALCÂNTARA, V.C.; CAMPOS, A.C.; BACELAR, A.S. A construção social de pesquisas sobre águas minerais: uma investigação no contexto do circuito das águas de Minas Gerais. Revista ENIAC Pesquisa. V.9, n.2, Guarulhos (SP), 2020.</p> <p>CRUZ, E. S. T. Gestão social da água mineral no município de Cambuquira - Minas Gerais. 2017. 186 p. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.</p> <p>DIAS, E. F.; MAZETTO, F. A importância da paisagem na Geografia. Sociedade e Território, v. 26, n. 1, p. 92-106, 8 jan. 2014.</p> <p>LEMES de SOUZA, A. P. A diáspora da água. In: VALADÃO, José de Arimatéia Dias et al. (Coord.), SOUZA, Ana Paula Lemes de et al. Clamor das águas: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil. Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018.</p> <p>LEMES DE SOUZA, Ana Paula; VIANNA, Raphael; ALCÂNTARA, Valderi de Castro (Orgs.). Ecologia das Águas: o futuro em corrosão. Cambuquira: Nova Cambuquira, 2019.</p> <p>LEMES DE SOUZA, A. P.; ALCÂNTARA, V. C. Descrenoterapizar: o saber popular-originário, a tecnociência e o mercado. In: MORAES, N. R.; BAPTAGLI, L. A.; MARCÓRIO, W. A.; SOUZA, F. C. (Orgs.). Povos Originários e Comunidades Tradicionais: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária – volume 3. Porto Alegre: Editora Fi; Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.</p> <p>PORTUGAL JUNIOR., P.S.; REYDON, B.P.; PORTUGAL, N.S.; PIURCOSKY, F.P.; GARCIA, G.F.R. As diferentes visões empresariais sobre a gestão ambiental: estudo de caso com indústrias de água mineral do Circuito das Águas do Sul de Minas. Revista Debate Econômico, v.3, n.2, jul-dez. 2015.</p> <p>PORTUGAL JUNIOR, P. S.; REYDON, B. P.; PORTUGAL, N.S. As águas Jminerais no Brasil: uma análise do mercado e da institucionalidade para uma gestão integrada e sustentável. Rev. Ambient. Água, Taubaté, v. 10, n. 2, p. 413-430, June 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-993X2015000200413&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Nov. 2020. https://doi.org/10.4136/ambi-agua.1357.</p> <p>PORTUGAL JUNIOR, Pedro dos Santos. Gestão ambiental nas empresas: estudo de casos com indústrias de água mineral do Circuito das Águas do Sul de Minas. 2012. 167 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285885>. Acesso em: 20 ago. 2018.</p>
--	--

Quadro 4 - Referências bibliográficas por área de concentração – período 2010-2020.
(conclusão)

	<p>PORTUGAL JUNIOR, Pedro dos Santos. A controvérsia sobre as águas: uma proposta de integração institucional e políticas públicas para o segmento de águas minerais no âmbito da gestão de recursos hídricos. 2016. 1 recurso online (190 p.). Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305638>.</p> <p>TEIXEIRA, T. S., ALCÂNTARA, V. DE C., PEREIRA, J. R., CABRAL, E. H. DE S., & ARAÚJO, E. T. T. de. (2020). Conflitos de Interesses pelo Uso das Águas Minerais. <i>Management in Perspective</i>, 1(1), 79-100. https://doi.org/10.14393/MIP-v1n1-2020-49646</p> <p>VALADÃO, J. de A. D.; ALCÂNTARA, V. de C.; NETO, J. R. C. Consulta pública como instrumento de ação: controvérsias em torno da exploração da água mineral no Circuito das Águas em Minas Gerais. <i>Agenda Política</i>, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 99-131, 2018. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/223. Acesso em: 18 nov. 2020.</p> <p>VIANNA, R., & BRANQUINHO, F. T. B. (2018). Sobre Águas e Minerais. <i>Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha</i>, 8(1), 158-183. https://doi.org/10.32991/2237-2717.2018v8i1.p158-183</p> <p>VIANNA, Raphael; PENNA-FIRME, Rodrigo. Espaço fluido: ecologia política da água mineral no sul de Minas Gerais, Brasil. <i>GOT Porto</i>, n. 16, p. 371-389, mar. 2019. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-12672019000100017&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 nov. 2020. http://dx.doi.org/10.17127/got/2019.16.016.</p>
--	--

Fonte: Elaboração própria

Foram encontrados três trabalhos historiográficos, um abordando aspectos políticos regionais (PARANHOS, 2016), e os outros dois o termalismo. Estes últimos, no contexto nacional, Frutuoso (2014) e sobre Caxambu, Paranhos (2014).

Nas ciências naturais foram encontrados dois artigos e o estudo realizado pela CODEMGE. Os artigos descrevem a influência da sazonalidade na radioatividade das fontes (WAKASUGI, DAMATTO & ULRICH, 2017), e a caracterização dos elementos inorgânicos das águas (NEGRÃO, 2012). O estudo da CODEMGE, como já reportado neste trabalho, aborda um amplo espectro de descrições técnicas.

Nas cidades em estudo a medicina só aparece citada ou como personagem de trabalhos historiográficos, os trabalhos acadêmicos médicos sobre as águas minerais destas cidades vão até a década de 1950. Contudo, foi encontrado uma tese de doutorado em hidrologia médica pela Universidade Complutense de Madrid (2013) sobre Caxambu.

Nas ciências sociais, foram encontrados 16 trabalhos, entre artigos, livros, teses e dissertações. Os trabalhos desta segunda década do milênio persistiram no movimento de descentramento reflexivo ao abordar, por exemplo, os saberes populares e suas práticas integradas aos saberes científicos (LEMES DE SOUZA & ALCÂNTARA, 2019), ou ainda trabalhos que passam a abordar a gestão das águas minerais incorporando teses sobre o desenvolvimento sustentável e o aprimoramento das políticas públicas e gestão social (CRUZ, 2017; PORTUGAL JR., 2018; ALCÂNTARA, PEREIRA & VIEIRA, 2020; TEIXEIRA, ALCÂNTARA & PEREIRA, 2020).

De alguma maneira, transversal a todos os trabalhos inscritos nas ciências sociais, estão os conflitos socioambientais relacionados à forma de apropriação e exploração econômica das águas minerais. Estes trabalhos, de um modo geral estão no âmbito do modelo de possibilidade. A seguir serão analisados de modo mais específico os capítulos dos livros “Clamor das Águas” e “Ecologia das Águas”.

6.3 Resenha analítica dos livros “Clamor das Águas” e Ecologia das Águas”

Em 2018, ano que ocorreu em Brasília dois eventos sobre a gestão e governança dos recursos hídricos; o Fórum Mundial da Água, e seu contraponto, o Fórum Alternativo Mundial da Água. Membros da equipe de pesquisadores que atuam no Circuito das Águas constataram uma ausência da problemática das águas minerais nas pautas de ambos os fóruns. Surgiu então a ideia de promover o I Fórum Alternativo das Águas Minerais, os seminários apresentados neste primeiro fórum foram publicados na forma de capítulos no livro “Clamor das Águas” organizado por Valadão e Lemes de Souza (2018). Edição similar correu com os seminários apresentados na segunda edição do fórum em 2019, que por sua vez deram origem ao livro “Ecologia das Águas” organizado por Lemes de Souza, Vianna e Alcântara (2019) Ambos os fóruns foram realizados na cidade de Cambuquira.

O primeiro capítulo do livro “Clamor das Águas” intitulado “A Diáspora da água” é assinado por Lemes de Souza (2018). A autora analisa as disputas entre diferentes regimes de verdade na conceituação jurídica da água mineral, buscando compreender o processo de silenciamento, morte política ou expulsão dos sentidos alternativos dessas águas minerais. A escolha do sentido legal, logo, oficial e verdadeiro não passa de uma colonização pela via discursiva que legitima a instrumentalização dos poderes institucionais na exploração econômica das águas minerais (LEMES DE SOUZA, 2018).

Utilizando o modelo de análise, avalio que o artigo de Lemes de Souza (2018) possa ser classificado na fronteira do modelo de possibilidade com o modelo relativista, pela crítica que faz da esperteza cínica na formulação e manipulação das leis que simulam a justiça, ou para falar com base em Habermas (2016), pela crítica que faz da racionalidade teleológica que visa estrategicamente os fins não importando por quais meios.

A autora também aponta e faz um convite para que, outras matrizes de sentido participem do diálogo, matrizes que estariam no modelo relativista. Nas palavras da autora, “Somente uma postura descolonizadora pode reivindicar a repatriação dos sentidos da água” (LEMES DE SOUZA, p.13, 2018). Isso implicaria pensar na reconciliação com os saberes populares e ameríndios ancestrais, reacendendo memórias culturais dispersas, heterogêneas, não como volta ao passado, mas tornando a indianidade um projeto de futuro (LEMES DE SOUZA, 2018).

No segundo capítulo, “Sobre os Recursos Híbridos”, Vianna (2018) aborda a diversidade de definições e aplicações das águas minerais na história, dentre elas a econômica. O autor aponta a coexistência dessas diferentes representações que, por um período, foram consideradas verdades “oficiais”, mas com o tempo passaram a ser secundárias ou mesmo irrelevantes, frente à representação econômica. Esta última, ainda hoje lastreada pelo persistente discurso científico funcionalista. Após a constatação da crise ecológica a partir dos anos 70 do século passado, e do amadurecimento epistemológico que critica a postura da ciência como “porta-voz oficial da realidade”, a água mineral pode ser compreendida como um recurso híbrido, portadora de diferentes representações, ao mesmo tempo (alimento, remédio, minério, recurso hídrico, entre outras). O autor argumenta que essa definição pode colaborar com desdobramentos políticos mais democráticos.

O trabalho de Vianna (2018) tem como referencial teórico autores como Deleuze, Foucault e Latour, considerados pós-estruturalistas, que estão no campo do modelo relativista. Contudo, avalio que o conceito de recurso híbrido, como proposto por Vianna (2018), ao contribuir com a composição progressiva de espaços dialógicos, onde não há lugar para uma imposição da verdade, permite ser interpretado, como pertencente, ao campo do modelo de possibilidade.

No terceiro capítulo “Os ‘Guardiões das Águas’ no Circuito das Águas de Minas Gerais”, Alcântara, Sant’Anna e Pereira (2018) analisam a estruturação de uma ação coletiva que ficou conhecida como “Guardiões das Águas”, um coletivo identitário que emergiu em contraponto à colonização dos espaços e representações das águas minerais pela indústria da água mineral engarrafada. A estruturação dos Guardiões das Águas é descrita por meio de um

modelo de análise dividido em três momentos (espacialização, identificação e representação) e fundamentado na ontologia do realismo crítico de Roy Bhaskar.

Os autores argumentam que a versão contemporânea do realismo crítico, representada sobretudo pela obra de Roy Bhaskar, procura enfatizar a mesma relação entre um tipo de realismo e alguns aspectos da obra de Kant. A opção por esse enfoque teórico para a interpretação sociocultural das águas minerais, e a descrição da reação social à colonização do mundo da vida pelo sistema, inscreve o artigo no modelo de possibilidade.

O quarto capítulo intitulado “Quando uma cidade é construída em torno das fontes de água mineral” de Cruz, Pereira & Alcântara (2018) apresenta como as águas minerais foram centrais na formação e desenvolvimento do município de Cambuquira. Os autores revelam por meio de uma revisão bibliográfica historiográfica que, a gestão das águas minerais envolve uma diversidade de lógicas, interesses, racionalidades e argumentos que se articulam nas esferas públicas locais de forma cooperativa e conflitiva. Os primeiros relatos sobre as águas minerais já as qualificavam como um bem comum, embora com outros termos, cuja sacralidade e livre acesso foram perdendo espaço para a ideia de progresso, com o envasamento, a medicina crenoterápica e o turismo de saúde.

Este capítulo aponta para a diversidade de representações no contexto sociohistórico que derivaram na atual Cambuquira, onde os sentidos vão se sobrepondo e coexistem em algum grau. Essa abordagem inscreve o trabalho no modelo de possibilidade, pois alguns símbolos construídos a partir de representações das águas minerais possuem uma densidade que os arrastam pela história, criando um ambiente multiparadigmático.

No capítulo de Portugal Jr. (2018), “Rompendo a Controvérsia das Águas; uma proposta de novo arranjo institucional para as águas minerais no Brasil”, o autor discute a questão da institucionalidade das águas minerais no país e apresenta uma proposta de integração das águas minerais à Política Nacional de Recursos Hídricos. Na legislação vigente, as águas minerais são definidas como minério e seus processos de outorga e fiscalização são atribuições da Agência Nacional de Mineração.

De acordo com Portugal Jr. (2018), isso condenou as águas minerais a um ‘limbo institucional’, pois suas questões não são discutidas nos debates sobre o código de mineração nem nas esferas que abordam a gestão das águas, como o Fórum Mundial das Águas ou mesmo no Fórum Alternativo Mundial das Águas, realizados simultaneamente em 2018.

Segundo o autor, relegar a um segundo plano a gestão das águas minerais tem contribuído para a ocorrência de conflitos sociais oriundos do aumento da exploração e consumo de águas engarrafadas, que nem sempre são exploradas de forma sustentável. O

arranjo institucional proposto pelo autor vai na direção de uma governança policêntrica, que consiste no compartilhamento do poder decisório por meio de diferentes centros de decisão, com prerrogativas limitadas e autônomas, operando sob um conjunto de regras.

Esse arranjo incluiria, no nível federal, a Agência Nacional de Águas, a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. No nível estadual a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e no nível municipal a Secretaria Municipal de Saneamento, Abastecimento e Meio Ambiente, além dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Ao propor como ponto de partida a reconceituação institucional das águas minerais, o autor está sugerindo um exercício de reflexividade e descentramento, característicos do modelo de possibilidade.

Portugal Jr. (2018) apresenta-nos um claro exemplo do descompasso paradigmático existente entre a legislação e a ciência contemporânea, em relação às águas minerais. Ao tipificar as águas minerais como minério, a legislação fundamenta-se numa perspectiva instrumental com características do modelo de necessidade, modelo esse, que desconsidera as representações sociais sobre as águas, logo, insuficiente para uma gestão sustentável e social. Na nova definição passariam a ser consideradas recursos hídricos e alimento, sem negligenciar a eficiência econômica. Essa reconceituação no âmbito institucional/legal estaria em maior sintonia com o atual sentido sociocultural e ecológico das águas minerais, como se poderá verificar nos resultados da pesquisa de campo desta tese.

No capítulo “*Insights de Compliance e Efeitos Disruptivos sobre os meios de proteção das águas minerais no perímetro das estâncias hidrominerais*”, Feichas (2018) faz uma análise do campo normativo que envolve a temática das águas minerais, onde o regime de aproveitamento das águas minerais é regido pelo Código de Águas Minerais de 1945 e pelo Código de Mineração de 1967. Tal enquadramento invoca a competência da atual Agência Nacional de Mineração, vinculado ao Ministério de Minas e Energia como entidade competente pela gestão das águas minerais.

O autor argumenta sobre a necessidade de integração das diferentes esferas da administração pública e a exigência de *compliance* destas esferas e das indústrias de água mineral, orientando-se pelo enfoque sistêmico para fundamentar tal integração. Por fim, lança a tese sobre a impossibilidade de autorização de lavra no perímetro das estâncias hidrominerais, além da cassação do alvará diante da não recepção das normativas da convenção da diversidade ecológica.

Avalio que essa judicialização da “cultura ética” inocula uma vigilância instrumental e centralizada, num ambiente institucional onde poderia ocorrer uma gestão pública por meio de

conselhos gestores descentralizados ou polifônicos, citando aqui Portugal Jr. et. Al (2019). A ideia da “exigência de *compliance*”, submete todo arranjo à supervisão de um programa operado por um escritório de *compliance*. Nesse sentido, o trabalho apresenta características do modelo de necessidade.

No capítulo “Direito (Des)Humano à Água: o tratamento jurídico da água no século XXI”, Corte (2018) apresenta como o direito à água vem sendo abordado no âmbito internacional. Segundo a autora, apenas em 2010 a água passou a ser reconhecida como um direito humano, por meio de uma resolução da ONU, não obstante, o que o mercado da água tem promovido. Nas palavras da autora, é um direito desumano à água, por não promover o acesso justo, por ser imprudente ecologicamente e desconsiderar a diversidade cultural. Ampliando o debate, a autora apresenta os casos das constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009) que foram além do antropocentrismo judicial ocidental e proclamaram o direito da natureza à água, no sentido de uma ética biocêntrica.

A autora apresenta um contraponto original ao direito internacional hegemônico, que mesmo na sua fase mais madura, tendo em vista que reconheceu a água como um direito humano, ainda é limitado frente à perspectiva apresentada, do direito da natureza à água. Esta última perspectiva se orienta por outras premissas ontológicas, por uma ecologia profunda fundamentada na racionalidade dos povos andinos. As características do debate apresentado qualificam o trabalho no modelo relativista.

No capítulo “O Povo Puri de Minas Gerais: a serra mãe das águas, a terra sagrada e a palavra”, a indígena Aline Rochedo Pachamama apresenta elementos da cultura Puri colhidos em narrativas e memórias afetivas que persistem em pequenos clãs dispersos por cidades do interior do estado de Minas Gerais. A autora argumenta que a etnia já foi dada como extinta, contudo, sua pesquisa de doutorado em História Cultural pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro vem revelando que práticas culturais, memórias afetivas e a língua Puri, da matriz linguística Macro-Jê, não foram completamente extintas, esquecidas e silenciadas.

O capítulo é um ensaio, além das informações etnográficas, há uma narrativa subjetiva da autora enquanto índia Puri. Sua identificação com essa etnia orienta seu olhar para a relação da mulher Puri com a água e a terra, para os conflitos do passado e do presente, e para o resgate e difusão da cultura indígena. Estes elementos qualificam o artigo no campo do modelo relativista.

Por fim, no capítulo “A Cultura Civilizatória nas Cidades Ideais: Cambuquira, uma estância jardim hidromineral 1834 -1930, Manes (2018) analisa a formação desta estância e como a presença das águas minerais desengatilhou a redefinição de seu traçado urbano e a

organização de sua esfera social. Com a chegada da ferrovia, a paisagem urbana com características desordenadas e espontâneas, típicas das ocupações nos sertões do país foi redefinida conforme a racionalidade positivista-funcionalista, que se consolidava na esfera pública da “elite ilustrada” da época.

Segundo Manes (2018) é possível perceber em registros e documentos a influência de ideias filosóficas, sociológicas e antropológicas orientando as ações dos políticos, arquitetos e engenheiros da época. Obras de melhoramentos do sistema viário, sanitário e paisagístico eram executadas concomitantemente à redistribuição socioeconômica dos moradores e da vinda negociada de colonos europeus. Manes (2018) conclui que a ordem pública e social nas cidades ideais era norteada pelos pressupostos e normativas do sanitarismo e da eugenia.

Manes (2018) faz uma análise da racionalidade típica da época, inscrita no modelo de necessidade, a busca da civilização ideal é centrada reflexivamente, e quer impor sua universalidade à diversidade do mundo da vida. O projeto urbanístico “Cidade Jardim Hidromineral” é um caso exemplar das ações do período científico nas cidades do circuito das águas, quando a aliança entre política e medicina promoveu a “refundação” destas cidades. Manes (2018) disserta que Cambuquira foi planejada tento em vista “a teoria das cidades ideais”, contudo, não faz uma comparação entre o que devia ser e o que atualmente é. Por isso, tomo a liberdade para complementar.

Avalio que a divisão urbana entre centro comercial, parque das águas, bairro residencial, colônia de imigrantes e bairro operário (ex-escravos) deixa claro que o anseio das elites na criação de uma nova sociabilidade, em sintonia com os costumes europeus, não alterava, contudo, a estratificação social herdada da escravidão. Vemos aqui a origem da ralé brasileira, desde sempre explorada e humilhada como nos ensina Souza (2017). O trabalho de Manes (2018) apresenta a origem da periferia de uma estância que sempre foi tratada de forma periférica pelo poder político.

Neste capítulo argumenta-se que Cambuquira foi refundada por meio da “teoria das cidades ideais”, o que é um achado historiográfico, mas não problematiza as consequências dessa reestruturação. Essa característica inscreve o trabalho no campo do modelo de necessidade.

Em dezembro de 2019 foi lançado o segundo livro fruto da parceria entre a sociedade civil organizada (Nova Cambuquira) e Universidade Federal de Lavras (NEAPEGS), “Ecologias das águas: o futuro em corrosão”. Nele constam 12 capítulos de doutores e mestres, e novamente, em diversos campos do conhecimento, tais como, administração pública, antropologia, direito, economia, enfermagem, história e sociologia. Nas palavras de

Vianna (2019), um dos organizadores do livro, a intensão foi coletar dissensos para buscar aliados, forjando relações polifônicas.

Dissensos paradigmáticos ou ontológicos já puderam ser constatados no primeiro livro e, neste segundo, podem ser igualmente demonstrados por meio do modelo de análise. No primeiro capítulo, “Águas do Fim do Mundo”, Marras (2019) parte do princípio que, diante da chamada crise ecológica e ambiental, nosso pensamento e nossas práticas vem sofrendo seguidos abalos, uma vez que nossa própria existência está ameaçada.

Nas palavras do autor; “Eis aqui o nosso grande desafio contemporâneo: abordar o mundo a partir de seu fim, isto é, de suas finitudes, sua exaustão, suas contaminações, suas ruínas” (MARRAS, 2019, p. 26).

Analisando a problemática das águas minerais, o autor prescreve que devemos encarar e habitar esses fins de mundo como condição para inaugurar recomeços, sendo este o *locus* onde ancorar esperanças e por elas trabalhar. Criando e resistindo em regime coletivo é possível a “fermentação” de outros mundos possíveis, desde que os posicionamentos heterogêneos e conflitantes sejam considerados em seus dissensões e aberturas de maneira empática (MARRAS, 2019).

Inspirado na química e filósofa Donna Haraway, o autor sugere então que as ações devam partir de um devir reflexivo, em que não se deve contornar ou evitar um problema, mas habitá-lo, de modo que permanecendo nele, crie-se condições para, com ele e a partir dele, sentir, pensar e agir. Em seguida, inspirado pelo antropólogo Bruno Latour, Marras (2019) apresenta a chave para transpor a falsa separação entre o natural e o social.

Segundo o autor, tais dimensões “jamais se fecharam em esferas autônomas, a moralidade deve ser deslocada dos entes para os entres” (MARRAS, 2019, p. 2). No caso, para as consequências de nossos modos de vida, em relação ao consumo de água mineral engarrafada, por exemplo. Nesse sentido, o local e o individual passam a se mostrar como nunca deixaram de ser, realidades intrinsecamente conectadas a todas as outras realidades, ecológica e, culturalmente enredadas ao global e a outros locais num só tecido.

Marras (2019) nos apresenta uma abordagem cosmopolítica, que possui a curiosa capacidade de ser universal em seu pluralismo, com a coexistência de uma infinidade de mundos. Defende a promoção de canais para que essas diferentes realidades dialoguem, partindo de um devir reflexivo, imanente ao local em seu ecossistema, construindo novos contratos sociais locais, que contraponham os colapsos no nível planetário. Estes elementos já permitem localizar seu trabalho na fronteira entre os modelos relativista e de possibilidade.

No segundo capítulo, Lemes de Souza (2019) apresenta as “Águas Ciborgues: o humano-maquínico das águas minerais”. Neste trabalho, a autora apresenta o encontro de dois mundos em particular, o mundo das máquinas e o mundo das águas minerais, encontro que já soma pelo menos duzentos anos, na estância hidromineral de Cambuquira. Inspirada pelos estudos da antropologia do ciborgue de Donna Haraway, Lemes de Souza (2019) sugere a transgressão das águas santas, virtuosas ou gourmets pelas águas ciborgues, buscando por meio desse conceito novas subjetivações das águas minerais, que rompam o tradicional binarismo natureza-cultura.

Como no primeiro capítulo do livro, o enfoque analítico utilizado está no campo da cosmopolítica, que neste trabalho volta-se para a história de Cambuquira, dividida pela autora em quatro fases; anímico, purista, curista e industrial. Face ao atual cenário de riscos eminentes de superexploração das águas minerais, a autora argumenta que “o antídoto para um futuro decomposto é um presente composto, que se faça de múltiplas composições de mundos” (LEMES DE SOUZA, 2019, p.51). Além das análises de conjuntura do antropoceno (ou capitaloceno ou ainda, Era das catástrofes), o trabalho também faz um convite à ampliação do diálogo, não apenas de natureza quantitativa e qualitativa, mas também cosmológica, reconhecendo outras visões de mundo e os mundos não humanos, enfim, “todos os nomes de Gaia”. Estas características inscrevem o capítulo na fronteira entre os modelos relativista e de possibilidade.

No terceiro capítulo, “Sobre o Mercado de Águas”, Vianna (2019) apresenta uma análise crítica sobre a visão de mundo, que fundamenta a perspectiva econômica neoliberal, que tem como pressupostos, o funcionamento autônomo do mercado, e a separação entre política e economia como pertencente a mundos distintos. A interpretação dada pela economia, quanto ao funcionamento do mundo passou a ter um status de “lei da natureza”, uma vez que descrita e sujeita ao domínio das técnicas lastreadas pelas “ciências exatas”.

Por consequência, a política, que é residente no mundo moral, deve ser isolada das decisões econômicas, pois causaria transtorno na harmonia do *laissez-faire*, este “fenômeno natural”. Vianna (2019) prescreve que é preciso desnaturalizar tais leis de autorregulação que silenciam a polifonia dos reclamantes, e sustenta o ilusionismo de um mercado ideal, isolado de suas consequências sociais e ecológicas.

Vianna (2019) apresenta (traduzindo para a linguagem habermasiana) a colonização do mundo da vida, pelo mercado, fazendo ainda uma crítica às investidas de marketing, na luta simbólica pelo domínio dos conceitos que interessam aos negócios, investidas

fundamentadas por ontologias típicas do modelo de necessidade. Seu trabalho possui características, portanto, do modelo de possibilidade.

O quarto capítulo, “Histórico das racionalidades na procura pelas águas minerais e seus contextos normativos” de Oliveira (2019), é um ensaio desta presente tese. Tem como ponto de partida um dos três componentes estruturais da TAC, a cultura. Busca revelar por meio de uma análise histórica da prática cultural, de coletar água mineral, as definições de situações passíveis de consenso.

O trabalho apresenta resultados preliminares das pesquisas bibliográfica e de campo realizadas nos municípios de Cambuquira, Caxambu e Lambari. O capítulo tipifica cinco fases históricas comuns aos municípios: (i) Histórias Silenciadas; (ii) Águas Santas; (iii) Águas Virtuosas; (iv) Período Científico; e (v) Reinvenção. Tais tipificações são confrontadas ao modelo de análise, que está dividido em três campos que se relacionam com o grau de reflexividade da esfera pública num contínuo que vai do determinismo total ao relativismo total. A solução para a crise da racionalidade apontada por Habermas (2016), a racionalidade comunicativa, é utilizada como ponto de referência no modelo de análise, o qual é complementado com conceitos de Benjamim (1940) Guerreiro Ramos (1986) e Piaget (1931).

O capítulo busca demonstrar a correlação entre a racionalização social e reflexividade em cada período histórico, tanto no mundo da vida, quanto no sistema. Pela fundamentação habermasiana, inscreve-se no campo do modelo de possibilidade, mas ao tentar aplicar um modelo de análise que supõe ser capaz de analisar todo espectro cosmológico, talvez caia numa armadilha funcionalista que o aproxima do modelo de necessidade. Esse aspecto será novamente abordado nas considerações finais, sobre as limitações de pesquisa.

O quinto capítulo, “Boacê Uchô, a História está na terra: narrativas e memórias do povo puri da região da serra da Mantiqueira”, é um ensaio escrito pela índia doutora em História Cultural pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Aline Rochedo Pachamama, que busca o registro da história puri por meio da identificação de práticas e narrativas de indivíduos remanescentes dessa etnia, consorciados com dados colhidos em sítios arqueológicos e sonhos. Seus informantes relatam que tanto o idioma, quanto suas práticas, já foram passadas pelos seus antepassados de forma fragmentada, consequência de séculos de colonização, mas também revela a persistência de alguns indivíduos, que mesmo sem um domínio pleno do idioma e da ausência de uma tribo, se auto compreendem puri.

O esforço em agrupar peças de uma memória coletiva tão diluída, pela dominação ocidental, por meio de memórias individuais imanentes e transcendentais, qualifica o capítulo no campo do modelo relativista.

No sexto capítulo, “Águas Minerais: do conhecimento popular e sagrado ao conhecimento científico”, Schreck e Marques (2019) apresentam uma pesquisa historiográfica sobre o desenvolvimento do conhecimento científico, a respeito do uso terapêutico das águas minerais, abordando a passagem de um saber popular para um saber científico. É um trabalho oriundo das ciências da saúde, que faz um paralelo entre Brasil e Europa quanto às características da transição do conhecimento pré-científico para o científico e sua adequação ao desenvolvimento da farmacologia, a partir de meados do século XX.

O trabalho aponta para o silenciamento, no Brasil, do conhecimento popular em relação ao uso das águas minerais, evidenciado pela carência de estudos sobre esse tema, e que, ao contrário do que ocorreu na Europa, houve aqui uma desvalorização das águas minerais como recurso terapêutico, com a ausência, a partir de 1965, de disciplinas como a crenologia, termalismo e hidrologia médica, nas faculdades de medicina brasileiras.

Apenas em 2015, com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde, o termalismo-crenoterapia retorna como terapia complementar de prevenção, promoção, manutenção e recuperação da saúde. O desprestígio terapêutico somado à proibição do jogo, impactou severamente as estações de cura. Cidades pronunciadamente modernas, que se tornaram rapidamente obsoletas e antigas, o que não ocorreu com as estâncias europeias.

Schreck e Marques (2019) prescrevem a construção de uma nova maneira de pensar o uso terapêutico das águas minerais, hoje com respaldo de uma política pública, inspirando-se no caso europeu, mas resgatando o componente popular nativo. O desprezo atual da categoria médica brasileira às terapias com as águas minerais revela uma racionalidade calcada no modelo da necessidade, as autoras fazem um convite ao campo das ciências da saúde para repensar as águas minerais, sob um enfoque do modelo de possibilidade, que dialogue com outras racionalidades.

O sétimo capítulo intitulado “Princípios Econômico-Ecológicos e as Águas Minerais no Brasil” de Portugal Jr.; Reydon; Oliveira; Vivaldi e Portugal (2019) é uma ampliação dos estudos sobre a problemática institucional e as consequências e conflitos oriundos da exploração das águas minerais no Brasil. Dando continuidade ao que Portugal Jr. (2018) apresenta em seu trabalho “Rompendo a Controvérsia das Águas: uma proposta de um novo arranjo institucional para as águas minerais no Brasil”, já analisado nesse tópico.

Este capítulo propõe a aplicação de princípios econômico-ecológicos na gestão das águas minerais concebidas como recursos hídricos, não minério. Prescreve que ajustes e mudanças na Política Nacional de Recursos Hídricos permitiriam uma gestão participativa e

policêntrica se o compartilhamento do poder decisório ocorrer no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Os princípios norteadores sugeridos pelos autores encontram-se no campo das teorias da ciência pós-normal e do princípio da precaução. A principal característica da ciência pós-normal é a ampliação do conceito de racionalidade, que de meramente instrumental passa a levar em conta que as respostas científicas são construções provisórias, superando o racionalismo cartesiano.

Em linhas gerais, o princípio da precaução deve ser aplicado quando há risco de impactos irreversíveis às bases biológicas, físicas e sociais de manutenção da vida. Substituindo a crença da capacidade da ciência de resolver todos os problemas, por um descentramento de formas de evitar e lidar com eles. O capítulo tem, portanto, características que o qualifica no campo do modelo de possibilidade.

No oitavo capítulo, Lemes de Souza & Alcântara (2019) apresentam “Justiça Engarrafada: uma etnografia da guerra jurídica das águas minerais no sul de Minas Gerais”. O capítulo faz uma análise da sessão de conciliação da ação civil pública ingressada, em 2017 por associações da sociedade civil e prefeitura de Caxambu contra a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE), que visava a exploração industrial das águas minerais das estâncias de Cambuquira e Caxambu.

O capítulo questiona o discurso de neutralidade da justiça, que naturaliza o engarrafamento das águas minerais, partindo da seguinte questão norteadora: “Dentro de qual cosmo ou mundo se opera a justiça federal, especificamente, no caso da guerra das águas? Como essas visões de mundo, internalizadas nos indivíduos que elencam a liturgia processual, influenciam diretamente na construção dos fatos jurídicos? A influência mais marcante (e danosa) do “discurso de neutralidade da justiça” é a crença na separação absoluta da justiça da política.

Os autores apontam também para o que chamam de “visão de mundo mononaturalista”. Nesse sentido, uma justiça que parte do pressuposto da neutralidade cosmocêntrica é cega às outras realidades das águas minerais, surda às outras cosmovisões e uma contradição vista sob o enfoque cosmopolítico. É enfim, uma “justiça engarrafada”, que percebe a exploração industrial da água como óbvia ou como aquilo que não poderia deixar de ser, ou seja, em sua idealização última, é natural que assim ocorra.

Avalio que o capítulo possa ser alocado no modelo de análise na fronteira entre os modelos de possibilidade e relativista, pois faz crítica aos fundamentos ontológicos da justiça, denunciando o cosmocentrismo da cultura ocidental revestido de “princípio da neutralidade”.

O nono capítulo é intitulado “Guerra das Águas: estudo de caso sobre a privatização das águas na estância hidromineral de Cambuquira”. Nesse capítulo Valim (2019), faz um estudo de caso comparado sobre o processo de privatização em curso no município de Cambuquira, com o processo de privatização já ocorrido em outras cidades do Circuito das Águas, no Sul de Minas Gerais.

O autor avalia que embora ocorra semelhanças, como o tratamento legal que tipifica as águas minerais como recurso mineral, logo, um bem de propriedade da união, e não um bem público gerenciado pela união, no caso de Cambuquira, há uma tentativa de descaracterização do ato de privatizar por meio de uma Sociedade em Conta de Participação. Além da guerra jurídica e da inexistência de canais de gestão social, o autor avalia que as promessas frustradas de progresso econômico e aumento de arrecadação que acompanham o discurso privatista, citando como exemplo o caso da superexploração das águas em São Lourenço, é uma violência, no sentido literal da palavra.

O capítulo diagnostica uma nova investida do capital sobre as águas, investida que historicamente sempre muda de roupagem, em detrimento do bem comum. Prescreve a necessidade de ampliação da gestão social das águas minerais e o resgate do discurso da sustentabilidade cooptado pelo mercado. A crítica ao modelo de gestão estratégica atual inscreve o capítulo no campo do modelo de possibilidade.

No décimo capítulo, Silva, Valadão & Alcântara (2019) apresentam “Cidadania Deliberativa na Bacia do Alto Rio Grande: um estudo na unidade de planejamento e gestão de recursos hídricos GD1”. O trabalho analisa o comitê dessa bacia hidrográfica utilizando as categorias do conceito de Cidadania Deliberativa de Tenório et al. (2008) e constata que tal arranjo institucional não apresenta características consolidadas ao que se refere à participação, inclusão, processos de discussão, autonomia, pluralismo e equidade participativa, apresentando, portanto, assimetrias de poder em favor do mercado e do Estado, em detrimento do bem comum.

O conceito de democracia deliberativa utilizado no capítulo está fundamentado na teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas. Este conceito difere tanto da democracia liberal, quanto da democracia republicana, buscando uma terceira alternativa, a dialógica. Esta característica inclui o capítulo no modelo de possibilidade.

O penúltimo capítulo, “O acesso e a acessibilidade universais à água, à sustentabilidade ambiental e à igualdade de gênero”, de Rosa; Guarda e Alves (2019), trata-se de um estudo bibliográfico nas bases de dados Scielo, PubMed, e Google Acadêmico de 1989 a 2019 utilizando as palavras-chaves: gestão das águas, legislação, participação e mulheres.

As autoras apresentam a seguinte contradição; embora as mulheres sejam as principais gestoras das águas nas atividades domésticas, assumem atividades secundárias em espaços participativos relacionados à tomada de decisão sobre a água.

A incorporação da perspectiva de gênero na gestão dos recursos hídricos, evidencia a disparidade da distribuição de poder entre homens e mulheres em órgãos gestores. Contudo, a participação das mulheres nas decisões sobre os recursos hídricos no Brasil está assegurada pela legislação federal e em consonância com tratados e agendas internacionais sobre o assunto.

As autoras partem do princípio que as relações de gênero são construções sociais e estão sujeitas a mudanças, não estão dadas a priori, nem são naturais. Este enfoque analítico inclui o trabalho no campo do modelo de possibilidade.

Por fim, no último capítulo, Junqueira (2019) apresenta “As águas minerais de Caxambu: sua contribuição para o povoamento”. O capítulo sintetiza duas importantes obras historiográficas sobre a localidade; “Caxambu” de Henrique Monat (1894) e “Fontes e encantos de Caxambu” de Maria de Lourdes Lemos (1998). Estas obras abordam desde o descobrimento da primeira fonte, passando pelo surgimento e destruição do povoamento de Águas Santas, culminando na chegada dos primeiros empreendedores e criação do arraial de Águas Virtuosas de Baependi. Com a descoberta de novas fontes, no final do século XIX, inicia-se o período científico e a *belle époque* de Caxambu. Após a proibição do jogo em 1946, do desenvolvimento da farmoquímica e do surgimento de outras opções de turismo, abate-se sobre o município uma crise econômica e simbólica.

O capítulo não tem um enfoque analítico, como dito, é uma resenha de duas obras historiográficas, estas sim permitem uma análise. Com mais de cem anos de diferença editorial entre uma e outra, são ambas típicas do modelo de necessidade. Na primeira, encontram-se o otimismo iluminista, a fé na razão moderna e higienista. Na segunda, observa-se o saudosismo provinciano por meio de uma historiografia de exaltação dos heróis pioneiros, ambas acusam o abandono da cidade por parte do Estado, mas esta última obra deixa evidente o que Piaget (1931) chama de persistência egocêntrica.

Para essa literatura local de segunda geração, foi a proibição do jogo e “a falta de apoio” do Estado às causas principais da crise econômica (LEMOS, 1998; PARANHOS, 2014). O desenvolvimento científico, que refutou o antigo paradigma naturalista-positivista, somados à superação quimioterápica dos remédios comprimidos, não são diretamente e muito menos, criticamente abordados. Evidência de que o conhecimento naturalista-positivista anterior já tinha permeado o mundo social, na esfera pública.

Mesmo a “elite ilustrada”, continua a reproduzir esse paradigma obsoleto, que possui outro tempo de dissipação, por ser antes de tudo, uma crise de sentido. Os argumentos sobre o poder de cura das águas minerais sob o enfoque crenoterápico, ainda frequentam a opinião pública e são reproduzidos como heranças culturais de forma mais perene que o estoque mágico-religioso. Nas palavras de Habermas (2016), essa herança cultural atua na reprodução e atualização do estoque de conhecimento que supre as diferentes personalidades de interpretações, quando buscam a compreensão sobre algo no mundo.

A figura 7 representa a síntese analítica dos capítulos destes dois livros. Considerando o fato de existirem alguns trabalhos que apresentam simultaneamente características de dois modelos, que nas palavras de Guerreiro Ramos (1983), possuem um “complexo hamletiano”, tais trabalhos foram localizados em um dos modelos, pelas características relativamente acentuadas que apresentam.

Embora estejam numa zona de transição, estes trabalhos foram localizados no canto da coluna do modelo que mais representam. Foram tipificados, portanto, 2 trabalhos na Teoria N, 13 trabalhos na Teoria P, e 5 trabalhos na Teoria R. Observa-se que: (i) o movimento de descentramento do enfoque epistemológico iniciado na primeira década do milênio deu origem ao maior número de trabalhos; (ii) as teorias e métodos fundamentados por enfoques dentro do modelo de necessidade permanecem em uso; e (iii) que surgem pela primeira vez trabalhos com lentes pós-estruturalistas, estudando as águas minerais de Cambuquira, Caxambu e Lambari.

Figura 7 - Síntese analítica dos livros “Clamor das Águas” e “Ecologia das Águas”

Artigo Acadêmico	Teoria N	Teoria P	Teoria R
Lemes de Souza (2018)			↑
Vianna (2018)		↑	
Alcântara, Sant'Anna e Pereira (2018)		↑	
Cruz, Pereira e Alcântara (2018)		↑	
Portugal Jr. (2018)		↑	
Feichas (2018)	↑		
Corte (2018)			↑
Pachamama (2018)			↑
Manes (2018)	↑		
Marras (2019)			↑
Lemes de Souza (2019)			↑
Vianna (2019)		↑	
Oliveira(2019)	↑		
Pachamama (2019)			↑
Schreck e Marques (2019)		↑	
Portugal Jr.;Reydon; Oliveira; Vivaldi & Portugal (2019)		↑	
Lemes de Souza & Alcântara (2019)			↑
Valim (2019)		↑	
Silva, Valadão & Alcântara (2019)		↑	
Rosa; Guarda & Alves (2019),		↑	
Média		↑	

Fonte: Elaborado pelo autor

Os trabalhos tipificados no modelo de possibilidade e que não estão numa zona de transição foram, como a teoria do agir comunicativo, colocados no centro da coluna, não porque se tenha encontrado uma clara correlação ou convergência entre seus conceitos, dando entender uma equivalência. Mas, sim, porque entende-se que a TAC não é a única teoria que procura o esclarecimento reflexivo, entendendo por esclarecimento a busca de consensos sem a utilização de arquétipos platônicos e por reflexividade a abertura para as abordagens pós-estruturalistas sem aderir a tese da pluralidade da razão. Logo, outras teorias podem ocupar o que no modelo de análise seria o “grau de reflexividade ideal”, para busca da verdade consensual, não apenas a teoria habermasiana.

6.4 Histórico das racionalidades do mundo social

A velha máxima romana, citada na introdução, já garantia, *acquae condunt urbes* – “águas fundam cidades”, foi esse o caso de Cambuquira, Caxambu e Lambari, cidades que foram fundadas por causa das águas que por lá brotam. E por conta desta singularidade, suas histórias são também influenciadas de forma semelhante, embora não necessariamente de forma simultânea ou com a mesma intensidade, pelos movimentos e fatos que redefiniram os contextos históricos nacionais, com suas ondas de reorganização social, seus pontos de referência e atores chave, como o encontro do ocidental com o ameríndio, o período colonial, a vinda da família real portuguesa, a república, a *belle époque* brasileira e o pós-II guerra. Esses influxos históricos, como em ondas, atingiram as localidades onde se encontram as fontes de águas minerais, mudando as razões que levavam as pessoas a fazer seu uso cotidiano, bem como as regras formais e sociais que normatizam seu acesso.

As tipificações aqui apresentadas, não devem ser interpretadas numa linearidade. Por isso são apresentadas por meio de círculos concêntricos (Figura 8) onde o presente encontra-se no centro. Como numa cebola, cada tipificação é envolvida pela camada exterior do passado. Essa abordagem é inspirada pelas *teses sobre o conceito de história* de Walter Benjamin (1940), onde o autor defende que, apesar do passado consumado ser irreparável, a historiografia pode ser mais que a história dos vencedores, retomando em consideração as exigências deixadas sem resposta, uma vez que o passado comporta elementos inacabados no presente (GAGNEBIN, 1982).

6.4.1 Histórias silenciadas (ou quase)

Apesar de não haver nenhum sítio arqueológico registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / IPHAN, nas cidades em estudo, a presença ameríndia e africana na região é um fato histórico, e deixou suas marcas, inclusive nos topônimos da região. A historiografia oficial registra que os povoados atuais foram desencadeados pela descoberta das fontes de água mineral, mas cabe dizer que outras histórias, anteriores a colonização europeia, ainda que, em muito silenciadas, apontam para um passado ameríndio, onde a existência das fontes de água mineral pode ter sido de conhecimento nativo, compondo seu repertório de paisagens identificadas na Serra da Mantiqueira.

Junqueira (2017) faz uma extensa pesquisa bibliográfica, sobre a história da colonização da região. Apresenta que as primeiras expedições bandeirantes, em meados do século XVI, não foram na intenção de povoar o território, mas de capturar índios e levá-los escravos para as lavouras e criações de gado, em São Paulo. Embora a escravização de nativos tenha sido proibida em 1570, essa prática continuava. As expedições à procura de recursos minerais (ouro, prata e pedras preciosas) passaram a ocorrer com financiamento da Corte, apenas no século XVII.

A primeira expedição a fazer roçados e iniciar assentamentos ocorre em 1674 (JUNQUEIRA, 2017). Todas essas expedições eram acompanhadas por índios do litoral (tupis) e muitas chefiadas por mamelucos. De acordo com Junqueira (2017), estas bandeiras, quando não conseguiam escravizar, expulsavam ou exterminavam as populações que viviam pelos sertões de Minas Gerais, antes chamada de Minas dos Cataguases, com uma variedade de povos, tais como os Puris, Caiapós, Botocudos, Coroados, Malali e Maxacali, cuja matriz linguística é o Jê.

Os topônimos, em língua indígena na região do circuito das águas são em Tupi. Esse dado agrava o silêncio avassalador sobre as populações originais. Mas é bem possível que alguma fonte tenha sido ‘descoberta’, antes das expedições bandeirantes, se levarmos em conta que os primeiros humanos chegaram por volta de dez mil anos no Sul de Minas (IPHAN, 2020), e da presença de diversos sítios arqueológicos, já registrados em cidades do entorno como, Aiuruoca, Conceição do Rio Verde, São Tomé da Letras, dentre outras. Recentemente, foi encontrado um sítio rupestre em Baependi.

Em relação, a tais topônimos, há registro em carta endereçada ao governador da capitania de Minas Gerais datada de 1743, que revela a existência de casas de colonos nas

margens do rio já chamado *Lambary* “que antes era frequentado pela população ameríndia em pescarias e que lhe deu o nome” (MILEO, 1970, p. 13). Lambari é a corruptela de *araberi*, que em tupi quer dizer sardinha.

Oficialmente, a primeira fonte só foi descoberta por volta de 1780, próxima a esse rio. Sobre essa primeira fonte, Mileo (1970, p.13) apresenta um documento que descreve a paisagem local da seguinte maneira: “a água aflorava à superfície fingindo violenta fervura e vertia das fendas de uma pedreira situada na margem de um ribeirão”. Esse ribeirão de que fala Mileo (1970) é um afluente do rio Lambari, o ribeirão *Mumbuca* (nome tupi de uma espécie de abelha meliponínea).

Neste caso, diferente do que se lê nos relatos sobre a localização das fontes de Caxambu, onde a primeira fonte foi encontrada no meio de uma mata densamente fechada cercada de pântanos, a fonte de Lambari aflorava ‘fingindo violenta fervura’ próxima a um ribeirão de fundo de pedra, que permite caminhar por seu leito e abundante em peixes.

Um estudo realizado por Santos Cruz (2009) problematiza e sugere uma retradução do topônimo Cambuquira. A tradução mais popular é “Broto de abóbora”. Tais brotos são utilizados na culinária regional. Essa tradução seria a união das palavras tupi *kui'mbuka*, que é uma variedade de cuia e a palavra *kira*, que significa, broto, novo, jovem.

Contudo, como argumenta Santos Cruz (2009), a tradução deveria ser então “Broto de cuia”, ou a cidade deveria se chamar “Jerimumquira”, tendo em vista que, jerimum é a palavra tupi para abóbora.

Esse autor aponta ainda outras inconsistências e fragilidades nessa tradução e defende a tese que o topônimo vem é da união dos verbetes tupis *cambu*, que significa mamar, beber do seio, e novamente a palavra *kira*. Cambuquira poderia ser traduzido como algo próximo a: *beber do seio jovem*, o que revelaria, por sua vez, um animismo típico da cosmovisão ameríndia, ao representar uma fonte ou mina d’água como um seio, o que indicaria uma relação mais direta do topônimo, com o conhecimento da existência de algumas fontes de águas minerais.

A etimologia da palavra *caxambu*, indica tratar-se de uma palavra de origem africana, da língua *bantu*, designa tambores em forma de cone seccionado, que eram usados pelos escravos em suas celebrações, de modo que os morros que possuíam esse formato passaram a ser conhecidos como morros *caxambus*. Tal denominação era comum nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais (CAXAMBU, 2019; MONAT 1894).

Durante a pesquisa de campo, tomou-se nota da ocorrência de fontes em diversos outros lugares além dos parques, como em residências, hotéis, sítios e fazendas, e isto

acontece em todo o território do Circuito da Águas, o que para este tópico sinaliza para uma ampliação da possibilidade daqueles primeiros índios cataguases, botocudos, puris, coroados. terem descoberto fontes de águas minerais, em suas andanças.

De todo modo, seguindo o argumento de Viveiros de Castro (2017), os fundamentos que orientam a construção e validação do conhecimento do mundo moderno contrastam com os fundamentos, que executam essa função no mundo ameríndio. As correntes epistemológicas ocidentais tendem a corroborar com a ideia de que o conhecimento é fruto da acumulação de informações reproduzíveis de um objeto e que suas causas não têm correlação com o que o cientista, enquanto indivíduo, pensa sobre elas.

O conhecimento está em descartar do fenômeno que se quer conhecer juízos de valor individuais, buscando, no fenômeno, as características capazes de um consenso, mesmo que provisório, entre os iniciados que dominam certa linguagem.

Por outro lado, o olhar que busca o conhecimento no mundo ameríndio, que Viveiros de Castro (2017) chamou de naturalismo ameríndio, é um processo que consiste na atribuição de um máximo de subjetividade àquilo que se conhece. Não há uma relação sujeito/objeto, como na ciência ocidental, a relação é sujeito/sujeito, posto que emana de todo o cosmo uma aura humana.

Nesse sentido, a tradução do topônimo de Cambuquira realizada por Santos Cruz (2009) é emblemática. “Beber do seio jovem” convida a algumas interpretações. Por exemplo, vejamos que o seio em questão não é de uma entidade transcendente, não representa algo do além, ele está ali no meio da mata, é imanente, está disponível para quem quer que seja beber o que sai de suas entranhas.

Isso pode indicar que o invasor de língua tupi considerava a água mineral um alimento semelhante ao leite. A diferença é que saem de seios diferentes, e também pode indicar que o seio feminino é igualmente uma fonte. Em Cambuquira, ouvi repetidas vezes uma frase que parece ser uma máxima de domínio público, “A água do Marimbeiro mata a fome”.

Avalio que as racionalidades que orientavam a ação de buscar as fontes no período que antecede, e em grande medida acompanha as primeiras bandeiras, estão mais próximas desse naturalismo ameríndio descentrado que de um determinismo mitológico, o que inscreveria as racionalidades desse período no campo do *modelo relativista*.

6.4.2 Águas Santas

No final do século XVIII, a notícia da existência de águas especiais no caminho de Campanha foi disseminando-se entre os viajantes. Logo, várias pessoas começaram a se dirigir para a região: “Acudiam, sobretudo, os morféticos, os dispépticos, os reumáticos, os papudos, os cancerosos, os cegos e os loucos” (MONAT, 1894, p. 5).

Em Caxambu, do descobrimento da primeira fonte em 1814 até a desapropriação na década de 1860, o lugar passou por períodos de ocupação, desterro, abandono e nova ocupação. Nessa época só havia um poço de doze palmos de circunferência, cujo acesso era por um caminho de troncos picados por cima do atoleiro, “uns limitavam-se a beber a água, a maior parte porém banhava na fonte seus membros entorpecidos, cobertos de chagas” (MONAT, 1894, p. 5).

A procura pela água mineral deu origem ao assentamento que ficou conhecido por Água Santa: “A princípio abrigavam-se num único rancho de capim promiscuamente; depois foram se fazendo outros, até que surgiu uma verdadeira aldeia, em que os morféticos eram em maior número” (MONAT, 1894, p. 6).

Em 1841 o juiz municipal de Baependi, o senhor Aleixo Teixeira de Carvalho, mandou intimar as pessoas com ordem para deixarem o município no prazo de oito dias, sob pena de prisão. Quarenta e oito horas depois da intimação, estavam abandonados mais de quarenta ranchos que a autoridade mandou queimar (MONAT, 1894).

O lugar ficou abandonado por três anos, até ser novamente ocupado, desta vez por comerciantes portugueses. A história de Água Santa termina sem ser contada. A historiografia local tem como principal fonte de dados, sobre essa ‘aldeia’, o que escreveu Henrique Monat (1894).

A procura pelas águas santas em Lambari e Cambuquira foi igualmente pouco registrada, contudo, foi encontrado na historiografia referências a essa procura orientada por uma racionalidade místico-religiosa. Sobre Lambari, num ofício de 1826 encaminhado à câmara de Campanha solicita-se dentre outras coisas, a compra de um terreno para servir de pasto aos animais dos doentes que acorriam ao local, a construção de dois tanques para banhos de leprosos e outras moléstias contagiosas e, a “construção de uma ermida, para se dizer missa ao povo, pois concorrem ali muitos e muitos eclesiásticos” (MILEO, 1970. p.27).

O pouco que a historiografia conta sobre as águas santas vem revestido com o cristianismo. O povoado em 1837 era formado por “apenas uma casa de telhas e de algumas choças de sapé”. (MILEO, 1970. p.37). A descrição da arquitetura permite inferir que para

além das disparidades econômicas, ocorria, também, uma diversidade cultural. “Pelos virtudes apregoadas por todos, a água começou a ser designada ora por águas santas, ora por águas virtuosas” (MILEO, 1970. p. 13). Brandão (1958), no livro Cambuquira, registra que as águas de Lambari eram chamadas por esses dois nomes.

Em Cambuquira, onde hoje é a região central da cidade, foi a sede da fazenda Boa Vista, pertencente a três irmãs solteiras que, após o falecimento da última irmã em 1857, deixaram em testamento, como sucessores os antigos escravos (BRANDÃO 1958). Como a fazenda ficava na rota da estrada de Campanha, não tardou que a elite rural tomasse conhecimento “de uns pretos ex-escravos, que a esse tempo residiam na velha fazenda, aplacando a sede dos viajantes” (BRANDÃO, 1958. p. 16).

Logo a câmara de Campanha se incomodou com os rumores da formação de um arraial na fazenda de “um bando de ex-escravos, cuja propriedade ia sendo invadida e que pretendiam os pretos opor resistência aos forasteiros” (BRANDÃO, 1958, p. 16). A ação tomada foi a desapropriação em 1861 e a retirada dos herdeiros das três irmãs. Segundo Lemes de Souza (2018), o pagamento pelas terras não ocorreu, o que faz dessa desapropriação, um desterro.

Brandão (1958, p. 17) também registra uma notícia de jornal que revela uma breve descrição da ocupação nos arredores das fontes após esse desterro. Dizia a notícia que, naquela localidade, que se tornou conhecida porque foram divulgadas as virtudes das águas, “começou a concorrência de muitos enfermos, que se abrigavam em casebres de capim, que dificilmente os protegiam das intempéries do tempo”.

Essa ocupação movida pela busca da restauração da saúde por meio da fé nas águas se estendeu até a última década do século XIX. Werneck (1912) escreve no posfácio de seu livro “Judith”, que as fontes, após a desapropriação, estavam abandonadas pelo Estado à “ignorância do povo”, e faz outra breve descrição.

Em 1889, deu-se um dia na veneta visitar a aldeia de Cambuquira, próxima de Águas Virtuosas, e onde existia duas fontes de águas minerais a borbulharem de um pântano. O povoado era composto de casebres de pouco valor, na maioria pertencentes a pobres *caboclos*, havia-se erguido modestamente na fralda de uma colina, para cair logo em lamentável ruína (WERNECK, 1912. p. 213, *grifo nosso*).

Esses primeiros habitantes que moravam em cabanas de capim, não eram, obviamente, comerciantes empreendedores. Eram cabocos descendentes de bandeiras colonizadoras ou seus desertores, que buscavam a cura junto às águas minerais orientados por uma

racionalidade mística-religiosa, de um cristianismo rústico e miscigenado. As desapropriações realizadas pelas câmaras municipais submeteram, pela primeira vez, o território a um controle estatal, que difere do controle patriarcal sesmeiro, que era um poder absoluto (MARRAS, 2004).

Esta situação inscreve a racionalidade social dos coletores no *modelo de necessidade*, posto que a cura era atribuída a uma entidade transcendente. Por sua vez, a racionalidade dos contextos normativos inscreve-se no *modelo relativista*, posto que antes das desapropriações, era dependente da subjetividade do latifundiário, que tinha total autonomia de explorar o território a serviço do monarca, sem controle burocrático.

6.4.3 Águas Virtuosas

As águas minerais foram dessacralizadas pela racionalidade moderna, por duas frentes fundamentais; os liberais, que passaram a chamá-las de virtuosas, de olho no seu valor de troca, e a ciência naturalista-positivista, que reivindicava o monopólio da verdade sobre os fenômenos de doença, tratamento e cura (MARRAS, 2004).

No Circuito das Águas do Sul de Minas, o Estado desapropriou as terras em que se encontravam as fontes, durante o século XIX (Cambuquira e Caxambu em 1861 e Lambari em 1830). Isso propiciou a transição para o período das “Águas Virtuosas”, com menor apelo ao transcendente e mais tino comercial. A ocupação, no entorno das fontes, originou as vilas e posteriormente freguesias. Ainda que de maneira pré-científica, o nascente mercado capitalista competitivo e o Estado burocrático centralizado, iniciaram a colonização do Mundo da Vida com sua racionalidade instrumental.

Segundo Marras (2004), a relação da elite rústica latifundiária com as águas minerais se aproximava mais da racionalidade popular, sertaneja, caipira, do que com a racionalidade naturalista-positivista. Como as fontes de águas minerais, que eram encontradas por seus territórios, passaram a atrair além dos doentes, os primeiros investidores e uma “elite ilustrada”, a elite rústica percebeu a oportunidade de alianças. Desde que tais alianças tivessem como característica o “familismo da terra” (MARRAS, 2004), ou seja, casamentos, dotes, consortes, compadres. As ações das elites nativas nesse período foram determinantes para os rumos das futuras estâncias.

Após as desapropriações, as três localidades passaram por momentos de abandono ou “ocupação malfeita”, os três principais historiógrafos: Henrique Monat (Caxambu), Thomé Brandão (Cambuquira) e José Mileo (Lambari) fazem essa observação e criticam com sua

ilustração científica, a falta de planejamento dos tempos de formação dos povoados. Os três eram médicos. É possível identificar, em suas obras, que os primeiros investidores tinham dois objetivos com naturezas diferentes. Havia os que investiam na prestação de serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento e os que apostavam no envasamento e comercialização das águas minerais, em outras praças.

Contudo, os esforços de domesticação dos barreiros, nem sempre ocorriam com sucesso, e eram realizados por cada um de acordo com suas possibilidades. A abertura de ruas e o loteamento da terra seguiam o padrão das demais povoações dos sertões do império, com contribuições pontuais de engenharia, mas ainda sem a preocupação higienista da fase seguinte. Ainda assim, os locais começaram a ser incluídos no roteiro de pessoas “com algum prestígio social”.

Ia-se dissipando a lenda das Águas Santas; já os incuráveis, os cancerosos, os cegos não as procuravam mais; porém eram muitas as curas realizadas de muitas outras moléstias; aos exageros das narrações primitivas, sobrenaturais, sucedia uma nova série de curas, não mais anônimas, mas reais, porque citavam-se os nomes dos que tinham aproveitado com o uso das águas virtuosas (MONAT, 1894, p. 14).

Nesse repovoamento pré-moderno conviveram os primeiros republicanos e a corte, personagens para a historiografia de exaltação provinciana. Não eram anônimos os marqueses, barões, condes, duques, capitães, coronéis, senadores, comendadores, padres, bispos, etc. E teve ainda a famosa visita da princesa Isabel e seu esposo, o conde D’Eu, que ainda hoje é a mais celebrada das vilegiaturas, relatada, comentada e disputada por Caxambu e Lambari, que hospedaram o casal imperial e reivindicam cada qual, ser a provedora da cura da infertilidade da princesa, ou da ausência marital do conde. Circulam ainda hoje, fofocas impubescíveis e piadas de baixo calão, sobre o episódio.

Após a proclamação da república em 1889 surge a política de financiamento público que ficou conhecida como ‘encilhamento’. Brandão (1958. p. 22) registra que “para tudo que era possível ser explorado organizavam-se empresas e companhias”, mesmo sem um planejamento eficaz. Embora muitos empreendimentos desta época tenham fracassado, uma vez que foram conduzidas, nos dizeres de Brandão (1958. p.22), “por espíritos incapazes, governados pelo deus Mercúrio”, muitas benfeitorias foram realizadas nessa época nas três localidades, acumulando trabalho social, como; aterros, novas captações, arruamento e canalizações.

A chegada da estrada de ferro nos municípios pode servir de marco na virada para o período científico. A ferrovia chegou a Caxambu em 1891, em Cambuquira e Lambari em 1894. Com o crescimento da povoação foi se formando, nos diferentes territórios, coalizões políticas capitaneadas pelos interesses entre médicos e políticos (MARRAS, 2004) no sentido de criar uma agenda de refundação das localidades como cidades balneárias, cada qual com sua especificidade local, mas a historiografia das cidades mostra que a aliança é a mesma (ciência e política) e essa aliança dá início ao período científico.

6.4.4 Período Científico

A instituição fundamental deste período foi a academia, que chegou junto com a Corte e dela desdobraram-se mudanças históricas fundamentadas na racionalidade que ela postulava. No caso, a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, que foi instalada no Hospital Militar do Morro do Castelo em 1808. Com o tempo, dentre os médicos formados estavam os filhos da elite latifundiária dos sertões da Mantiqueira. O retorno destes médicos recém-formados para o rincão natal foi fundamental para a consolidação do Período Científico.

Marras (2004) em seu estudo sobre a formação e desenvolvimento de Poços de Caldas, mostra como se deu o encontro dos mundos caipira e moderno cada qual com suas verdades. Neste embate, o elemento moderador foi a “lógica parental” que tecia o mundo social da elite (MARRAS, 2004). Em Poços de Caldas, a aliança entre a ciência e a política ocorreu por meio da relação sogro/genro. Foi essa relação de parentesco, que construiu a ponte entre os mundos da “elite rústica” com a “elite ilustrada”.

No caso, o autor apresenta o recém-formado médico Pedro Sanches, um “meio-estrangeiro”, porque, portava as ideias e os costumes “de fora”, mas sua ida para Poços em 1871 também era um retorno, já que tinha sua origem na região (MARRAS, 2004). Casou-se com a filha do coronel Agostinho Junqueira, dono das terras dos poços. Pedro Sanches exerceu um papel histórico importante no redirecionamento do povoado pré-moderno para o urbanismo modernizador orientado pela racionalidade naturalista-positivista.

O ‘familismo da terra’, usando as palavras de Marras (2004), ocorre cada qual a sua maneira nas três cidades aqui estudadas. Sem a pretensão de fazer um estudo genealógico como fez Marras (2004), durante a leitura das historiografias locais pode-se perceber traços dessa ‘lógica parental’ e papéis históricos semelhantes, que influenciaram a refundação dos povoados sob a orientação da ciência higienista da época.

Em Caxambu, o casamento endogâmico e a aliança sogro/genro é uma característica em comum, com o caso de Poços de Caldas. Nesta história, as forças motrizes da aliança entre ciência e política são o Dr. Manuel Joaquim (1814/1902) e seu genro Dr. Polycarpo Viotti (1843/1928). O primeiro nasceu em Aiuruoca (34km de Caxambu), formou-se médico em 1842 no Rio de Janeiro, casou-se em 1848 com sua prima Marianna Noronha e tiveram doze filhos, entre os quais Ambrosina Elysa, que viria a ser esposa do Dr. Polycarpo Rodrigues Viotti. (PARANHOS, 2014).

O Dr. Manuel Joaquim tinha articulação política no Estado de Minas Gerais e na Quinta da Boa Vista, era membro da Academia Imperial de Medicina e foi ele quem apresentou em 1861 à Assembleia Provincial de Minas Gerais uma proposta para a desapropriação das fontes, anotando em seus estudos os melhoramentos que deveriam ser feitos para a implantação de uma estância hidromineral (MONAT, 1894).

O Dr. Viotti nasceu em Baependi (6 Km de Caxambu), formou-se médico em 1871 no Rio de Janeiro. Além da medicina, foi um administrador exitoso na direção técnica da empresa de exploração das águas. Foi ele quem deu eficiência econômica para a empresa, o que atraiu a “elite financeira”, no caso, o Conselheiro (banqueiro) Francisco de Paula Mayrink. Em 1904, Dr. Viotti foi convidado pelo então presidente de Minas Gerais, Francisco Sales, a assumir a prefeitura municipal de Poços de Caldas, que declinou do convite, optando por ficar com a família e seus afazeres em Caxambu (PARANHOS, 2014).

Em Lambari, num primeiro momento, houve um caso em que apenas o prestígio médico não foi suficiente para selar uma aliança política, faltou o elemento nativo/familiar. Em 1834 o médico inglês Thomas Cockrane solicitou à câmara de Campanha um terreno próximo as fontes para a construção de um hospital.

A câmara cedeu o terreno e ainda outros 30 lotes para a construção de casas a cidadãos de Campanha. Esperando quem daria o primeiro passo nas construções, o tempo foi passando e nada foi feito. As décadas foram passando e benfeitorias para o aproveitamento das águas foram sendo realizadas com ajuda da engenharia, contudo, o ‘aglomerado’ passava por longos períodos de abandono (MILEO, 1970).

Até que em 1882 o recém-formado médico Dr. Eustáquio Garção Stockler, natural de Campanha, retorna do Rio de Janeiro e fixa residência na localidade, desempenhando o papel histórico comum a Pedro Sanches em Poços de Caldas, Manuel Joaquim em Caxambu e tardiamente em relação aos outros, Thomé Brandão em Cambuquira, todos eram ‘meio estrangeiros’.

Nesta última cidade, a ausência de um clã branco em seu território submeteu o local aos desmandos da elite de Campanha, interessada em Lambari. Cambuquira não teve um médico de família sesmeira retornado, apto a fazer a aliança com a elite nativa. Para piorar, no final do século XIX, a localidade foi vendida a Três Corações, cidade mais distante que Campanha e sem interesse pelo distrito (BRANDÃO, 1956).

Em Cambuquira algumas características do período das Águas Virtuosas foram politicamente mantidas por mais tempo que nas outras. Houve uma fusão de empresas, submetidas a uma mesma administração. A aliança médico-política entre Gastão Stockler e Américo Werneck pesou para o lado de Lambari. Thomé Brandão (1958) apresenta um quadro com os valores que foram distribuídos entre as cidades de Cambuquira, Caxambu, Lambari e Poços de Caldas naquela época (1909).

Foram disponibilizados seis mil contos de reis, que ao fim, foram divididos na seguinte proporção – Cambuquira (9,5%); Caxambu (21,1%); Lambari (48,3%); Poços de Caldas (21,1%). O prefeito de Cambuquira na época, aliás, o primeiro prefeito, era um forasteiro, o advogado Raul Sá, natural do Rio de Janeiro, que orbitava sob influência política da dupla Stockler/Werneck. Prova disso é que Raul Sá foi em seguida para a prefeitura de Lambari, em 1912.

Contudo, do final do século XIX até a década de 1960, o número de visitantes em todas as estâncias aumentou gradativamente. Foi a chamada *belle époque*, estava na moda, a elite do país veraneava por estas cidades. A crenologia e a medicina higienista viviam seus melhores dias, fundamentadas na racionalidade da ciência naturalista-positivista, que além de prescrever os tratamentos com as águas minerais, arbitrava o progresso e a verdade.

Marras (2004) utiliza a imagem lírica criada pelo escritor Coelho Neto como alegoria para essa época ‘a aliança entre Baco e Esculápio’. Mas Brandão (1958) sugere uma terceira entidade, Mercúrio, de modo que a síntese das características dessa época pode ser interpretada como, o entretenimento e a medicina, transformados em negócios modernos, ou seja, orientados por uma administração científica.

Em relação ao jogo, já em 1894, Henrique Monat dedica todo um capítulo de seu livro *Caxambu*, à “Roleta”, onde argumenta que o jogo é uma fatalidade em todas as cidades de vilegiatura, “são ideias que se confundem”. O médico conclui que o jogo é uma indústria que emprega muita gente, mas, sufoca os demais ramos de atividade econômica, oficiais de alfaiataria, sapataria, confeitaria e outras atividade eram cooptados e passavam a ter no jogo a única, ou a principal fonte de renda (MONAT, 1894).

Na segunda metade do século XX, inicia-se um outro período para as cidades balneárias, que passam a lidar com uma crise econômica que tem como causas, extras a conjuntura nacional, a obsolescência das razões científicas naturalista-positivista e a proibição do jogo em 1946.

6.4.5 Reinvenção

As estâncias continuaram colhendo frutos de seus investimentos e fama, passaram a entrar no roteiro de outros públicos, como as novas classes médias urbanas, congressos científicos, concentrações de times de futebol, mas o crescimento demográfico dos anos anteriores sem a moda da vilegiatura burguesa e a ‘indústria do jogo’ impactaram no desenvolvimento das cidades.

Parafraseando Brandão (1958), por falta de novos investimentos, o Estado voltou a ser ‘padrasto’, e dessa vez não apenas para Cambuquira, o que causou desencanto, crise econômica e deterioração do patrimônio, demandando da administração pública municipal expedientes distintos dos demais municípios, que não possuem a peculiaridade do fenômeno da mineralização da água, como sua razão de existir.

Esse fenômeno do mundo objetivo, desde que foi alvo do poder e do dinheiro, está na agenda dos administradores públicos e privados de diferentes maneiras no devir histórico, e prova disso é que as racionalidades, que orientaram a criação e recriação das estâncias, deixaram de ser os fios condutores dos consensos contemporâneos, mas, as águas ainda estão sob a tutela desses dois subsistemas. Histórias foram silenciadas e a aliança entre a ciência e a política foi rompida, mas o poder burocrático e econômico persiste.

Esse novo momento histórico inicia, utilizando aqui as palavras de Marras (2004), quando Baco e Esculápio bateram em retirada, mas, como já havia observado Brandão (1956), Mercúrio chegou primeiro que seus colegas de Olimpo e por lá ficou. O declínio do veraneio foi acompanhado pelo aumento da exploração comercial das águas minerais engarrafadas.

O desenvolvimento técnico-científico da indústria não foi acompanhado de um desenvolvimento epistemológico, e é essa racionalidade com características pré-modernas que ainda fundamenta os atuais modelos de gestão e exploração das águas minerais, nas interações sistêmicas. Nos dias atuais, as águas minerais são tratadas como minério/*commodity* pela engenharia administrativa neoliberal.

A imprudência ecológica dessas ações mercantis tem provocado mobilização social crítica ao modelo, uma vez que esse fenômeno é ecologicamente útil à espécie humana de

modo: (i) objetivo, ou seja, biofísico; (ii) subjetivo, pois depositário de afetos; e (iii) sociais, por se tratar de uma prática cultural, cuja provisão de saberes emana do mundo da vida.

Para a medicina local as águas minerais é um assunto superado, de modo geral. Os médicos não se interessam sobre o assunto, o acesso a eles(as) é sempre mediado/dificultado por recepcionistas bem treinadas. Não foi possível entrevistar nenhum médico, seja nos hospitais das cidades ou consultórios particulares.

O turismo ainda tem impacto na economia, mas, distante dos “bons tempos” das cidades balneárias, “fomos empobrecidos” me disse um prefeito. Dentre os coletores entrevistados, 68,5% afirmaram que seu trabalho não tem relação direta com o turismo. Poucos hotéis da *belle époque* ainda estão em atividade. Alguns nem foram construídos naquela época, mas ostentam tradição, com mérito, e a arquitetura deixa evidente que são de outra geração, contudo, são emblemáticos e pontos de referência nos centros das cidades, frutos da reinvenção que modernizou o moderno que envelhecia.

Existem ruínas de hotéis e hotéis fechados ou em vias de fechar, seja por falta de hóspedes ou por não conseguirem se adequar às atuais normas de segurança contra incêndios. Outros se reinventaram passando a hospedar prefeituras e outras repartições públicas, ou ainda, foram transformados em condomínios habitacionais.

A racionalidade que, atualmente fundamenta a prática de buscar água mineral na fonte, caracteriza-se pela presença de elementos científicos, afetos e aspectos ecológicos. Esta racionalidade “ecoafetiva” inscreve os indivíduos enquanto coletores de água mineral no campo da teoria da possibilidade, que significa, nos termos da TAC, que a racionalidade social que fundamenta a ação, demonstra um grau de reflexividade mais próximo do adequado para o diálogo e a intersubjetividade. Nestes termos, a atual racionalidade social é mais adequada que a racionalidade mística-religiosa, que a racionalidade liberal/pré-científica e a racionalidade naturalista-positivista, que estão inscritas no campo das teorias da necessidade, com seus dogmas, práticas e leis.

Como expressão da integração sistêmica, o contexto normativo das águas minerais, no período de reinvenção é caracterizado pela predominância da racionalidade instrumental, nas esferas privada e estatal, mantendo excluída a comunidade das tomadas de decisões e possuindo as três principais características que, de acordo com Gomes (2007) desviam a racionalidade moderna dos genuínos interesses da humanidade, ou seja, é autoritária pela imposição de seus critérios e procedimentos positivistas e cientificistas, que desqualificam outras formas de compreensão da realidade natural e humana, é repressiva pelo emudecimento

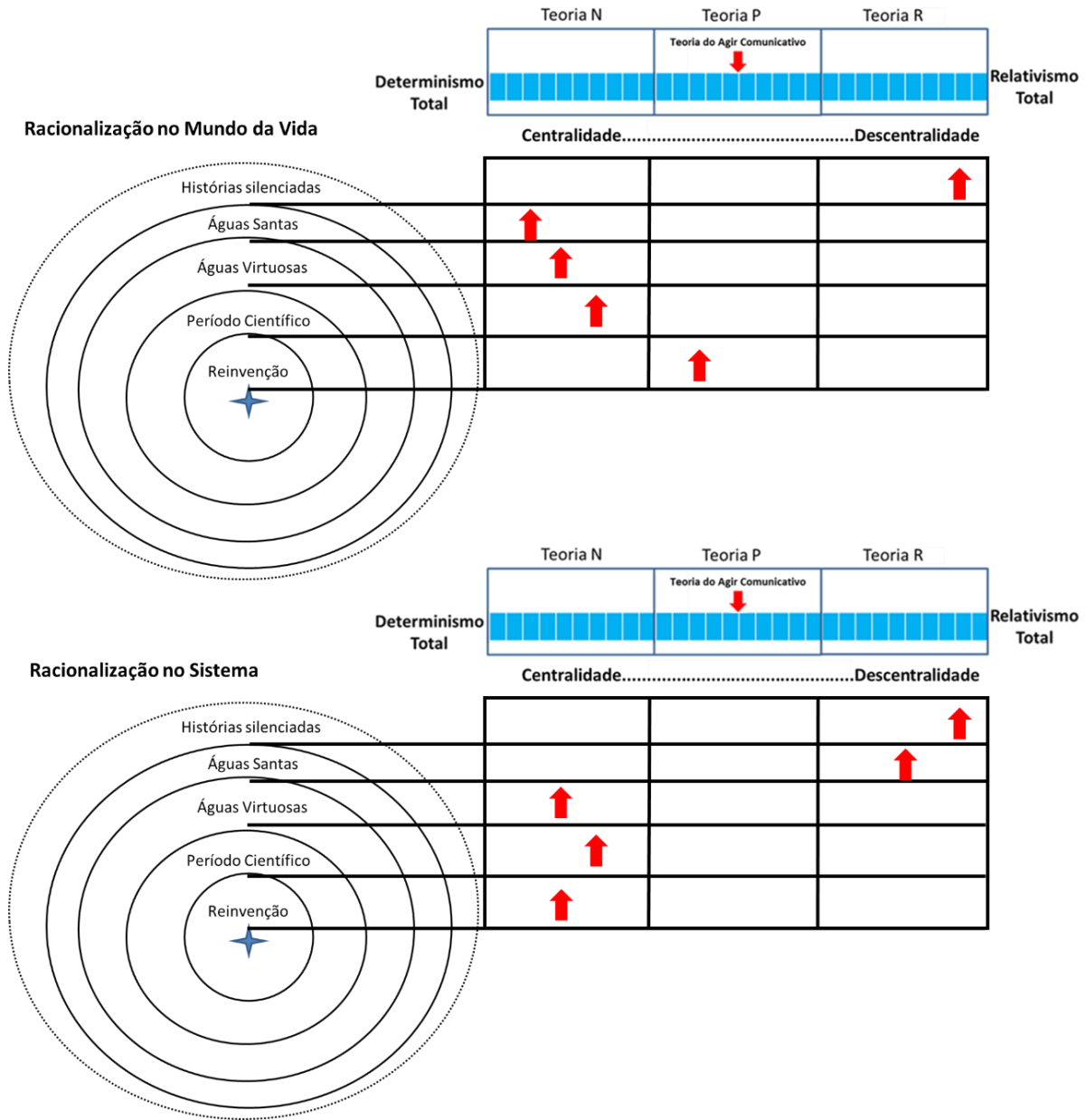
das vozes provenientes de culturas e grupos sociais alternativos acusados de se destoarem da normalidade, e é destrutiva por sua forma agressiva de analisar e fazer uso da natureza.

O acesso às fontes ainda possui as características escravocratas da estratificação social brasileira. Todos os parques possuem um acesso ou fonte marginal, concebidos no passado para separar a população, dos turistas. Ainda hoje são as mais frequentadas pelos trabalhadores urbanos e a ralé.

6.4.6 Síntese das racionalidades do Mundo da Vida e Sistema

As transições históricas ocorrem de modo gradual e as características de uma época para outra interpenetram-se. As tipificações aqui propostas, são ferramentas analíticas que sintetizam os momentos históricos peculiares nas estâncias hidrominerais, contudo, não é ignorado que outros fatos demarcaram as viradas históricas, em um contexto nacional e influenciaram aqueles sertões.

Figura 8 - Histórico das racionalidades do Mundo da Vida e Sistema



Fonte: Elaboração própria baseada em Benjamin (1940); Guerreiro Ramos (1983), Habermas (2016) e Piaget (1931)

Objetivando demonstrar a correlação entre a racionalização social e reflexividade, na figura 8 são apresentas as tipificações históricas em seu desenvolvimento dialético. São os horizontes previamente interpretados em que os falantes/ouvintes negociam *definições situacionais passíveis de consensos*, por meio da linguagem. Primeiramente qualificando os graus das racionalizações sociais do Mundo da Vida, em seguida, os graus das racionalizações do Sistema. Cabe lembrar que a posição universalista habermasiana não nega o pluralismo cultural e, sim, a existência de “racionalidades alternativas”. A multiplicidade das formas de

vida pode ser analisada pelo grau de racionalização, que varia conforme a centralidade/descentralidade reflexiva de determinada sociedade.

Não se trata de dizer qual racionalidade está “mais certa” ou qual é boa ou ruim, não é uma avaliação moral, há racionalidades mais centradas ou mais descentradas, contudo, segundo o referencial teórico utilizado, há um ponto de equilíbrio ideal. Que não é excessivamente egocêntrico, nem destrutivamente relativo. Esse ponto de equilíbrio possui um grau de reflexividade capaz de promover a intersubjetividade e a relação sujeito-sujeito, logo, o diálogo, o entendimento, a empatia e novos consensos.

É importante deixar claro que seria arbitrário tentar aplicar a TAC nas tipificações pré-modernas, como nas *histórias silenciadas e águas santas*, pela inexistência dos subsistemas que caracterizam a interação sistêmica (mercado capitalista e estado burocrático), mas não se trata disso neste caso.

No modelo de análise a TAC é uma âncora que serve de referência. A primeira tipificação - *histórias silenciadas*, foi qualificada no modelo R, e destacam-se dois motivos para essa categorização; primeiro porque o processo de racionalização ameríndio consiste na atribuição de um máximo de subjetividade àquilo que se conhece (VIVEIROS DE CASTRO 2017), segundo porque a escravidão e posteriormente o desterro e fragmentação da população de matriz africana não permitiu a consolidação de uma comunidade “mecânica ou orgânica”, na região.

O consenso das águas santas orbitava na racionalidade mágico-religiosa. Era o que explicava a procura pelas águas minerais, com a mediação dos santos, deuses e em alguns casos de demônios. O poder de cura das águas derivava de algo transcendente. A noção de doença expressava uma desordem no plano social, era um castigo, uma desgraça oriunda de uma vida de pecados e a cura era uma transformação, uma conversão (MARRAS, 2004).

No período das *águas santas*, o sincretismo da racionalidade místico-religiosa do catolicismo rústico fundamentava os consensos, a mediação dos santos e a cura como conversão atribui finalidades às águas minerais, como se o motivo daquelas águas estarem jorrando, tivesse sido definido por Deus, unicamente, para a cura dos doentes e a remissão dos pecados.

Por outro lado, o contexto normativo que regulava a propriedade e o acesso às fontes, na ausência dos subsistemas autorregulados modernos, eram ditadas pelos sesmeiros, que possuíam um poder absoluto sobre o território, o que significa dizer que cada latifundiário agia conforme sua personalidade, daí ser qualificado na teoria R.

A procura pelas águas abriu os primeiros caminhos, trabalhou os primeiros aterros e construiu os primeiros assentamentos, gerando as vilas e freguesias. As águas minerais passaram a ter além do valor de uso, valor de troca, e a serem chamadas de águas virtuosas, fruto das ondas liberais durante o segundo império, caracterizadas pelos homens de negócios, burgueses, investidores e comerciantes, “os capitalistas” como os identifica Monat (1894).

A gênese e penetração das formas de racionalidade econômica e burocrática modernas, no âmbito das ações da integração social, ocorreram no Brasil com a vinda da família real portuguesa em 1808 (SOUZA, 2017), provocando um embate entre dois mundos: de um lado, a lógica escravocrata; do outro, as duas instituições, ainda que incipientes, mais importantes das sociedades modernas, “o mercado capitalista competitivo e o Estado burocrático centralizado” (SOUZA, 2017, p.57).

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, além do embrião institucional da economia capitalista e Estado modernos, as suas práticas culturais se fizeram presentes. O hábito de frequentar estâncias hidrominerais, por exemplo, é uma dessas práticas, uma vez que esse costume já era conhecido pela nobreza e pela plebe lusitana.

Segundo Quintela (2004) na história da fundação do reino português aparece a estância hidrotermal de São Pedro do Sul, onde em 1139, Dom Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, teria curado uma ferida de guerra. Posteriormente, nesta mesma estância, Dona Teresa Cristina, esposa de Dom Pedro II, teria resolvido um problema de esterilidade. No território português o termalismo é praticado desde os tempos do império romano (QUINTELA, 2004).

No Brasil, a primeira ação estatal em relação as águas minerais foi o decreto promulgado pelo rei D. João VI em 1818 em que ordenava que se procedesse à construção de um balneário para aproveitamento das águas no tratamento de doentes nas Caldas do Cubatão (hoje Caldas da Imperatriz), no estado de Santa Catarina (QUINTELA 2004).

Com a chegada da corte em 1808, veio junto com as caravelas o Estado centralizado, a economia capitalista e dentre muitos costumes, a prática ancestral de vilegiatura europeia. Nas palavras de Monat (1894), dissipavam-se as lendas das águas santas, em proveito das águas virtuosas.

Ainda que de modo pré-científico, as águas curavam pessoas com títulos, nomes e sobrenomes, não ‘caboclos supersticiosos promiscuamente amontoados em choças de capim’, como eram em síntese, qualificados os assentamentos das Águas Santas, os quais também são chamados algumas vezes de aldeias, provavelmente pela ausência de diretrizes urbanísticas que caracterizavam os assentamentos coloniais (MILEO, 1970; MONAT, 1894; WERNECK

1912). As águas deixaram de ser uma panaceia mística para se tornar uma panaceia lucrativa. Essas características qualificam o período das águas virtuosas no modelo N, tanto na racionalização do Mundo da Vida, quanto do Sistema.

No final do segundo império, a história da ocupação dos sertões da Mantiqueira seguiria a onda liberal da época, não fosse o que Marras (2004) identificou como a aliança entre ciência e política, que refunda em diferentes proporções cada uma das cidades, iniciando um fato que se tornou comum às cidades fundadas pelas águas: o Período Científico.

Esse novo momento caracteriza-se pelo consenso moderno, com sua transcendência distinta, de fé na ciência positiva e nas leis da natureza. Nesta racionalidade a água mineral passou a ser mediada pela razão humana, personificada na figura dos médicos crenólogos, e onde o conhecimento tinha como *medium* os tratados médicos da virada do século XIX e primeiras décadas do século XX.

O período científico é mais reflexivo que o momento anterior, contudo, o naturalismo-positivista fundamentava-se numa ideia linear de progresso consorciado a um domínio cada vez maior da natureza e da sociedade, esse paradigma foi superado pela epistemologia do século XX, mas era o ‘oficial’ na opinião pública da época, selava os consensos, arbitrava as verdades. O contexto normativo era orientado pela administração científica clássica conduzida por médicos, engenheiros, juristas e militares.

Com o desenvolvimento da Ciência, em meados do século XX, são refutadas as teses sobre a eficácia curativa das águas minerais. Assim, o novo consenso científico alega um baixo poder quimioterápico das águas, quando comparadas às drogas desenvolvidas pela farmacologia. Esse fato demarca o início de outro momento histórico para as cidades hidrominerais, cidades que nas palavras de Marras (2004) eram marcos da modernidade e envelheceram tão rapidamente.

Nesse novo período, aqui chamado de reinvenção, as águas minerais não têm mediação alguma. São imanentes. Se no primeiro caso houve uma dessacralização, no segundo houve uma refutação científica, ou um retorno à coisa mesma, que lembra o axioma fenomenológico. Contudo, o duplo desencantamento que as águas minerais sofreram na história não macularam sua pureza.

Mesmo no ostracismo, cada cidade continua a verter sua “melhor água do mundo” com suas qualidades extraordinárias. Na ausência de uma racionalidade na dimensão social que pressuponha a mediação mágico-religiosa ou científico-naturalista, que normatiza ou prescreve a relação com as águas minerais, uma nova racionalidade foi sendo concebida. Cabe

indagar aqui, quais são as características dessa racionalidade? O que fundamenta os atuais consensos?

Face a crise instalada pelas mudanças nos contextos normativos, a prática cultural de frequentar as fontes persistiu e foi resignificada por afetos, elementos científicos e aspectos ecológicos. Em relação aos afetos, os coletores nativos veem a rotina de buscar água mineral como algo ‘natural’, fazem isso desde a infância. Os elementos científicos aparecem no senso comum, fazendo referências às antigas prescrições médicas, mas também circula a ideia de que as fontes fazem parte de um sistema maior e mais complexo, que envolve a paisagem, o território e milhares de anos.

Aqui, surgem os aspectos ecológicos, que são percebidos no risco de contaminação e super exploração das fontes. Observa-se que nas três cidades existem casos de ações coletivas reativas à colonização do Mundo da Vida pelo Sistema. Este último, por sua vez, avança no sentido de otimizar os processos de exploração, desconsiderando o princípio da precaução ecológica, escudado pela racionalidade instrumental e pela lei.

6.5 Relatório analítico da observação participante e entrevistas semiestruturadas

Seguindo a orientação de Sáez (2013), a preparação para ir a campo foi registrada. As anotações no caderno de campo começaram dois meses antes da qualificação do projeto e da imersão no campo. Nessa fase preparatória ocorreram reuniões com membros da sociedade cível das três cidades no NEAPEGS/UFLA além de reuniões em Cambuquira e Caxambu, com servidores públicos e sociedade civil que deram continuidade à parceria já selada com a OSC Nova Cambuquira e deu início a outra, junto ao “Projeto Sala Verde” de Caxambu. A parceria com o agente de Lambari, até o momento não saiu da primeira reunião na UFLA.

Nessa fase preparatória, escrevi o projeto de qualificação, revisei dois artigos para submissão em revistas e elaborei um terceiro artigo. A redação do projeto foi a prioridade durante esse processo e o manual de Sáez (2013) foi muito esclarecedor e motivador, diminuindo a insegurança a respeito do objeto pesquisado e oferecendo dicas sobre os diversos momentos da pesquisa. “O projeto pode até se parecer com um embrião, um contrato de trabalho ou o desenho de uma casa, mas deve se parecer mais a uma aposta” (SÁEZ, 2013, p. 116).

Embora precisasse iniciar contatos com pessoas que pudessem ser bons informantes e pontes para outras pessoas, precavi-me de não embarcar em pautas criadas por terceiros, o que geraria uma agenda igualmente paralela a da pesquisa de campo. Contudo, avaliei que minha

participação na rede e mesmo a sugestão de pautas era razoável e serviria, como serviu de fato, para ampliar minhas relações interpessoais. Ajudei então na organização de uma reunião pública na Câmara de Vereadores de Caxambu para debater outros modelos de gestão do Parque das Águas e da Empresa envasadora. Apresentei diferentes modelos de formação para conselhos gestores, com base na minha experiência como secretário do grupo que criou, em 2005 o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, com sede em Imbituba, SC.

Também nos reunimos na prefeitura de Caxambu, com o prefeito e os secretários de Educação, Turismo, Meio Ambiente, Assistência Social, Contadora e Chefe de Gabinete. Nessa ocasião, além da hospitalidade regada a água mineral, coletada no dia, ficou evidente como uma prefeitura de uma cidade de 21.656 habitantes precisa de ajuda, para dar conta de demandas exigidas por lei, com prazos, sanções e baixo orçamento.

Várias demandas foram consultadas, como por exemplo, a possibilidade de a UFLA ajudar com os Planos de Saneamento, Plano de Mobilidade, Plano Diretor e o Plano de Manejo da APA municipal, que fica à montante do Parque das Águas. Como pesquisadores e sem autorização legal para fazer tais parcerias em nome da UFLA, nosso grupo não estava na posição de prometer nada, mas coloquei o Chefe de Gabinete em contato com um professor da Administração Pública/UFLA, além de apresentar e checar a viabilidade de levar, para Caxambu, oficinas e minicursos via o “Projeto UFLA fax extensão”.

A parceria que não teve prosseguimento com o agente de Lambari, tinha a mesma demanda; planos municipais. Embora o agente não fosse um servidor público municipal, mas sim um engenheiro aposentado com experiência na gestão de mananciais, e que tem a consciência da dificuldade de seu município conseguir fazer e executar tais planos gestores.

No dia 02 de setembro de 2018 cheguei a Caxambu. Minha primeira observação, foi uma auto-observação, quando percebi a necessidade de formatar um “protocolo” de explicação padrão, para evitar improvisos e esclarecer sobre minha pesquisa e os motivos que me levaram a residir na cidade, buscando também distinguir minha pesquisa de outras atividades de extensão, desenvolvidas pela Incubacoop ITCP/UFLA e das outras pesquisas em andamento, realizadas por membros do NEAPEGS/UFLA. Essa explicação, depois de idas e vindas, resumia-se em dizer que “sou aluno de doutorado da UFLA e estou estudando o hábito de coletar água mineral”. A partir daí respondia, se perguntado, sobre pontos teóricos e metodológicos.

Em todas as cidades, frequentava os Parques das Águas pelas manhãs, à tarde ia às fontes públicas, que ficam nas laterais dos parques. Em Cambuquira, fiquei hospedado num sítio próximo ao parque do Marimbeiro, mas ia constantemente ao parque da cidade.

Uma das minhas primeiras impressões sobre as fontes, o que foi se confirmando com o tempo, é que as fontes são espaços de convivência e encontros ao acaso. Conhecidos perguntam como vai a família, oferecem ou consultam sobre uma possibilidade de negócio, batem papo. Eventualmente, pessoas que não se conhecem também batem papo nas filas sobre assuntos diversos.

Pelas minhas observações, percebi que os coletores são, na sua grande maioria, adultos (de 30 a 60 anos), em seguida vêm os idosos (acima de 60), há poucos jovens (de 20 a 30 anos), pouquíssimos adolescentes e crianças sempre acompanhadas. Homens e mulheres frequentam na mesma proporção.

Na primeira semana de observação, percebi que além dos frequentadores assíduos um outro tipo de coletor frequenta as fontes, ‘o coletor profissional’. Estes são prestadores de serviço informal (bico ou única fonte de renda) ou formal (servidores e empregados). Existem coletores profissionais nas três cidades e a carga de água é transportada em carrinhos de compra, mochilas, carroças e caminhonetes. Os primeiros têm clientela e coletam águas específicas, sob encomenda, e entregam nas casas. Conversei com alguns.

Em Lambari, um deles me informou que cobra R\$ 30,00 (trinta reais) por mês. Por esse preço entrega uma quantidade de 12 pets (24 litros) uma vez por semana, mas há outros preços, dependendo da quantidade, constância e distância. Este coletor, no caso, tem uma charrete com tração animal (cavalo). Os outros ‘coletores profissionais’ executam esse serviço como parte de suas obrigações em seus empregos, abastecem repartições públicas, hotéis, escolas e comércio.

No parque de Caxambu, esses ‘profissionais’ que coletam até 10 litros, o fazem pelas manhãs. Os que coletam grande quantidade utilizam a fonte lateral (Viotti menor) que não tem restrição de volume. Essa norma que limita um volume de 10 litros foi implementada pela administração do parque, para evitar/diminuir filas, mas ultrapassar um pouco esse volume é tolerado. Não observei abusos e o coletor profissional eventualmente pode fazer outras coletas no dia.

Estimando pela quantidade de pessoas que afirmaram logo na abordagem da entrevista semiestruturada não serem coletores de água mineral, ousou afirmar que aproximadamente 80% da população das três cidades, ingere cotidianamente as águas minerais, mas, não necessariamente a coleta. Nas famílias, parece haver alguém responsável por essa função, por

gosto e/ou obrigação, porque coletar água mineral, também é um trabalho doméstico. Quero dizer que existem pessoas que não coletam porque alguém da família já executa essa função, mas fazem questão de beber dessas águas. Nas residências que tive oportunidade de frequentar em Cambuquira e Caxambu, cheguei inclusive a ajudar em algumas coletas, mas em Lambari não tive essa intimidade.

Perguntar para um nativo o motivo pelo qual ele coleta água mineral, gera um ruído, soando como uma pergunta esquisita, parecendo algo óbvio para ele, pois afirma: “bebo dessa água desde que me entendo por gente”. Nas entrevistas, 72,2% dos coletores afirmaram ter tido um bisavô(ó) que viveu na cidade, o que indica uma tradição passada de geração para geração. A classe média é a que tem menos vínculo ancestral, 58,3% teve pelo menos um bisavô(ó) residente na região, contra 77,8% dos trabalhadores precarizados e 80,6% da ralé.

Em relação à frequência da coleta, 86% do total dos entrevistados afirmaram ir pelo menos uma vez por semana buscar água mineral. A média geral das três cidades é de 19,8 litros a cada vez que o coletor vai às fontes. Essa média não varia mais que 2 litros em função da cidade ou da classe. Os coletores assíduos não buscam água na fonte por motivos de saúde, mas consideram ser um hábito saudável. Esses coletores não costumam diversificar e há uma preferência pelas águas minerais mais gasosas e com menos sabores, pois, “duram mais tempo e não mancham as garrafas”.

Também conversei com pessoas que não bebem as águas minerais, algumas não fazem questão, preferem comprar o galão de 20 litros das empresas ou filtrar a água fornecida pela COPASA. Outras alegam o desencadeamento de problemas no estômago, infecção de urina, pedras nos rins, dores nas pernas. Há ainda quem duvide da qualidade da água. Um comerciante me disse que “é uma água de brejo fermentada”, ou ainda quem acha que a água é falsa, “o gás é colocado pela empresa para atrair turistas”.

Mas afinal, por que fazem questão de coletar daquelas águas? O que fundamenta a atual situação consensual, uma vez que as águas minerais foram dessacralizadas e refutadas?

Entre os coletores mais críticos, um disse que: “Se as águas curassem mesmo, seria uma mina de ouro. O povo pega pela qualidade. É uma água de qualidade superior e é de graça”. Essa hipótese tem fundamento, já que o acesso às águas sempre foi relativamente franquiado, o que eram e são cobrados são os serviços envolvidos, tais como: deslocamento, hospedagem, alimentação, tratamentos, dentre outros, o que também pode significar que o acesso às águas nunca foi completamente gratuito na modernidade.

Enfim, coletar água mineral pode ser sim considerada uma prática econômica. O galão de 20 litros de água envasada custa no mínimo R\$10,00 com a entrega em domicílio.

Acrescentando, eventualmente, a compra do vasilhame de R\$ 20,00 que tem prazo de validade de 3 anos. Em um mês podem ser gastos até R\$ 90,00 numa casa com três moradores que consumam, cada um, 2 litros por dia, o que pesaria no orçamento de muitos coletores. Resta a opção de filtrar a água fornecida pelas prestadoras de serviço de abastecimento, solução que não pode ser menosprezada, pois é muito utilizada.

A historiografia relata as dificuldades que Cambuquira e Caxambu sofreram até conseguirem estabilizar esse tipo de abastecimento. A única cidade com abundância de água encanada é Lambari. Mas, entre a água envasada e a filtrada, entra, aqui, o diferencial das águas minerais, a qualidade, ou seria melhor dizer, as qualidades.

Uma entrevistada relatou que sempre se sentiu incomodada com uma coisa que é amplamente ensinada nas escolas e divulgada pela mídia. Que os indicadores da qualidade da água são: que ela não tem cor, nem cheiro e nem sabor: “Soa estranho para mim, porque nossas águas aqui têm tudo isso e ainda tem gás”. De fato, a nativa tem razão, algumas águas como as ferruginosas e sulfurosas, tem sabor pronunciado e tingem as garrafas, as águas também exalam cheiros diversos e seus sabores são variados. Dentre os entrevistados 61% diz que a qualidade da água é a mesma desde que as conhece.

Na entrevista semiestruturada 81,8% dos coletores nos três municípios estudados afirma que coletam água mineral porque ela é pura, 13,7% porque a água mineral cura e 4,5% porque a água mineral é milagrosa/santa. Estes números não variam mais que 3% entre as classes sociais, o que aponta para um possível consenso no mundo social em relação à afirmação – *a água é pura*. Consenso que não ocorre em outras questões, como por exemplo a avaliação positiva ou negativa da cidade em que reside, onde a classe média é a mais insatisfeita. 57,6% desta classe avalia a cidade positivamente, enquanto essa avaliação é de 78,2% nos trabalhadores urbanos e 69% na ralé.

Todos os parques são cercados e cobram ingressos. Contudo, cada parque tem seus horários de entrada livre. O parque mais restritivo quanto a horários livres e quantidade de água que é permitido levar é o de Caxambu, que possui 12 diferentes fontes. Atualmente a fonte Conde D’Eu está seca. O parque fica aberto das 7h às 18h, com horário livre das 7h às 9h, sendo permitido levar até 10 litros sem taxa (R\$ 0,50 por litro excedente), o ingresso é R\$ 5,00 (cinco reais).

O fontanário externo (Viotti menor) é de acesso livre e gratuito e não há limite da quantidade que pode ser levada, o que gera fila em diversos horários, está aberto das 7h às 18h. O parque de Cambuquira tem os horários de entrada livre mais amplos, possui seis diferentes fontes, atualmente a fonte sulfurosa está seca, a fonte Roxo Rodrigues é gratuita

das 7h às 4h (sábado para domingo, não funciona a partir das 18h), as demais fontes podem ser utilizadas gratuitamente das 18h às 4h. O ingresso é R\$2,00 (dois reais) e cada pessoa pode levar até 20 litros. Nos horários gratuitos não há restrição de volume.

Cambuquira possui ainda outras fontes externas ao parque, como a fonte do Marimbeiro e a fonte do Dico. Há também uma fonte dentro de uma propriedade particular no bairro da Figueira, que fica atrás do parque, que é de acesso livre, mas os moradores em geral preferem utilizar um buraco na cerca, que virou um caminho ‘institucionalizado’, e coletam nas fontes do parque.

O único parque sem restrição de quantidade que cada pessoa pode levar é o de Lambari, possui seis diferentes fontes. Atualmente a fonte Ferruginosa e Picante (sulfurosa) estão secas. Fica aberto das 7h às 18h e seus horários livres são das 6h às 8h – 11h às 13h – 16h às 18h, o ingresso é R\$2,00. 68,5% dos entrevistados não concordam com a cobrança de ingresso para moradores entrarem nos parques. Não houve diferença entre as classes sociais aqui estratificadas. Contudo, há diferença entre as cidades. 39,1% dos coletores de Caxambu concordam com a cobrança de ingresso, em Cambuquira, 38,1% e em Lambari apenas 16,7% concordam esse tipo de cobrança para moradores.

Perguntei na entrevista semiestruturada se caso a entrada fosse gratuita, se haveria a necessidade de cercas no parque. 77,8% dos entrevistados disseram que sim. Nessa questão há uma diferença entre as classes sociais: 86,1% da classe média vê a necessidade da cerca; na ralé 72,2%. A necessidade da cerca indica uma falta de confiança nas outras pessoas em agir segundo o interesse público.

Os horários e as regras dos parques também são sentidos de maneiras diferentes pelas classes sociais. Perguntados se tais regras e horários atrapalham a coleta de água, 16,7% da classe média diz que sim, atrapalha. Entre os trabalhadores urbanos um pouco menos, 13,9%. A ralé sente-se mais prejudicada, 33,3% afirmaram que as regras e horários dos parques atrapalham sua coleta.

Nos parques há trabalho de gerações. Aterros, captações, reformas, uma constante domesticação da paisagem local. Os parques são infraestruturas complexas, mesmo com a diferença de dimensões, todos possuem estruturas em comum, em desuso ou danificadas, marcas de reformas, reaproveitamento de materiais e inclusão de novos equipamentos. Existem construções que remetem a diferentes períodos, chamam de arquitetura eclética, além dos galpões de envasamento.

Essa arquitetura eclética é hoje um patrimônio material, e reflete as diferentes racionalidades aqui estudadas. Todos os parques possuem por exemplo, um lugar de orações,

de negócios e de cuidado com a saúde. Todas as ocorrências de fontes que secaram tiveram como causa a interferência humana direta ou indireta, por obras nos fontanários ou nos arredores.

A frequência aos parques não ocorre apenas para coletar águas minerais, uma vez que há os que também cultivam o gosto pelos passeios, pelas atividades físicas ou ainda aqueles que apreciam encontros com amigos e pessoas conhecidas. Assim, 65, 4% dos entrevistados afirmam ir aos parques para realizar outras atividades.

Os coletores também costumam ir às fontes sozinhos, principalmente os mais assíduos. Os que coletam uma quantidade maior costumam ir acompanhados, por ‘ajudantes coletores’ que auxiliam no manejo com as garrafas e a carregar os volumes. Mas frente a frente a cada “bica”, na relação mais direta que se pode ter com a água mineral, fica o coletor, centralizando a boca da garrafa na coluna d’água e tomando um pouco dela, conecta-se ao devir da fonte.

6.6 Análise de situações colhidas na imersão no campo

6.6.1 Situação I: Subjetivismo animista nas fontes intermitentes

Se a herança cultural do período científico é percebida nas conversações sobre o uso medicinal das águas, em que determinados elementos químicos interagem com determinados órgãos do corpo humano, promovendo a cura, nas fontes intermitentes, é possível observar que no componente estrutural “Personalidade”, a herança cultural do período anterior às águas santas não foi completamente silenciado, período esse caracterizado pelo subjetivismo e o animismo, com alto grau de descentramento. O exemplo a apresentar, ocorre quando um sujeito entra no fontanário e água para de jorrar ou o contrário.

Segundo os estudos de hidrologia realizados pela CODENGE (2019), a mineralização das águas ocorre em decorrência da fricção e pressão da água sobre as fissuras das rochas, desencadeando a liberação de minerais e outras moléculas que geram diferentes combinações químicas, que eventualmente reagem produzindo gases. Existem fontes mais gasosas que outras e a maioria delas são perenes, e não é difícil perceber que, há dias e momentos em que a vasão de água que sai na bica é mais abundante ou menos que outros.

Algumas fontes, em decorrência de motivos geofísicos ou pela forma como foram captadas na rocha, são intermitentes, ou seja, descontínuas, intervaladas. Por isso, elas cessam e recomeçam a jorrar novamente. É preciso que um determinado volume de gás se acumule

abaixo do volume d'água, para que ele empurre a água até o fontanário. Esse fenômeno é mais complexo que essa síntese explicativa e também é incerto, quer dizer, não há um tempo intervalar exato para ocorrer. Quando ocorre da água parar de jorrar, pode durar segundos ou vários minutos.

A primeira vez que observei isso foi quando passei por uma dessas fontes intermitentes com alguns colegas de Caxambu que gentilmente me acompanharam numa caminhada pelo parque das águas. Passávamos por diversas fontes e pontos do parque, conversávamos sobre assuntos diversos, a história da cidade, a conjuntura política, receitas de macarrão e meu projeto de pesquisa, até que chegamos na fonte “Ernestina Guedes”.

“Essa água costuma ser utilizada para banhos”, disse um companheiro, pois possuí tais e quais elementos químicos que limpam a pele – “venha experimentar”, me convidou descendo as escadas em direção ao fontanário. Todos experimentamos a água e lavamos o rosto. Quando chegou a vez do nosso guia, a água parou de jorrar. Risos, rosto corado, mas, anedota à parte, seu constrangimento foi porque a ele foi atribuído a causa da seca, que inconformado, dirigiu-se à fonte, questionando a pirraça.

Esperamos um tempo e a água não voltou. Essa relação com as fontes intermitentes “faz parte da cultura do lugar”, e é comum de ocorrer, não foi um caso isolado. Mas na hora, quando o fenômeno da intermitência ocorre, explicações hidrogeológicas ficam em segundo plano. Se a fonte seca, esse fenômeno é capaz de submeter o indivíduo, quando às vistas de um grupo, a uma coerção social que cora o rosto do mais cético, e quando ocorre com o coletor solitário, um movimento de sobrancelhas, no mínimo. É levado na brincadeira, mas não deixa de ser uma relação com humores não humanos. Se a fonte jorra ou não pára de jorrar, deixa ativo os que cultivam uma amizade com a fonte, e o cético sente que está com sorte.

Em Cambuquira, a fonte ferruginosa também é intermitente. Lá, uma informante me revelou que “a fonte tem preferência por pessoas de bom coração”. A água jorrava quando por lá estive, mas o caso é que, atribuir às fontes a capacidade de fazer avaliações morais, escolhas que premiam os justos, previsões quanto ao azar e à fortuna e outras bossas, é atribuir a elas uma alma onisciente, bem como a causa do fenômeno à subjetividade do coletor.

Esta cosmovisão está inscrita no campo do modelo relativista desta tese, por pressupor uma relação comunicativa direta com o ente fonte, sem mediador transcendente, como um santo por exemplo, como ocorre na mina do Padre Victor em Três Pontas, também localizada

no Sul de Minas Gerais, que já sai do fontanário, benta pelo padre. Se esse fosse o caso no circuito das águas, a relação com a fonte deveria ser tipificada no modelo de necessidade.

6.6.2 Situação II – A colonização das águas pela ideia de riqueza mercantilista

Quando a notícia da existência das águas minerais, nas sesmarias do sertão da Mantiqueira, chegou aos ouvidos dos herdeiros do poder estatal no século XIX, o marco institucional comum a todos estes sítios foi a desapropriação. Esse procedimento visava organizar por meio de concessões, a lavra e a ocupação daqueles territórios. Foi quando os assentamentos das águas santas deram lugar às vilas, freguesias e distritos. Esse novo período na história das águas, que chamei de “Águas Virtuosas”, foi caracterizado por uma racionalidade instrumental pré-científica, que dessacralizou as águas minerais transformando-as em uma mercadoria que possibilitaria diferentes maneiras de fazer fortuna.

Atualmente, a ideia de que a água mineral é uma riqueza está presente na esfera pública e frequentemente tomei nota disso durante a imersão no campo. Talvez essa herança cultural seja um dos exemplos mais evidentes da colonização do mundo da vida pelo sistema, no caso, uma racionalidade instrumental, acentuadamente econômica. Importante é frisar a diferença fundamental entre dizer que as águas minerais são uma riqueza, como uma figura de linguagem, uma metáfora com lastro afetivo, e dizer que elas são uma riqueza com sentido de valor de troca, valor monetário, que pode ser convertido em moeda corrente, que é o caso aqui.

Percebi que o volume de água que sai do fontanário e não é coletado, que escorre pelo ralo e vai para o ribeirão, é percebido como desperdício por alguns coletores nas três cidades. “É dinheiro escorrendo pelas mãos” diz um coletor. Um outro sugere armazenar em tanques para sua posterior comercialização. Um terceiro sugere colocar uma tampa ou torneira. A ideia de aproveitar a água numa piscina me pareceu a melhor delas.

Mas o que todas essas angústias têm em comum é serem orientadas pela racionalidade pré-científica bandeirante, típica do período das águas virtuosas, que vê “ouro líquido” saindo das fontes, e que não percebe e/ou desconhece que a normalidade seria a água seguir seu ciclo, criando um charco e um rego d’água que vai Tateando até o ribeirão. Indo um pouco além, quem sabe, a presença dessas águas seja determinante na nutrição ou intoxicação de alguma alga que por sua vez está contida num sistema de trocas e cadeias alimentares da ecologia ribeirinha, assim conectando-se à biosfera...

Enfim, a água descendo ralo abaixo é motivo para falar mal da prefeitura e do Estado, a exploração dessa *riqueza* seria a solução para os problemas econômicos do município, “uma riqueza dessas e a cidade do jeito que está”. Ou ainda, há quem pense que seja uma solução ignorada propositalmente, como se vivesse sob uma conspiração política.

O envasamento e comercialização da água mineral tem aprovação de 61,1% dos entrevistados de Cambuquira, 74,9% em Caxambu e 80,6% em Lambari. No período em que foram realizadas as entrevistas semiestruturadas, a envasadora de Lambari estava fechada. Atualmente a de Cambuquira também está desativada. Os entrevistados tendem a argumentar que as empresas envasadoras geram empregos e “levam o nome da cidade mundo a fora”. Esses argumentos não coadunam com a realidade. De acordo com pesquisadores como Lemes de Souza (2018), Portugal Jr (2018) e outros, apesar de alguns empregos, a renda das empresas é de fato drenada para acionistas, que sequer moram nas cidades, não há clareza sobre o volume de água envasada para fins de tributação municipal, além do risco de super exploração da lavra garantida pela legislação.

Mas as fontes exercem um fascínio pela abundância e perenidade. Nos fontanários ouvi por diversas vezes turistas perguntando aos coletores nativos se o parque fecha a vasão de água à noite. – “Não, a água não para”, respondem. A essa resposta segue geralmente um bate papo sobre o fenômeno. Os nativos falam com orgulho, confiança, gratidão e carinho sobre as fontes, também acham graça na pergunta ingênua do forasteiro.

Recordei uma estória contada por Saint-Exupery (2006), quando este acompanhou três chefes beduínos em uma viagem à França. Lá houve a oportunidade de visitar uma cachoeira. Com o avanço das horas, o guia chamou os visitantes para irem embora, mas eles não se mexeram. – “Deixe-nos ficar um pouco mais.... - Que querem ver mais? Vamos embora... - É preciso esperar... - Esperar o quê? - O fim. – Mas essa água corre há milhares de anos! Então, os homens do deserto assistiram mudos ao desenrolar de um mistério solene”.

6.6.3 Situação III: Águas medicinais e egocentrismo social

No mundo da vida, tanto os tratamentos mágico-religiosos, quanto os científico-naturalistas, não raro, serviram simultaneamente os doentes (MARRAS, 2004). Contudo, praticamente toda historiografia ou escrito sobre o assunto atem-se apenas ao saber científico, “o que nos legou um silêncio contundente, sobre quase tudo que não dissesse respeito à terapêutica hídrica moderna (MARRAS, 2004, p. 200). As *águas medicinais* caracterizavam-

se por uma relação marcada pela busca da objetividade, mensurada por tabelas de índices químicos e físicos, tais águas eram destinadas ao homem moderno (MARRAS, 2004).

Os poucos relatos sobre os assentamentos iniciais parecem terem sido escritos mantendo, ao mesmo tempo, um distanciamento físico e uma reprovação moral. Aos olhos dos ‘primeiros modernos’, como Monat (1894) e Werneck (1912), os habitantes das aldeias das águas santas eram caboclos morféticos que viviam amontoados promiscuamente em cabanas de capim. Não se registra as origens dessas pessoas, famílias, comunidades. O olhar de reprovação e asco ofusca nos seus trabalhos historiográficos, o olhar para características que nos permitiriam inferir sobre a reprodução material e simbólica destas comunidades.

Orientados por teorias contidas no modelo de necessidade, os cientistas aportavam nas fontes e partiam com suas ‘bandeiras’, como num continente a ser descoberto, penetrando na composição química das diferentes águas minerais, relatando o descobrimento de moléculas de minérios e gases. Para essa abordagem, a cura de todas as moléstias estaria em algum lugar nestas paisagens. Bastaria procurar com os rigores do método científico para que, o antídoto fosse encontrado.

Essa abordagem parte de um pressuposto ontológico, no qual a cura de qualquer enfermidade já existe *a priori*, ou seja, desde que fosse encontrada a finalidade de um ente do mundo objetivo, para o benefício do corpo humano, a ciência cumpriria sua missão de desvendar os segredos da natureza, consolidando-se como a detentora do saber de cura, que legitimava a afirmação que, a água mineral X cura a doença Y, bastando colocar estes dois entes em contato, sob supervisão médica.

Semelhante ao que ocorre na visão mística-religiosa do mundo, na visão naturalista-positivista, as águas minerais também são portadoras da cura, trazem consigo o ente reativo à doença. Na primeira um sopro divino, na segunda uma molécula. Quanto ao tratamento, em ambas visões, é imprescindível a tutela de um mediador, seja ele um espírito santo ou um médico.

Com o passar do tempo e das conversas ouvidas ou trocadas, percebi que era comum ouvir, da parte dos coletores, palavras como; magnesiana, ferruginosa, diurética, hepato-renal etc. Observei que, em todas as fontes existem placas com a descrição das características físico-químicas e efeitos daquela água, em particular, no corpo humano.

Certa vez, em Caxambu, acompanhando a chegada de um grupo de turistas, observei que a guia turística respondia a uma bateria de perguntas relacionadas ao consumo das águas, utilizando esse vocabulário incomum para a maioria das pessoas. Numa linguagem ‘científica’, falava de águas alcalinas, bicarbonatadas e radioativas na fonte. Mas o receio

geral assentava-se no risco do desencadeamento de uma diarreia, e de isso ocorrer no desconforto de um ônibus. A curiosidade geral era conhecer uma água que já sai da fonte com gás. O conselho da guia foi de que não bebessem muita água de uma vez e evitassem misturar, recomendando as fontes D. Pedro e Viotti para encher as garrafas.

Enfim, atualmente, mesmo sem o prestígio científico de outrora, os argumentos de natureza positivo-naturalistas passaram a fazer parte do senso comum, e são reproduzidos por iniciados que não chegaram a estas conclusões por si próprios. Tais conhecimentos, como nos ensina Evans-Pritchard (1937), são conteúdos sociais herdados culturalmente.

Observa-se também que há ainda muita desinformação e mitos que passaram a ter um verniz científico e são igualmente reproduzidos acriticamente, como atribuir a existência das fontes a um vulcão extinto que deu lugar ao morro Caxambu, bem como a pontualidade “natural” do geiser que jorra sempre às 10:30 da manhã.

Quanto aos não iniciados, estes ouvem as curiosidades e avaliam os riscos de experimentarem determinada água, em função da sensibilidade de seus intestinos. Não estão procurando curar disfunções hepáticas ou renais mesmo que as tenham. Não são curistas, que ficavam na cidade uma temporada de no mínimo 21 dias (tempo para substituir toda água do corpo pelas águas minerais, diziam os crenólogos). São turistas, cuja média de dias de hospedagem na cidade é de um dia e meio, segundo o Secretário Municipal de Turismo.

A herança cultural do período científico é provavelmente a mais perene em símbolos materiais e imateriais na atualidade, representa o passado glamoroso das cidades, mas, também é a que mais contribui com a persistência do egocentrismo social, nos termos de Piaget (1931). Essa herança cultural possui um grau de centralidade já superado em outras esferas, inclusive a científica, e sua reprodução acrítica, ou seja, sem um grau ideal de reflexividade, nos termos de Habermas (2016a), atua em prejuízo a uma racionalização mais descentrada, capaz de compreender os atuais desafios e criar soluções baseadas em novos consensos.

Essa herança é reproduzida tanto informal quanto oficialmente, como por exemplo, no caso do brasão do município de Caxambu, facilmente encontrado impresso, colado ou pintado em diversos pontos da cidade, onde se lê, “Medicina entre Flores”. Esse é o lema oficial da cidade, extraído de um poema escrito por Rui Barbosa no início do século XX em homenagem ao município. Esse lema autoriza o uso do termo “águas medicinais”, para se referir às águas minerais e ambos (lema e termo) são utilizados, com frequência em campanhas publicitárias conduzidas pelos poderes públicos municipais, associação comercial e hotelaria.

6.6.4 Situação IV: Respeito aos valores, normas e interesse público

As fontes com acesso público mais facilitado pelo trabalho social acumulado, geralmente são as fontes mais utilizadas pelas pessoas que fazem uma dispensa de água em casa. Contudo, na observação de campo foi possível perceber que todas as fontes são frequentadas, mesmo os fontanários secos costumam ser frequentados (ou monitorados?).

Com garrafas de plástico tipo PET de 2 litros, galões reaproveitados de água mineral industrial de 20, 10, 5 litros, e garrafas/garrafões de vidro, os coletores enchem porta malas, carrocerias, carrinhos de mão, carrinhos de compra, caixas amarradas em bagageiros de bicicletas, sacos e mochilas.

Coletas de grande volume ocorrem com frequência, nas fontes e horários permitidos. Mas em função do local, podem gerar desentendimentos, as pessoas ficam impacientes. Presenciei coletas de até dois mil litros em Caxambu e fui testemunha de dois bate-bocas. Num deles o guarda do parque disse que iria fechar a fonte, se os ânimos não se acalmassem. “Ninguém vai brigar por causa de água!”. Advertiu um senhor na fila. “Tem gente que pega água pra beber, tem gente que pega pra tomar banho” disse outro. O desentendimento foi gerado pelo descumprimento de um valor, não uma norma, pois de fato não há restrição de volume que o coletor possa levar, contudo, seu comportamento foi censurado publicamente.

Os ânimos foram se acalmando, a fila voltou a andar. Houve um retorno à *situação consensual de normalidade*, um ambiente cortês, mas que tende a repelir outros comportamentos que também causam desentendimentos nos fontanários (das três cidades), tais como: fumar, deixar resíduos e materiais, entrar sem camisa, acompanhado por cachorro, lavar o rosto ou qualquer membro, beber água direto do fontanário e proselitismos políticos e religiosos. Não vi pessoas em situação de mendicância ou alcoolizadas nas fontes, embora sejam vistos pelas cidades.

A situação cortês, tem dentre suas normas, deixar furar fila os portadores de uma única garrafa. A polidez, as conversas entre conhecidos, as explicações aos forasteiros retratam bem um dia de coleta numa situação consensual de normalidade. Como argumenta Habermas (2004), os comportamentos esperados e legítimos são como adensamentos e sedimentações dos processos de entendimento, de coordenação da ação e de socialização. Constituem um tronco de saber comprovado na prática, consolidando padrões interpretativos e tradições.

Indagados se é comum haver desentendimentos nas filas, 34,3% dos coletores de Cambuquira disseram que sim, é comum. Em Caxambu, 33,3% dos entrevistados afirmaram

já terem presenciado tais desentendimentos, contra apenas 8,3% em Lambari, onde há menos fila.

Caxambu tem a maior empresa envasadora e a menor fonte pública. Avalio que a fonte pública de Caxambu poderia ser ampliada, não dá conta da demanda de forma confortável, como em Cambuquira e Lambari.

6.6.5 Situação V: Pautando a pureza das águas na esfera pública

Durante minha permanência em Lambari, ocorreu um fato que teve ampla disseminação na esfera pública local. Um vereador do município foi à radio dizer que, de acordo com o estudo realizado pela CODEMGE em 2019, a água do fontanário número 1, chamada de gasosa, e que é a mais consumida pelos coletores, estava contaminada por nitrito e nitrato, e que tais compostos químicos estão presentes por exemplo, na urina. Em menos de uma semana, ouvia-se por toda cidade que a água estava contaminada por “urina humana”.

No fontanário, as pessoas continuavam a coletar preferencialmente daquela água e o assunto era sempre esse. Grupos de WhatsApp circulavam o áudio do vereador junto com acusações, apontando os responsáveis. “São aqueles hippies que vivem na praça”, “São os bêbados que urinam no bambuzal do parque nos dias de bailão”, “Não é urina humana, é urina dos cavalos dos carroceiros”, “Esse vereador é um irresponsável, quer acabar com os eventos da cidade”. O fato repercutiu e foi organizada uma reunião pública para esclarecer o assunto.

O vereador argumentou que não disse que a água está contaminada por urina, mas que o nitrito e o nitrato podem ser encontrados na urina. A OSC Nova Cambuquira escalou um de seus membros que estudou o relatório da CODEMGE e explicou duas possíveis causas do problema, que não são excludentes. Infelizmente o problema é muito mais sério, embora menos aderente ao sensacionalismo popular.

A primeira possibilidade de contaminação por tais compostos é o uso de fertilizantes nas plantações, principalmente na cultura do café, que é plantado nas encostas dos morros em toda serra da Mantiqueira e é uma das principais, se não a principal, *commodity* da região. Segundo o relatório da CODEMGE, são os topos e encostas de morros as zonas de recarga do aquífero que abastece as fontes de águas minerais.

Essa contaminação é ainda mais séria que uma contaminação superficial, porque já vem debaixo da rocha, e as medidas para cessar tal contaminação confrontaria com os interesses dos cafeicultores de toda Mantiqueira, que possuem obviamente muito mais poder político que hippies, bêbados e carroceiros, que até agora levam a culpa no senso comum.

A segunda hipótese é a contaminação causada por lixões, que expõe a falta de planejamento, orçamento e envolvimento da população, na implementação de um manejo eficaz dos resíduos. O chorume é uma fonte de nitrito e nitrato, por isso, a separação dos resíduos orgânicos dos recicláveis nas residências, a compostagem e a criação de distritos industriais de cadeia reversa, junto com cooperativas de catadores, geraria empregos e diminuiria a médio e longo prazo o estrago já feito.

Mas aqui, interessa-nos a seguinte questão. Mesmo sem entender ao certo o que se passa, como ocorre de fato a contaminação e o risco de isso ocorrer por tempo indeterminado e de maneira crescente, a população se incomodou e exigiu providências pelos poucos canais que tem à disposição, incluindo esse tema na pauta política local e provocando o poder judiciário. As entrevistas e as conversas do dia-a-dia revelaram que a pureza da água é a sua qualidade mais consolidada. As qualidades místicas e crenoterápicas foram diluídas com o tempo, mas se a água deixar de ser pura será o fim.

O risco real de uma contaminação crônica foi capaz de mobilizar diferentes setores, como associação comercial, agentes públicos e associações civis, mas a maioria da população aparenta protestar e se informar apenas por meio de grupos de redes sociais, mas foi um assunto que lhes causou interesse como nenhum outro, durante minha estada na cidade. Isso pode se ver nas ruas.

Não presenciei reformas nos parques, mas este é um assunto que também gera mobilização de diferentes setores. O ponto central é que diversas fontes secaram ou tiveram diminuída a vazão depois de reformas mal sucedidas, seja nas captações ou arredores. A exploração comercial também gera mobilização. O caso mais conhecido na região é em relação a superexploração e desmineralização das águas pela empresa Nestlé, em São Lourenço (LOBATO, 2018).

Nas cidades estudadas, outras mobilizações neste sentido são empreendidas por instituições da sociedade civil organizada e universidades. Estas parcerias têm contribuído para que, no âmbito jurídico, concessões mercantis tenham que seguir normas mais específicas, que as definidas pelo código de mineração, em função da raridade das águas minerais e seu estoque cultural, além de mais transparência nos editais e contratos.

É possível perceber nestes casos, que as comunidades, com seus diferentes estratos sociais e por diferentes meios, exigem o que é consensualmente justo, formando o que Habermas (2004) chama de contra fluxo do poder, pois parte da periferia para o centro do poder institucional. Na medida em que a comunidade foi acumulando argumentos na esfera pública (eclusas), tentou neutralizar o poder dos grupos de interesse e pautar o conflito no

campo institucional, por meio de uma reação oriunda do mundo da vida à sua colonização. Estas reações buscaram pressionar o centro do poder para criação de regulações que limitem o escopo de ação dos sistemas político e econômico.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o objetivo geral da pesquisa foi analisar a prática cultural de frequentar as fontes de águas minerais, no sentido de revelar horizontes consensuais próprios da gestão social. Avalio que o objetivo foi alcançado. Os horizontes consensuais contemporâneos, que essa prática cultural reflete, possuem características que coadunam com as teorias típicas do modelo de possibilidade, onde a verdade é construída, passível de críticas e orientada por valores, logo, mais aderente à gestão social.

Foi demonstrado que paradigmas, visões de mundo, cosmovisões, tipologias, racionalidades vão se confrontando e se arrastando na história do mundo social e que essas heranças culturais influenciam, com diferentes intensidades, a sustentabilidade do mundo objetivo, as normas do mundo social e a reflexividade do mundo subjetivo, pois, coexistem em alguma medida com os consensos contemporâneos.

Dialogar sobre as situações passíveis de consenso no *meta nível* significa dialogar sobre tais consensos a partir dos componentes estruturais Sociedade e Cultura, não apenas da Personalidade, como é recorrente ocorrer no senso comum. A demonstração de que há uma diversidade de visões de mundo, se partirmos do componente estrutural Personalidade, mas que essa diversidade pode ser substituída por consensos mais amplos e historicamente alcançados, quando se parte dos componentes estruturais Cultura e Sociedade, pode ser uma ferramenta na gestão de questões de interesse público e de construção do bem comum.

Nesse sentido, essa tese contribui para o campo da gestão social, especificamente para a corrente ou “escola” de gestão social fundamentada na teoria habermasiana, oferecendo um instrumento de moderação e coordenação que pode auxiliar na construção de consensos, viabilizados por meio do esclarecimento dos pontos de partida ontológicos, ou graus de racionalização social que fundamentam as visões de mundo das comunidades de intérpretes, e não apenas do intérprete individual.

A coleta de água mineral ocorre em lugares que abrigam práticas culturais submetidas a valores e normas, ocorre nas fontes, sob uma estrutura material e simbólica herdada culturalmente, que reflete o grau de racionalização social da comunidade. Visto sob uma perspectiva histórica, tais práticas podem ajudar na identificação das características das identidades sociais presentes na esfera pública, contribuindo com o sentimento de pertencimento ao lugar, ao reconhecimento do interesse público e a intersubjetividade reflexiva. Avalio que as comunidades de intérpretes estudadas apresentam um atual grau de

racionalização social mais compatível à compreensão intersubjetiva e abertas a um olhar crítico do humano e suas relações. Falta democratizar a esfera pública.

No meu primeiro dia de campo, caminhando pelo parque das águas de Caxambu, na intenção de conversar informalmente com algumas pessoas, avistei um senhor de uns 70 anos caminhando sozinho, em direção à fonte Leopoldina com uma garrafinha. Era um senhor grandalhão, andando sem flexionar muito os joelhos – pensei, “deve estar indo tomar daquela água por causa dos benefícios diuréticos, meu pai, que tem gota, anda balançando o corpo daquela maneira quando tem uma crise”. Aproximei-me da fonte, peguei um pouco d’água e enquanto bebíamos puxei assunto. - Me diz uma coisa, essa água é boa pra quê? – “Pra beber, pra matar a sede”, respondeu.

Pensei que estava brincando, mas não, a resposta dele, embora irônica, era séria, como quem responde a uma pergunta óbvia, pois de forma intersubjetiva, entendi que ele havia entendido o que eu perguntava, pois o que eu sabia sobre as águas é o que circula no senso comum dos forasteiros, e ele sabe disso. Então concluí sem muitos detalhes, mas incluindo desta vez uma resposta à minha pergunta; “eu bebo pra matar a sede, mas tem gente que fala que ela é boa pra isso, boa pra aquilo, eu bebo porque a água é boa”.

Os sete meses de campo se passaram, várias conversas e entrevistas foram feitas e a resposta desse senhor foi uma constante e sintetiza um possível consenso na esfera pública das cidades de Cambuquira, Caxambu e Lambari, sobre o costume de buscar águas minerais nas fontes. Na atualidade, não se busca águas minerais porque estas sejam santas ou medicinais, mas sim porque a água é “boa, natural, limpa, de verdade, pura, autêntica”.

Hoje em dia, quando se ouve alguém dizer que “a água mineral é um presente de Deus”, não significa que a pessoa colete por ser aquela água santa ou milagrosa, ou ainda, quando se ouve que “a água mineral cura porque tem certos elementos minerais”, a pessoa não está dizendo que ela coleta por ser a água um remédio, pelo menos, não onde ocorre o consenso fluido do senso comum local, da opinião pública, das normas e práticas culturais na dimensão social dos coletores. Crenças e valores continuam orientando o mundo subjetivo na relação com as águas minerais, mas no mundo social, é a pureza da água que fundamenta as pretensões de verdade.

Se há um consenso social de que a água mineral serve para “beber e matar a sede por ser uma água pura”, uma vez que seus antigos consensos místicos e científicos foram socialmente dessacralizados e refutados, buscar água na fonte deixou de ser uma prática cultural? Esta ação não estaria mais próxima de uma prática natural, disparada pelo instinto de uma necessidade biológica, ou ainda, seria só uma prática utilitarista “por ser de graça”?

Argumento que não. Primeiramente porque os próprios parques são lugares que acumulam, além do trabalho social de gerações, símbolos, normas sociais explícitas e implícitas que devem ser seguidas para que a coleta ocorra da maneira mais agradável e confortável possível. E também porque comportamentos desviantes podem interferir na pureza da água. A preservação e sanitização do lugar é de interesse público.

Em segundo lugar, porque na ausência de uma cosmovisão na dimensão social que pressuponha a mediação mágico-religiosa ou científico-naturalista, que normatiza e prescreve a relação com as águas minerais, uma outra cosmovisão vem se consolidando nessa dimensão social. Por se caracterizar pela ausência de mediadores entre o corpo humano e a água, esta cosmovisão tem a meu ver características ecológicas, afetivas e científicas.

Assim, fundamenta seus consensos com um grau de racionalização social caro às teorias da complexidade e dos sistemas, desenvolvendo-se por um caminho de superação de uma cosmovisão cartesiana e antropocêntrica, substrato que ainda nutre o egocentrismo social. Tem características que me permitem defender a tese que esse atual grau de racionalização social está no campo da Teoria da Possibilidade de Guerreiro Ramos.

Marras (2018, p.254) argumenta que o objeto das ciências sociais deve ser descentralizado do humano, que “se trata menos de apostar nos entes e mais nos entres [...] tomar os entes como emergentes das relações que, a cada acontecimento, travam com o mundo”. Foi coadunando com esse novo objeto das ciências sociais que a característica ecológica foi percebida na pesquisa de campo.

Na opinião dos coletores, as águas minerais continuam indiscutivelmente melhores que qualquer outra água, seja da “água mais limpa que sai da mata”, seja das águas minerais disponíveis no mercado, “porque são águas falsas, não matam a sede, são artificiais, industriais, mortas, etc.” e claro, muito superiores às “águas de ribeirão”, como ouvi chamarem a água tratada e distribuída pelas prestadoras desse serviço, nas residências.

O que atualmente assegura a superioridade das águas minerais, é justamente, o fato de não haver agência humana e da crença de não haver contaminação pela superfície do mundo. Assim, encher a garrafa direto na fonte é a única garantia de coletar uma água que acabou de sair das profundezas da Terra, e isso não é trivial, pelo contrário, reside aí a atual força motriz da prática cultural de buscar água na fonte, “esse privilégio”, “essa riqueza”, “essa bênção”, “a água de que sou feito”.

A água mineral viria de uma espécie de “terra sem males subterrânea”, pois estaria numa distância inacessível à poluição humana (embora haja pesquisas que mostram que a poluição não está tão inacessível assim). Mas no senso comum, as profundidades, as camadas

e fendas das rochas, o mundo subterrâneo, o aquífero, explicam a pureza das águas. Percepção que não exclui o monitoramento da superfície e entorno, pois já relacionados à seca de diversos fontanários. Contudo, essa ‘natureza intocável’ sob seus pés é tratada sem fabulações místicas, o vocabulário utilizado indica uma atualização de conceitos científicos na esfera pública, no sentido de uma percepção ecossistêmica, ainda que embrionária.

Afetivamente, esse mundo subterrâneo é o seio da terra, um mistério solene. A única agência humana aceitável é da captação ao fontanário. Qualquer outra ação é indesejada, como no caso dos fontanários externos aos parques de Caxambu e Lambari, onde as águas minerais que de lá saem, são percebidas como de qualidade inferior das que saem dos fontanários originais porque, “está longe da fonte”, “perde o gás pelo caminho”, “é uma outra água que eles colocam”, “são águas misturadas”, “fica diferente”, etc. E na fonte Roxo Rodrigues em Cambuquira, onde há coletores que argumentam, que a água teve uma perda significativa de gás depois de interferências na captação realizada pela e para a empresa envasadora.

O atual consenso de pureza da água, na *integração social* permite inferir que na dimensão subjetiva possa haver uma liberdade antes não permitida, pois era submetida a coerções sociais que taxavam os recalcitrantes de incrédulos, no tempo das águas santas e ignorantes, no tempo das águas virtuosas e científicas. Assim, o atual grau de racionalização social do Mundo da Vida, além de indicar uma aptidão ao diálogo, também facilita uma relação mais subjetiva com as águas minerais.

Na *integração sistêmica* o contexto normativo das águas minerais está qualificado com o mesmo grau de reflexividade do período das Águas Virtuosas, ou seja, com uma visão de mundo mais centralizada que a do período científico, pois embora tenha ocorrido um desenvolvimento tecnológico na exploração das águas minerais, esse desenvolvimento foi apenas instrumental, está na contramão de consensos de diversos círculos científicos e políticos sobre os limites da exploração e crescimento material, que vêm se consolidando desde a década de 1970.

Tal contexto normativo está fundamentado numa racionalidade instrumental que ignora a urgência da implementação de ações de desenvolvimento sustentável, persiste na ausência de compartilhamento de poder decisório, qualifica como positivo a concentração da renda e atua na desregulamentação e adequação de normas jurídicas, em prejuízo aos mecanismos de proteção ecológicos.

Agindo assim, nos moldes restritos da racionalidade instrumental nos tempos atuais, com argumentos negacionistas e escudados por leis obsoletas, o contexto normativo apresenta

características comuns à racionalidade pré-científica do século XIX. Essa racionalidade coloniza o mundo da vida local, que apesar do egocentrismo social, vem ampliando sua reflexividade social, o que possibilita uma confrontação dessas características autoritárias, repressivas e destrutivas, com os novos consensos dialógicos e voltados para o interesse público e a emancipação por meio da esfera pública.

Avalio que o consórcio entre pesquisa bibliográfica, observação participante e pesquisa semiestruturada tenha traçado uma paisagem capaz de ser observada e analisada com o enfoque da teoria do agir comunicativo. Em que pese como limitações da pesquisa um período no campo de apenas sete meses, a ausência de um *survey* que permitisse inferências estatísticas e poucos recursos financeiros, que inviabilizaram retornos ao campo, o que poderia proporcionar maior profundidade de conteúdo das análises.

A tese pode soar um pouco funcionalista. Nenhum problema com isso, mas meu olhar autocrítico apelida o modelo de análise de “cosmovisômetro”. Contudo, o modelo parte de Guerreiro Ramos, um dos principais pensadores da teoria das organizações, que modestamente procuro ampliar, subsidiado por Piaget e ancorado em Habermas.

Espero com este trabalho ter contribuído com argumentos para futuras pesquisas, seja com o modelo de análise, no diagnóstico de outras práticas, seja com as situações colhidas no campo, que podem ser aprofundadas.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, V.C. Práticas de Gestão Social das Águas Minerais e os Movimentos Deliberativos da Gestão Social. 2018. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, 2020.

ALCANTARA, V.C. & PEREIRA, J. R. O locus da gestão social no contexto das inter-relações e tensões entre mundo-da-vida (lebenswelt) e sistema (system). **Organização & Sociedade** [online]. 2017, vol.24, n.82, pp.412-431. ISSN 1984-9230. <https://doi.org/10.1590/1984-9240823>.

ALCÂNTARA, V. de C.; PEREIRA, J. R.; VIEIRA, K. C. Práticas de gestão social das águas minerais: um estudo no município de Cambuquira, Sul de Minas. *Agenda Política*, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 35-53, 2018. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/220>. Acesso em: 16 nov. 2020

ALCÂNTARA, V. C.; SANT'ANNA, L. T.; PEREIRA, J. R. Os “Guardiões das Águas” no Circuito das Águas de Minas Gerais. In: VALADÃO, José de Arimatéia Dias et al. (Coord.), SOUZA, Ana Paula Lemes de et al. **Clamor das águas**: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil. Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018.

ALMEIDA, M. Entre Balões, Carrosséis e Ciências: a exposição internacional de higiene na capital federal. Usos do Passado. **XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**, Rio de Janeiro, 2006.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ANDREWS, C. W. **Emancipação e legitimidade**: uma introdução à obra de Jürgen Habermas. São Paulo: Ed. Unifesp, 2011.

ARANHA, M.L.A. & MARTINS, M.H.P. **Filosofando**. Editora Moderna. 5 edição, São Paulo, 2013.

ARAÚJO, R.R.; ALCÂNTARA, V.C.; CAMPOS, A.C.; BACELAR, A.S. A construção social de pesquisas sobre águas minerais: uma investigação no contexto do circuito das águas de Minas Gerais. *Revista ENIAC Pesquisa*. V.9, n.2, Guarulhos (SP), 2020.

ARTAXO, P. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, São Paulo. n. 103. p. 13-24, 2014.

BENJAMIN, W. **Teses Sobre o Conceito de História**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In Walter Benjamin - Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo:Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BOAS, F. As limitações do método comparativo em antropologia. In: BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2004.

BONI, V. & QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**. Florianópolis. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho, 2005.

BRANDÃO, T. Cambuquira: estância hidromineral e climática. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. 1958.

BRESSIANI, N. Entre sistema e mundo da vida teoria social e diagnóstico de patologias sociais em Jürgen Habermas. In: PINZANI, A. & SCHMIDT, R. **Um pensamento interdisciplinar: ensaios sobre Habermas**. NEFIP, Florianópolis, 2016.

BRUNI, J.C. A água e a vida. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, 5(1-2), 1994.

CABRAL, E. H. S. Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 6, p. 1915-1941, 2011.

CABRAL, E.H. **Terceiro setor: gestão e controle social**. 2 ed. São Paulo: Saraiva Editora, 2017.

CAXAMBU. Prefeitura municipal de Caxambu. Sítio institucional. 2019. Disponível em : <http://www.caxambu.mg.gov.br/v2/historia/>

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. 2. ed. Curitiba: Editora CRV, 2015.

CLEEVES, L.I; BERGIN, E.A; ALEXANDER, C. M. The ancient heritage of water ice in the solar system. **Science** 26 Sep 2014: Vol. 345, Issue 6204, pp. 1590-1593 DOI: 10.1126/science.1258055.

Companhia de desenvolvimento de Minas Gerais CODEMGE <http://recursomineralmg.codemge.com.br/substancias-minerais/agua-mineral/#%C3%A1guas-minerais-em-minas-gerais> acessado em 02 de julho de 2020.

CORTE, T.D. O direito (des)humano à água. In: VALADÃO, José de Arimatéia Dias et al. (Coord.), SOUZA, Ana Paula Lemes de et al. **Clamor das águas: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil**. Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018.

CRUZ, E. S. T. Gestão social da água mineral no município de Cambuquira - Minas Gerais. 2017. 186 p. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

CRUZ, E.S.T.; PEREIRA, J.R.; ALCÂNTARA, V.C. Quando uma cidade é construída em torno das fontes de água mineral. In: VALADÃO, José de Arimatéia Dias et al. (Coord.), SOUZA, Ana Paula Lemes de et al. **Clamor das águas: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil**. Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018.

CUNHA, J.A.C. & RIBEIRO, E.M.S. A Etnografia como Estratégia de Pesquisa Interdisciplinar para os Estudos Organizacionais. **Qualit@s Revista Eletrônica** ISSN 1677 4280, V.9. N.2, 2010.

DIAS, E. F.; MAZETTO, F. A importância da paisagem na Geografia. *Sociedade e Território*, v. 26, n. 1, p. 92-106, 8 jan. 2014.

DIEGUES, A. C. Água e Cultura nas Populações Tradicionais Brasileiras. I Encontro Internacional: Governança da Água, São Paulo, novembro, 2007.

DURÃO, A. B. Direito e democracia em Habermas. **Argumentos**. Ano 7, n. 14 - Fortaleza, jul./dez. 2015.

ESNOUL, A.M. **La Naissance du Monde**. Éditions du Seuil, França, 1959.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2004.

FREDERICK F. & RIST S. Water as a Multidimensional Entity. *Mountain Research and Development*. 23(1):24-26. 2003. Disponível em: [https://doi.org/10.1659/0276-4741\(2003\)023\[0024:WAAME\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.1659/0276-4741(2003)023[0024:WAAME]2.0.CO;2)

FRUTUOSO, R. A. M. Hidroterapia na marinha do Brasil. *Arq Bras Med Naval*. 75(1): 8-13, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/abmn/article/view/680/681>

GAGNEBIN, J. M. **Walter Benjamin**; os cacos da história. Editora brasiliense. Tradução; Sônia Salzstein. 2ª ed. São Paulo, 1993.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. 24ª edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

GHISLENI, A.C. A & SPENGLER, F.M. A mediação como instrumento de resolução de conflitos baseada na teoria da ação comunicativa de Habermas. **Pensar**, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2013.

GODOY, J.M., GODOY M.L. Natural radioactivity in Brazilian groundwater. **Journal of Environmental Radioactivity**. Volume 85, Issue 1, 2006.

GOMES L.R. **Educação e consenso em Habermas**. Editora Alínea. Campinas, SP. 2007.

GORINI, A. P. F. Mercado de água (envasada) no Brasil e no mundo. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 11, p. [123]-152, mar. 2000.

GUERREIRO RAMOS, A. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 17(1):5-31, jan./mar. 1983.

GUTIERREZ, L.G. & ALMEIDA, M.A.B. **Teoria da Ação Comunicativa (Habermas)**: estrutura, fundamentos e implicações do modelo. *Veritas*, v. 58, n. 1, jan./abr. 2013.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1997.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Ed. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 2003.

HABERMAS, J. **Pensamento Pós-metafísicos**: ensaios filosóficos. Ed. Livraria Almedina, Coimbra, 2004.

HABERMAS, J. **A ética do discurso**. Obras escolhidas v. III. Edições 70, Lisboa, 2014.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social, São Paulo: Martins Fontes, v. I, 2016.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social, São Paulo: Martins Fontes, v. II, 2016b.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3.ed.rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1992, 224p.

HOHENDAHL, P. U. & SILBERMAN M. Critical theory, public sphere and culture. Jürgen Habermas and his critics. *New German Critique*, n.16. 1979.

HOLSTON, M. Brazil's Bubbles of Well-Being: For over a Century, Famed Mineral Waters Have Fueled Local Pride and the Economies of Several Small Towns in Minas Gerais. **Americas (English Edition)**, May-June, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acessado em 02 de julho de 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1227> acessado em 02 de julho de 2020.

JUNQUEIRA, M.G.P. **Consenso e Conflito na Região da Serra do Papagaio**. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica da São Paulo. São Paulo, 2017.

JUNQUEIRA, M.G.P. As águas minerais de Caxambu: sua contribuição para o povoamento. In: LEMES DE SOUZA, Ana Paula; VIANNA, Raphael; ALCÂNTARA, Valderí de Castro (Orgs.). **Ecologia das Águas**: o futuro em corrosão. Cambuquira: Nova Cambuquira, 2019.

KLÄY, Andreas; ZIMMERMANN, Anne & SCHNEIDER, Flurina. Rethinking Science for Sustainable Development: reflexive interaction for a paradigm transformation. **Futures**, 65. 2015.

LEMES de SOUZA, A. P. A diáspora da água. In: VALADÃO, José de Arimatéia Dias et al. (Coord.), SOUZA, Ana Paula Lemes de et al. **Clamor das águas**: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil. Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018.

LEMES DE SOUZA, Ana Paula; VIANNA, Raphael; ALCÂNTARA, Valderí de Castro (Orgs.). **Ecologia das Águas**: o futuro em corrosão. Cambuquira: Nova Cambuquira, 2019.

LEMES DE SOUZA, A.P. Águas ciborques. In: LEMES DE SOUZA, Ana Paula; VIANNA, Raphael; ALCÂNTARA, Valderí de Castro (Orgs.). **Ecologia das Águas: o futuro em corrosão**. Cambuquira: Nova Cambuquira, 2019.

LEMES DE SOUZA, A.P.; ALCÂNTARA, V.C. Justiça engarrafada: uma etnografia da guerra jurídica das águas minerais no Sul de Minas Gerais. In: LEMES DE SOUZA, Ana Paula; VIANNA, Raphael; ALCÂNTARA, Valderí de Castro (Orgs.). **Ecologia das Águas: o futuro em corrosão**. Cambuquira: Nova Cambuquira, 2019.

LEMES DE SOUZA, A. P.; ALCÂNTARA, V. C. Descenoterapizar: o saber popular-originário, a tecnociência e o mercado. In: MORAES, N. R.; BAPTAGLI, L. A.; MARCÓRIO, W. A.; SOUZA, F. C. (Orgs.). Povos Originários e Comunidades Tradicionais: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária – volume 3. Porto Alegre: Editora Fi; Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

LOBATO, C. B. de P. Água pra quê(m): discurso e identidade na resistência à superexploração de água mineral em São Lourenço. 2018. 139 p. **Tese** (Doutorado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.

MACHADO, C.E.J. O conceito de racionalidade em Habermas: a guinada linguística da teoria crítica·11: 3 1 -44, **TranslForm/Ação**, São Paulo,1988.

MANES, V.B. A cultura civilizatória nas cidades ideais. In: VALADÃO, José de Arimatéia Dias et al. (Coord.), SOUZA, Ana Paula Lemes de et al. **Clamor das águas: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil**. Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018.

MARRAS, S. **A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil**. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2004.

MARRAS, S. Águas do fim do mundo. In: LEMES DE SOUZA, Ana Paula; VIANNA, Raphael; ALCÂNTARA, Valderí de Castro (Orgs.). **Ecologia das Águas: o futuro em corrosão**. Cambuquira: Nova Cambuquira, 2019.

MARRAS, S. Por uma antropologia do entre: reflexões sobre um novo e urgente descentramento do humano. Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros, (69), 250-266. 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p250-266>

MARTINS, A.B.; ALCÂNTARA A.A. Turismo De Saúde Em Caxambu: uma análise a respeito do poder medicinal das águas. **Estação Científica Online**. Juiz de Fora, n. 06, Ago./Set. 2008.

MARTINS, H.H.T.S. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MENON, I. O. & COELHO, F,S. Gestão Social como campo do saber no brasil: uma investigação de sua produção científica pela modelagem de redes sociais (2005-2015). **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. v. 24, n. 79. São Paulo, 2019.

MILEO, J.N. **Subsídios para a história de Lambari**. Gráficavila. Guaratinguetá, SP. 1970.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Minas e Energia. **Estudos Geoambientais das fontes hidrominerais de Águas de Contendas, Cambuquira, Caxambu, Iambari e São Lourenço.** Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/8558>

MONAT, H. **Caxambu.** Luiz Macedo. Rio de Janeiro. 1894.

MONTERO, P. Jürgen Habermas: religião, diversidade cultural e publicidade. **Novos Estudos**, CEBRAP 84. Julho 2009.

NIETZSCHE, F. **A filosofia na época trágica dos gregos.** Editora Escala. São Paulo, 2008.

NINIS, A. B. A ecologia política e a exploração da água mineral de São Lourenço. 2006. 187 f., il. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

NOGUEIRA, M.F.G. O Turismo no Estado De Minas Gerais. Uma Visão Crítico-Prospectiva. Monografia Apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública. Para a Obtenção do Grau de Mestre em Administração Pública, Rio de Janeiro, 1986.

OLIVEIRA, V.A.R.; CANÇADO, A.C. & PEREIRA, J. R. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais; **CADERNOS EBAPE. BR**, v. 8, nº 4, artigo 3, Rio de Janeiro, Dez. 2010.

OLIVEIRA, L.C.; CANÇADO, A.C. & PEREIRA, J. R. Forma e Espírito da Gestão Social: o relato de Celso Furtado na Brigada Internacional do Trabalho – Iugoslávia, 1947. **Administração Pública e Gestão Social**, vol. 12, n. 4, Out-Dez. Viçosa, 2020.

OLIVEIRA, L.C.; VILAS BOAS, A.A. & PEREIRA, J.R. Aspectos Metodológicos em Gestão Social: o processo de criação de uma reserva extrativista no litoral sul de Santa Catarina. **Revista NAU Social**. v.3, n.5, p. 121-139. Nov 2012/Abr. 2013.

OLIVEIRA, L.C. Histórico das racionalidades na procura pelas águas minerais e seus contextos normativos. In: LEMES DE SOUZA, Ana Paula; VIANNA, Raphael; ALCÂNTARA, Valderí de Castro (Orgs.). **Ecologia das Águas: o futuro em corrosão.** Cambuquira: Nova Cambuquira, 2019.

PACHAMAMA, A.R. O povo Puri de Minas Gerais. In: VALADÃO, José de Arimatéia Dias et al. (Coord.), SOUZA, Ana Paula Lemes de et al. **Clamor das águas: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil.** Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018.

PACHAMAMA, A.R. Boacê Uchô/A história está na terra. In: LEMES DE SOUZA, Ana Paula; VIANNA, Raphael; ALCÂNTARA, Valderí de Castro (Orgs.). **Ecologia das Águas: o futuro em corrosão.** Cambuquira: Nova Cambuquira, 2019.

PARANHOS, P. Medicina entre Flores: a crenoterapia e os médicos de caxambu no século XIX. **Revista da ASBRAP** n.20, 2014.

PERES JUNIOR, M.R. & PEREIRA, J.R. Abordagens teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratória. **Cad. EBAPE.BR**, v. 12, nº 2, artigo 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2014.

PIAGET, J. Introduction Psychologique à l'Éducation Internationale. (IN) BUREAU INTERNATIONAL D'ÉDUCATION. Quatrième cours pour le personnel enseignant. Compte Rendu des Conférences international. Genève, 1931.

PINTO, J.M.R. A Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. **Paidéia**, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto. Fev/Ago,1995.

PINZANI, A. & SCHMIDT, R. **Um pensamento interdisciplinar**: ensaios sobre Habermas. NEFIP, Florianópolis, 2016.

PORTUGAL JR. P.S. Gestão ambiental nas empresas: estudo de casos com indústrias de água mineral do Circuito das Águas do Sul de Minas. 2012. 167 p. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285885>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

PORTUGAL JUNIOR, Pedro dos Santos. A controvérsia sobre as águas: uma proposta de integração institucional e políticas públicas para o segmento de águas minerais no âmbito da gestão de recursos hídricos. 2016. 1 recurso online (190 p.). Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305638>>.

PORTUGAL JR, P.S. Rompendo a controvérsia das águas. In: VALADÃO, José de Arimatéia Dias et al. (Coord.), SOUZA, Ana Paula Lemes de et al. **Clamor das águas**: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil. Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018.

PORTUGAL JUNIOR., P.S.; REYDON, B.P.; PORTUGAL, N.S.; PIURCOSKY, F.P.; GARCIA, G.F.R. As diferentes visões empresariais sobre a gestão ambiental: estudo de caso com indústrias de água mineral do Circuito das Águas do Sul de Minas. *Revista Debate Econômico*, v.3, n.2, jul-dez. 2015.

PORTUGAL JUNIOR, P. S.; REYDON, B. P.; PORTUGAL, N.S. As águas Jminerais no Brasil: uma análise do mercado e da institucionalidade para uma gestão integrada e sustentável. *Rev. Ambient. Água, Taubaté*, v. 10, n. 2, p. 413-430, June 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-993X2015000200413&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Nov. 2020. <https://doi.org/10.4136/ambi-agua.1357>.

PORTUGAL JR. P.S.; REYDON, B. P.; OLIVEIRA, G.F.; VIVALDI, G.A.D.; PORTUGAL, N.S. Princípios econômicos-ecológicos e as águas minerais no Brasil: uma análise propositiva. In: LEMES DE SOUZA, Ana Paula; VIANNA, Raphael; ALCÂNTARA, Valderí de Castro (Orgs.). **Ecologia das Águas**: o futuro em corrosão. Cambuquira: Nova Cambuquira, 2019.

QUINTELA, M. M. Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz). **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. 11 (suplemento 1): 239-60, 2004.

ROSA, A.M.R.; GUARDA, V.L.M.; ALVES, K.S. O acesso e a acessibilidade universais à água, à sustentabilidade ambiental e à igualdade de gênero. In: LEMES DE SOUZA, Ana Paula; VIANNA, Raphael; ALCÂNTARA, Valderí de Castro (Orgs.). **Ecologia das Águas: o futuro em corrosão**. Cambuquira: Nova Cambuquira, 2019.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil. (In.) VIEIRA, P.H.F. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. 2ª edição. São Paulo, Cortez, 2000.

SACHS, I. (Org.); VIEIRA, P. H. F. (Org.) . Rumo à ecossocioeconomia.. São Paulo: Cortez, 2007.

SÁEZ, O. C. **Esse obscuro objeto da pesquisa** – Um manual de método, técnicas e teses em Antropologia. Ilha de Santa Catarina: Edição do Autor, 2013.

SAINT-EXUPÉRY, A. **Terra dos homens**. 1.ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SANTOS, L.C.R. **Lambari: redescobrimo a história**. 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=DQlyDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA90&dq=%C3%A1gua+mineral+cambuquira+caxambu+lambari+&ots=GwHhtCBWNs&sig=ironu6dqFqJaUgKqmSfN8iwCdak#v=onepage&q=%C3%A1gua%20mineral%20cambuquira%20caxambu%20lambari&f=false>

SANTOS, R.V. Insights de compliance e efeitos disruptivos sobre os meios de proteção das águas minerais no perímetro das estâncias hidrominerais. In: VALADÃO, José de Arimatéia Dias et al. (Coord.), SOUZA, Ana Paula Lemes de et al. **Clamor das águas: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil**. Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018.

SANTOS CRUZ, M. A. **Cambuquira: uma proposta de releitura do topônimo**. Brasil outros 500 - Curso de Tupi USP, 2009.

SCHEID, J.; NICOUD, M.; BOISSEUIL, D.; & COSTE, J. **Le Thermalisme: approches historiques et archéologiques d'un phénomène culturel et médical**. Ed: CNRS Éditions. Paris, 2015.

SCHRECK, R.S.C.; MARQUES, R.C. Águas Minerais: do conhecimento popular e sagrado ao conhecimento científico. In: LEMES DE SOUZA, Ana Paula; VIANNA, Raphael; ALCÂNTARA, Valderí de Castro (Orgs.). **Ecologia das Águas: o futuro em corrosão**. Cambuquira: Nova Cambuquira, 2019.

SIGA – CIRCUITO DAS ÁGUAS: Caracterização geoambiental, geológica, geofísica, hidrogeológica e hidrogeoquímica do Circuito das Águas de Minas Gerais, com ênfase nos parques hidrominerais de Caxambu, Cambuquira, Marimbeiro, Contendas e Lambari / Pedrosa-Soares, Antônio C.; Jeber, Adriana; Alkmim, Fernando F. de; Scudino, Paulo C. B.;

La Terra, Emanuele F.; Voll, Eliane (coordenadores) – 1ª ed. – Belo Horizonte: Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE) – 2018.

SILVA, F.R. Gestão Social e Controle Social das águas: o caso do Comitê de Bacia Hidrográfica do Lago de Palmas. 2020. 301 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins – PPGDR-UFT, Palmas, 2020.

SILVA, G.B.R.; VALADÃO, J.A.D.; ALCÂNTARA, V.C. Cidadania deliberativa na bacia do Alto Rio Grande: um estudo na unidade de planejamento e gestão de recursos hídricos GD1. In: LEMES DE SOUZA, Ana Paula; VIANNA, Raphael; ALCÂNTARA, Valderi de Castro (Orgs.). **Ecologia das Águas: o futuro em corrosão**. Cambuquira: Nova Cambuquira, 2019.

SOUZA, J. A **Elite do Atraso**: da escravidão à Lava Jato. Leya. Rio de Janeiro, 2017.

SZIKSZAY, M. Geoquímica da Água. Boletim IG-USP. Série Didática, São Paulo, 1993.

TEIXEIRA, T. S., ALCÂNTARA, V. DE C., PEREIRA, J. R., CABRAL, E. H. DE S., & ARAÚJO, E. T. T. de. (2020). Conflitos de Interesses pelo Uso das Águas Minerais. *Management in Perspective*, 1(1), 79-100. <https://doi.org/10.14393/MIP-v1n1-2020-49646>

TENÓRIO, F. G. (Re)Visitando o conceito de gestão social. *Desenvolvimento em Questão*, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.

TENÓRIO, F. G. *Tem razão a administração?* 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

TRONCARELLI, M.C.; WÜRKER, E.; KAHN, M.; GAUDITANO, C. **Livro das Águas: índios do Xingu**. Instituto Socioambiental. São Paulo, 2002.

UNTURA FILHO, M. La Estación Hidromineral de Caxambu (Minas Gerais – Brasil) Tese (doutorado) Departamento de Medicina Física y Rehabilitación (Hidrología Médica) Universidad Complutense de Madrid. 2013. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/25236/1/T35335.pdf>

URIBE RIVIERA, FJ. **Agir comunicativo e planejamento social**: uma crítica ao enfoque estratégico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.

VALADÃO, José de Arimatéia Dias et al. (Coord.), SOUZA, Ana Paula Lemes de et al. **Clamor das águas**: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil. Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018.

VALADÃO, J. de A. D.; ALCÂNTARA, V. de C.; NETO, J. R. C. Consulta pública como instrumento de ação: controvérsias em torno da exploração da água mineral no Circuito das Águas em Minas Gerais. *Agenda Política*, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 99-131, 2018. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/223>. Acesso em: 18 nov. 2020.

VALIN, M. A. Guerra das águas: estudo de caso sobre a privatização das águas na estância hidromineral de Cambuquira. In: LEMES DE SOUZA, Ana Paula; VIANNA, Raphael; ALCÂNTARA, Valderí de Castro (Orgs.). **Ecologia das Águas: o futuro em corrosão**. Cambuquira: Nova Cambuquira, 2019.

VIANNA, R. Sobre Recursos Híbridos. In. VALADÃO, José de Arimatéia Dias et al. (Coord.), SOUZA, Ana Paula Lemes de et al. **Clamor das águas: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil**. Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018.

VIANNA, R. Sobre o mercado e as águas. In: LEMES DE SOUZA, Ana Paula; VIANNA, Raphael; ALCÂNTARA, Valderí de Castro (Orgs.). **Ecologia das Águas: o futuro em corrosão**. Cambuquira: Nova Cambuquira, 2019.

VIANNA, R., & BRANQUINHO, F. T. B. (2018). Sobre Águas e Minerais. *Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha*, 8(1), 158-183. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2018v8i1.p158-183>

VIANNA, Raphael; PENNA-FIRME, Rodrigo. Espaço fluído: ecologia política da água mineral no sul de Minas Gerais, Brasil. *GOT*, Porto , n. 16, p. 371-389, mar. 2019 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-12672019000100017&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.17127/got/2019.16.016>.

VIEIRA, P.H.F. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. 2ª edição. São Paulo, Cortez, 2000.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Física, metafísica e mitofísica. **Colóquio do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas**. Apresentação oral realizada no dia 04 de Julho de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hygylCWmdYg&t=816s>.

WAKASUGI, D.S.M., DAMATTO, S.R. & ULRICH, J.C. Natural radionuclides ²²⁶Ra, ²²⁸Ra, ²¹⁰Pb and ²¹⁰Po and inorganic chemical elements determined in mineral waters from Águas de Contendas and Lambari, Brazil. *J Radioanal Nucl Chem* 326, 51–63 (2020). <https://doi.org/10.1007/s10967-020-07357-5>

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 4ª edição. Editora Martin Claret. São Paulo, 2009.

WERNECK, A. **Judith**. Tipografia ‘A Editora Limitada’. Lisboa, 1912.

9 APÊNDICE



Universidade Federal de Lavras
Departamento de Administração e Economia
Programa de Pós-Graduação em Administração

Entrevista semiestruturada

Doutorando: Lucas Canestri de Oliveira – Matrícula: 201616511 - Contato: (35)998152350

Orientador: Dr. José Roberto Pereira

Coorientadora: Dra. Eloisa Helena de Souza Cabral



- 1- Em que cidade você mora? _____ Idade _____ Sexo _____
- 2- Você busca água mineral na fonte a quanto tempo? _____
- 3- Com que frequência vai as fontes?
- Uma vez por semana
 Mais de uma vez por semana
 Todos os dias
 Uma vez por mês
 Duas vezes por mês
- 4- Em média, qual a quantidade de água mineral que você coleta cada vez que vem a fonte? _____
- 5- Algum dos seus bisavós morou na cidade ou entorno?
- Sim Não Não sei
- 6- Você concluiu até:
- Ensino fundamental Ensino médio Ensino Superior
- 7- Você costuma levar água mineral quando visita parentes ou amigos fora da cidade?
- Sim Não
- 8- Você é a favor do engarrafamento e comercialização da água mineral?
- Sim Não
- 9- Se a entrada fosse liberada, você acha que seria necessário manter cercado todo Parque?
- Sim Não





(10) Há conflito entre os de dentro da cidade (nativos) e os de fora (não nativos)?

Sim Não

(11) A qualidade da água é a mesma desde que você a conhece?

Sim Não

(12) Você concorda com a cobrança de ingresso no parque para moradores?

Sim Não

(13) Seu trabalho tem relação direta com o turismo?

Sim Não

(14) As regras e horários do parque atrapalham você coletar água?

Sim Não Qual(ais) _____

(15) É comum ocorrer desentendimentos nas filas das fontes?

Sim Não

(16) Você frequenta o parque para outras atividades além de buscar água?

Sim Não

(17) Faça uma avaliação de zero a dez:

Água Mineral (0 a 10) _____

Parque das Águas (0 a 10) _____

Fontanário que mais utiliza (0 a 10) _____

Cidade (0 a 10) _____

(18) Porque as pessoas buscam água mineral?

E você?

Porque a água é milagrosa

Porque a água cura

Porque a água é pura

Porque a água é milagrosa

Porque a água cura

Porque a água é pura

(19) Gostaria de fazer algum comentário sobre buscar água na fonte?

10 FOTOS



Coletores e fontanário da fonte gasosa em Cambuquira



Fonte Leopoldina, Caxambu



Coletores na fonte externa ao parque de Caxambu, Viotti menor.



FONTE VIOTTI MENOR

Fontanário externo para atendimento à população. A água provém da fonte Viotti, no interior do Parque.

O pavilhão menor da fonte Viotti possui planta hexagonal, de pequenas dimensões, cercado com gradil metálico nos espaços entre os pilares. Exceto pelas proporções e material dos pilares, o pavilhão se assemelha às estruturas pré-fabricadas importadas da Bélgica, com cobertura de zinco, revestimento cerâmico e piso em mosaico nas cores vermelha e preta.

Origem do nome: homenagem ao Dr. Polycarpo Rodrigues Viotti, um médico ilustre que viveu e clinicou em Caxambu, onde exerceu durante 50 anos uma atividade profissional e pública de grande mérito.

Deve-se a ele, em grande parte, a valorização científica das águas minerais, pois, como médico de grande cultura, clínico de rara capacidade e observador criterioso, orientou todos que o procuraram buscando entender os efeitos das águas da Estância. Dedicou-se ainda aos estudos de captação das águas, tendo sido o supervisor da captação da Fonte Viotti. Em 1886 fundou a primeira empresa responsável pela comercialização das águas minerais de Minas, a Empresa das Águas Minerais de Caxambu.

Características químicas da água: água mineral fluoretada, litinada, seleniada; carbogásosa e radioativa na fonte.

Ação e efeitos da água: efeito diurético e depurativo. Estimula a função renal deficiente. Sua forte radioatividade (radônio) aumenta a diurese e a eliminação de ácido úrico, dissolvendo os cálculos renais e biliares e as concreções artríticas.

Normaliza a pressão arterial. Isso porque melhora o tônus do miocárdio e vascular, graças à benéfica influência sobre a fibra muscular. Nos hipertensos, nos quais costuma existir um fator espasmódico, a radioatividade faz cessar o espasmo, o que provoca o abaixamento da pressão arterial.

 **CODEMIG**
Companhia de Desenvolvimento e Gestão de Recursos Hídricos

Placa informativa, Caxambu



Parque das águas de Lambari